

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAN OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A ECONOMIA NACIONAL E O PLANO SALTE. — Na tribuna o engenheiro agrônomo Júlio Cesar Covelo, quando da sessão especial da Sociedade Nacional de Agricultura, se fez ouvir a respeito do momentoso tema. A integra da sua conferência vem publicada neste número.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL
JANEIRO - FEVEREIRO, 1950

novas
EMBALAGENS

estão sendo utilizadas no
acondicionamento dos Pro-
dutos Nestlé oferecendo
aos milhões de consumidores

novas
VANTAGENS

A nova lata - mais larga e
mais baixa do que a anterior -
tem uma abertura bem maior,
permitindo a retirada do pó
com a maior facilidade

A membrana protetora - ante-
riormente de fôlha de flandres
espessa - é agora de alumínio,
podendo ser rompida sem difi-
culdade alguma.



Este pingo de solda, no fundo da lata,
serve apenas para cobrir um pequeno
orifício pelo qual foi retirado o ar que
se achava no interior da lata - depois
de cheia - a fim de garantir melhor
conservação do produto.

**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES**

CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA PARA O BRASIL DOS

Produtos Nestlé



Visita da "Colmeia dos Pintores" à Escola de Horticultura Wencesláo Bello. O Prof. Levino Fanzeres e seus alunos fixaram aspectos aprazíveis da vida rural, em plena metrópole, naquele antigo estabelecimento mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Jan-fev. 1950

S U M Á R I O :

Trigo, problema nacional — Arthur Torres Filho	3
Restauração da lavoura cafeeira	6
Economia nacional e o Plano Salte — Eng. Agr. Julio Cesar Covelo	16
Visão sumária e incompleta dum agrônomo português acêrca da Agronomia Brasileira — Prof. Henrique de Barros	31
Moeda e crédito — Arthur Torres Filho	42
Casa da Agricultura	45
Os clubes 4-Hs., sua organização e influência no meio rural — Arthur Oberlaender Tibra	47
Novos profissionais para o Brasil — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	53
Relatório final da 2. ^o Semana do Hortelão — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira ..	60

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897
RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLÁU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FREENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	—	JOSE' SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSE' SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	MÁNOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEJ JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELÔ LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Minis-

tério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

JANEIRO - FEVEREIRO DE 1950

TRIGO, PROBLEMA NACIONAL

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Como matéria de maior relevância para economia nacional, o Conselho Federal de Comércio Exterior, de longa data, pode-se mesmo dizer desde sua criação em 1934, cogitou de medidas que viessem impedir as nossas importações sempre crescentes e por preços cada vez mais elevados do "cereal de outro". Coube-me e a outros Conselheiros, em mais de uma oportunidade agitar essa questão no meio do Conselho, (o meu primeiro trabalho está datado de 22/9/1934) fazendo sentir que o Brasil, país exportador de trigo século XIX e sobretudo no século XX, tornou-se cada vez mais dependente do produto exótico. Essa dependência se foi tornando asfíxiante e, não raro dolorosa, porquanto a tendência era de se avolumarem, mais dia a dia, as importações diante do aumento crescente da população.

No quadro das importações brasileiras o trigo sempre exerceu o papel de verdadeiro déspota econômico, tal o destaque e a hegemonia por ele exercidos.

Numa época como a que atravessamos, em que todas as nações envidam esforços para sua autonomia, não trepidando em lançar mãos de medidas extremas de protecionismo, nada justificativa a atitude observada pelo Brasil, mantendo-se impassível até 1939, diante da drenagem do ouro sofrida na aquisição do pão de que se nutre.

Havia necessidade que inaugurássemos uma política trigueira resoluta, capaz de nos tirar da subalternidade perigosa em que nos encontrávamos, há muitos anos sem uma reação enérgica e bem coordenada.

Forçoso seria fortificarmos cada vez mais a estrutura agrária brasileira dispondo de um grande mercado interno para um produto da terra como o trigo.

No Rio Grande do Sul onde em 1790 se registraram as primeiras exportações

do trigo, atribue-se, dentre outras, a três causas principais a decadência da cultura.

- a) Advento da indústria saladeril;
- b) Fenômenos político-sociais;
- c) "pestes" dos trigueiros.

Na opinião dos técnicos, porém um fator se tornou preponderante, a degenerescência das sementes. Esse fato ocasionou o aparecimento de pragas e doenças com a pequena adaptação das variedades então cultivadas, às zonas ecológicas.

Houve falta de um plano metódico de pesquisa agrônômica. Entretanto não faltou a alguns dos nossos ilustres Ministros da Agricultura, a compreensão dessa necessidade. E' de justiça destacarmos os nomes de Pedro de Toledo, Miuél Calmon, (Miguel Calmon contratou na Suécia Iwar Bekman que até hoje trabalha com alta eficiência em favor do trigo brasileiro), Lira Castro e a elevada visão do problema revelada pelo Ministro Simões Lopes, a quem coube a fundação das primeiras estações experimentais de trigo no Rio Grande do Sul e outros Estados. Essa mesma diretriz foi seguida e completada pelo inesquecível agrônomo Fernando Costa.

O combate às doenças do trigo só se pode realizar por meio de variedades resistentes e é o que, felizmente já vão conseguindo nossas estações experimentais.

A par das medidas de ordem técnica sempre julguei necessário, por revestir-se de muita complexidade o problema do trigo, coordenar a ação do Estado no terreno das atividades comerciais e industriais. Por isso mesmo, sempre premiei a criação de uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira que assumisse a suprema direção da campanha do trigo, enfeixando e orientando todos os interesses em jogo que, na verdade são os da nossa própria soberania. Exemplos como os da Argentina (com a junta de grãos) na França, Itália e Portugal o que demonstra

a necessidade de uma legislação especial compreendendo, desde a defesa da produção, por seu aspecto técnico até o estabelecimento do preço mínimo, quotas de consumo do trigo exótico e nacional, tarifas móveis, fiscalização dos moinhos estabelecidas produtoras, enfim a adoção de uma cimento de misturas, fabrico e venda do série de providências a serem tomadas em pão, construção de silos e elevadores nas obediência a um plano seguro que estabeleça verdadeira política econômica de defesa nacional.

Assim pensando como membro e presidente da comissão instituída pelo decreto n.º 805 de 8 de maio de 1936, que financiou sob a direção do então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o ilustre Dr. Agamemnon Magalhães, apresentei um projeto que foi aprovado e remetido ao Congresso Nacional daquela época no qual se criava o Instituto Federal do Trigo.

Em mensagem esse projeto foi enviado ao Congresso e o Ministro do Trabalho assim se expressou: *inclino-me pela aceitação desse ante-projeto que, de acordo com a legislação adotada por outros países, como Portugal e Itália, consagra o sistema de percentagem do trigo nacional a ser obrigatoriamente aproveitado pelos moinhos, distribuindo-se sob a forma de rateio, consoante as zonas de produção.*

Com o Instituto teríamos um organismo autônomo entrosado na produção e no Estado, com celeridade de movimentos para a luta contra os fatores impoderáveis."

A moagem do trigo, entre nós se acha, em sua maioria, em mãos de importadores estrangeiros, por outro lado o transporte dentro do país, sendo mais caro do que o de via marítima, nem sempre pode haver interesse na compra do trigo nacional.

Isso prova que o Governo para vencer, nessa campanha, tem de estar vigilante."

vindicação de liberdade — já li algures. Essa é uma verdade que não deve ser obscurecida.

Ao baixar o decreto n.º 803 de 8 de maio de 1936, reduzindo a tarifa da farinha estrangeira e determinando ser fixada a percentagem de trigo nacional a ser adicionada ao trigo estrangeiro, o Governo, em uma das consideranda do de-

creto reconhecia "que um "trust" nacional tem procurado exercer ação profunda e perturbadora no consumo de uma mercadoria indispensável à alimentação do povo, qual a farinha de trigo".

Somos adeptos, pelas razões expostas de um plano de conjunto para a defesa da produção do comércio e da industrialização do trigo no país e, para tanto necessitarmos de um organismo como o Instituto proposto com autonomia administrativa, técnica e financeira com jurisdição em todo o território nacional.

Entretanto, se na exposição de motivos que acompanhou a mensagem do Presidente da República, o Ministro Agamemnon Magalhães preconizava a criação do Instituto Federal do Trigo, posteriormente o ilustre Ministro Odilon Braga, propunha fosse enviado ao Congresso outra mensagem, com um projeto, que se transformou na lei número 470, de 9 de agosto de 1937, promovendo "o fomento da cultura do trigo, por intermédio do Ministério da Agricultura que tomará as medidas necessárias e organizará estações experimentais, postos de multiplicação de sementes e laboratório central."

Como declarou esse Ministro na exposição de motivos que acompanhou a mensagem de 18 de setembro de 1936, "os vários aspectos do programa encerrados no plano que ora venho submeter ao exame de V. Ex., no ante-projeto anexo, ficam restritos apenas à ação oficial do fomento da produção, incentivando a cultura sob bases racionais, desde a escolha da semente, ao plantio, à colheita, ao beneficiamento, e estimulando-a diretamente, por meio de prêmios e auxílios outros." Criou-se uma taxa de 60 centavos sobre saco de farinha de trigo beneficiado com matéria prima estrangeira, julgada suficiente para custear as providências propostas.

O problema do trigo nacional agitado no então Congresso Nacional deu lugar a fortes debates com repercussão na opinião pública. Embora muitas sugestões, aparecessem inclusive a da criação do Departamento Nacional do Trigo, foi afinal sancionada a lei n.º 470 de 9 de agosto de 1937, representando o pensamento do Governo consubstanciado no ante-projeto elaborado pelo Ministério da Agricultura, ficando à margem o ante-projeto da criação do Instituto Federal do Trigo enviado

em mensagem com exposição de motivos do Ministro Agamnon Magalhães.

Que a boa razão estava com os que pleiteavam uma ação mais enérgica do Governo fora das peias administrativas por intermédio de uma entidade única dotada de autonomia tivemos em seguida com o decreto-lei n.º 72 que alterou o de n.º 470, além dos que se lhe seguiram, como os de ns. 26 sobre a panificação de pão com 30% de fécula nacional, decreto n.º 2.307 criando o serviço de fiscalização do comércio de farinhas e decreto n.º 955 tornado obrigatória a aquisição e consumo de trigo em grão de produção nacional pelas empresas moageiras do país. Por êsse último decreto ficou, no art. 4, fixado em 600 réis pelo prazo de de três anos, o preço mínimo de aquisição por quilo de trigo nacional ensacado. Tudo faz crer não se achar completa essa legislação de amparo ao trigo nacional, com a agravante da falta de unidade em sua aplicação. Pelo decreto n.º 1.104, de 9 de fevereiro foi transferido do Ministério do Trabalho para o da Agricultura o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas criado para dar execução ao decreto n.º 26, de 30 de novembro de 1937.

Tem-se atualmente dois órgãos, dentro do Ministério da Agricultura, para a execução da política do trigo: um, cuidando das medidas necessárias à intensificação da cultura do trigo, (decreto-lei n.º 470) e fixação da quota do consumo do trigo nacional pelas emprêsas moageiras (decreto n.º 955, de 5 de dezembro de 1938) com o estabelecimento do preço mínimo de 600 réis pelo quilo de trigo nacional, que é o Departamento Nacional de Produção Vegetal; outro, o Serviço de Fiscalização de Comércio de Farinhas, (decreto n.º 2.307, de 3 de fevereiro de 1938), destinado a aplicar o decreto-lei n.º 26 de 30 de novembro de 1937, que tornou obrigatória a mistura, nos trabalhos de panificação, de fécula ou farinha, extraída de produto nacional.

Parece estar assim patenteada, a duplicidade de ação, dentro da ordem administrativa, para um problema gravíssimo da economia nacional.

A ação governamental só poderá ser bem sucedida se ela se fizer sentir de modo uniforme em todas as fases do complexo econômico e financeiro relacionado

com a produção, comércio e industrialização do trigo.

Estavamos jogando, evidentemente, uma cartada decisiva, sendo para lamentar se não conseguirmos sair vitoriosos.

A própria República Argentina pelo decreto n.º 12.253, de 5 de outubro de 1935 instituiu a "Comissão Nacional de Grãos e Elevadores", dotada de autonomia, afim de "exercer o contrôlo de todas as instituições ou entidades que intertenham direta ou indiretamente no comércio interno ou externo de grãos."

Essa Comissão te fundos próprios à sua disposição proveniente da contribuição de um centavo por quintal de grão exportado", os quais são depositados em conta especial no Banco da Nação.

Tem também a Comissão poderes para a fixação do preço de venda dos grãos, fixação essa que tem exercido com grande proveito para os produtores e a vida econômico-financeira do país.

Na altura a que chegamos, a situação criada pelo problema nacional do trigo está a exigir, cada vez mais, os melhores cuidados do Brasil afim de garantir para o seu próprio consumo, o pão de que necessita.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 116-6º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Restauração da Lavoura Cafeeira pelo Sombreamento

A REUNIÃO A 26 DE NOVEMBRO DE 1949, COM A PRESENÇA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Com a presença do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, que se fez acompanhar dos seus ajudantes de ordens Capitães Clovis Nova da Costa e Aires Bicudo de Castro, do Sr. Clemente Mariani, Ministro da Educação, do Sr. Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro, do Sr. Knut Ricford Thyberg, Ministro da Suécia, de vários parlamentares federais e estaduais e de altas autoridades civis e militares realizou-se no auditório do Ministério da Educação a anunciada conferência sobre a "Restauração da Lavoura Cafeeira pelo Sombreamento", promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, em colaboração com a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

Dando início à solenidade, o Sr. Edgard Teixeira, Secretário de Agricultura do Rio, proferiu as palavras que vão publicadas em outro local deste registro.

Finda a oração do Secretário da Agricultura outros oradores ocuparam a tribuna, entre eles os Srs. Rogerio de Camargo, Prof. Mello Moraes e o Deputado Rubens de Alcântara, todos defendendo o ponto de vista de restauração da lavoura cafeeira pelo sombreamento, tendo o primeiro dos oradores como reforço aos seus pontos de vista, ilustrado sua palestra com projeção de filmes e documentários obtidos por ocasião de sua viagem a diversos países das Américas,

Palavras do Dr. Edgard Teixeira Leite

Sejam as minhas primeiras palavras, para, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, agradecer a honra da presença pessoal do Sr. Presidente da República a esta Conferência.

Este agradecimento não se reveste apenas da

onde a cultura do café vem, dia a dia, ganhando maior incremento e consolidando sua posição no mercado mundial, em virtude unicamente dos cuidados a ela proporcionados.

Durante as explicações referentes à defesa do solo, vários apartes foram trocados e alguns esclarecimentos solicitados, o que emprestou à sessão uma significação bem expressiva, devendo-se ainda salientar o alto interesse do Sr. Presidente da República com referência ao assunto.

Sobre a questão do sombreamento para a defesa da lavoura cafeeira foi amplamente defendida a utilização do ingazeiro, por ser uma árvore que pode ser cultivada em diversas variedades de clima.

Além das personalidades já citadas, compareceram à solenidade figuras de expressão nos meios sociais entre elas o Sr. Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, na ausência, por motivo de moléstia, do Dr. Arthur Torres Filho, Presidente efetivo, e o Sr. Carlos Steel, Presidente da Sociedade Fluminense dos Amigos da Terra, além de numerosos técnicos e interessados na lavoura e no comércio do nosso principal produto — constituindo uma assistência seleta e compacta, a qual tomou literalmente o amplo auditório do Ministério da Educação.

formalidade de protocolo e da homenagem de apreço a que tem direito pelo alto cargo que ocupa.

As suas expressões vão mais além; atingem e envolvem ao Chefe da Nação, que depois de haver lançado, no memorável discurso de Itaperuna, em plena evidência, o problema, da restauração do sólo, corroído e exgotado, pela erosão, veio prestigiar esta reunião onde vai ser estudada, uma das consequências da erosão e que é da maior importância, para a economia brasileira que é de tornar

possível a sobrevivência da cultura do café no Brasil.

Esta sobrevivência, meus patrícios, está diretamente condicionada e estritamente subordinada à aplicação de novos métodos de cultivo da preciosa rubiácea, dentre os quais se destaca o do sombreamento.

O plantio do café, em pleno sol, como foi realizado e continua ser adotado, em quase todo o país, exigiu a destruição, quase sistemática e completa de milhares de quilômetros de florestas milenárias, que foram substituídas por lavouras de limitadíssima duração, que com trinta anos e as vezes, até menos do que isso, estão improdutivas ou desapareceram inteiramente.

Enormes áreas, toda a bacia do Rio Paraíba, propriamente dito, na antiga zona cafeeira fluminense — Vassouras, Rezende, Valença, Paraíba do Sul, Barra Mansa, Cantagalo e Itaperuna, apenas para citar alguns dos municípios desta famosa e histórica região, que há cerca de oitenta anos e em alguns casos, como em Itaperuna e seus municípios satélites, há muito menos tempo eram grandes e ricos centros exportadores de café estão já transformados ou vão sendo rapidamente transformados em pastagens fracas, de reduzido valor econômico.

O drama do café, ou melhor, o drama da destruição da riqueza natural do solo pelo plantio do café em pleno sol, não se limita, porém, às terras fluminenses. Ele atinge, de cheio, e em espetacular

evidência que não pode ser mais escondida, a quase toda região cafeeira de S. Paulo, de Minas, do Espírito Santo e também do Paraná.

Não tenhamos ilusões a respeito do destino do Brasil como país cafeeiro, si outras diretrizes não foram adotadas. Não pensemos que ele tem grandes reservas de regiões florestadas, inexgotáveis, para serem transformados em novos cafezais.

Oportunamente lembrada pelo Governador Macedo Soares, ao saudar em Itaperuna o sr. Presidente da Republica, de modo incisivo a situação do Paraná, a este respeito exposta na Mensagem de 1948, do Governador Lupion, de modo frisante e alarmante.

A produção cafeeira do Brasil, decai vertiginosamente. De 24.000.000 estamos indo rapidamente para 14.000.000 e esta redução virá reacentuando, com o desaparecimento de milhões de cafeeiros todos os anos, por terem atingido o limite de sobrevivência que têm lavouras em pleno sol.

Esta situação é da mais extrema gravidade, pois o café é a nossa principal máquina de fazer dólares. E' principalmente da produção cafeeira que depende o Brasil para ter dólares para comprar automóveis, caminhões, combustíveis líquidos e sólidos, rádios e geladeiras, para importação de uma infinidade de cousas, para a alimentação do nosso povo, para o aperfeiçoamento de nossa indústria.

Si não encontramos uma solução para manter a produção de café, em breve se dará com este pro-



Aspecto da mesa, vendo-se, da direita para a esquerda: Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; Sebastião Santana, chefe do Gabinete e representante do Sr. Ministro da Agricultura; Sr. Embaixador da Suecia, Presidente da Sociedade Fluminense dos Amigos da Terra; Dr. Clemente Mariani, Ministro da Educação; General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da Republica; Cel. Macedo Soares e Silva, Governador do E. do Rio; de pé, pronunciando o seu discurso, o Sr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do E. do Rio e 2.º Vice-Pres. da Sociedade Nacional de Agricultura.

dulo, o que ocorreu com o açúcar, com o algodão, com a borracha e iremos ocupar nos mercados internacionais, uma situação inexpressiva e secundária.

Mas tal não ocorrerá, meus patrícios, temos que remediar a esta situação com métodos capazes de restaurar os males de cultura insensatamente praticada.

É para isso, que aqui estamos, num esforço cuja decisão está perfeitamente caracterizada pela presença prestigiosa do supremo chefe da nação e para ajudá-lo na sua tarefa, possuímos a energia de um povo que sabe como pode reagir e é capaz de reagir, e já conhece o caminho a ser seguido.

Vamos ouvir a palavra de homens experimentados e conscientes de suas responsabilidades. Formos buscá-los, todos eles em S. Paulo, o grande laboratório e o grande livro de ensinamentos que e para todo o Brasil, onde ocupam altas posições.

Vamos ouvir as palavras de sua experiência e de sua prudência e os conselhos de seu patriotismo e de seu elevado espírito jovem.

O remédio para a restauração da lavoura cafeeira foi encontrada. O sombreamento do café.

A proteção do cafeeiro pelo sombreamento é o caminho da salvação.

Foi por isso, que o Governador Macedo Soares, depois do exame detalhado e aprofundado da matéria, adotou oficialmente, como método de recuperação desta lavoura, o processo do sombreamento, que nos foi indicado pelo Dr. William Coelho de Souza, que é o orientador deste movimento, no Estado do Rio de Janeiro e que no-lo aconselhou e o está dirigindo.

Pelo que está apurado, não temos duvidas em dizer que ou o Brasil, em matéria de lavoura cafeeira adota o sombreamento ou sossobra, como país produtor de café. Não há dois caminhos a seguir: sombrear ou sossobrar.

Palavras do Dr. Rogerio de Camargo

Começou o orador por agradecer a presença no auditório das mais expressivas autoridades do País, e que ali iam emprestar o carinho de suas simpatias ao movimento renovar iniciado pela Secretaria da Agricultura do Estado do Rio em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, para o reerguimento da lavoura cafeeira da há muito combalida. "Falar do reerguimento da lavoura fulcro, disse o orador, é falar também da recuperação do solo. E tratar do solo, em qualquer circunstância, é defender a Pátria, porque o solo é o mais expressivo patrimônio de uma Nação. Não é com outro objetivo que aqui nos reunimos, com a presença do mais alto Magistrado da Nação, cujo acendrado amor à defesa da Pátria ninguém pode duvidar. Estamos, pois, orgulhosos de fazer parte deste certamente eminentemente patriótico".

A tese do sombreamento dos cafezais é o que o orador se propunha a defender perante o auditório, por isso que de antemão fez distribuir folhetos e apostilas em que se enumeravam mais de cinquenta vantagens do processo em relação à cultura a pleno sol. Disse mais que cada interessado poderia, no decurso da palestra, solicitar melhores esclarecimentos sobre este ou aquele dos problemas que envolviam o tema em desenvolvimento.

Disse que ia se despir de qualquer devaneio literário para entrar decisivamente no mérito dos problemas, como se conversasse em família, numa boa prosa cordial e amiga.

Referiu-se então aos dois processos de cultura mundialmente conhecidos: o do sombreamento, usado pela maioria dos nossos concorrentes, e o do ensolarado adotado quase que exclusivamente pelo Brasil. Analisou detalhadamente as diferenças entre os dois processos, e as consequências advindas do método ensolarado para a economia brasileira.

Disse que o método do sombreamento era de caráter universal e não expressava senão uma cópia da região edênica do coffee arabica no seu país de origem — a Abissínia, onde ainda vive em estado nativo. É uma planta de subsoque e que segundo o quadro ecológico de Lundegardh pertence ao grupo das hemi-sciaphilas ou plantas humidófilas das galerias florestais. O cafeeiro nunca foi uma planta de sol ou dos países tropicais. A região de seu nativismo é o abrangido pelas montanhas frescas e vaporosas de umidade da cadeia de Gessima onde sempre viveu abrigado, sob as frondes das grandes árvores. Ai, a elasticidade termométrica nunca foi maior que 25°C, cujo máximo é de 30°C e o mínimo 5°C, enquanto que nas lavouras ensolaradas, além de outras desvantagens, obriga o arbusto de subsoque a suportar até mais de 55°C, isto é, desde as máximas absolutas do pauliplanalto que ele não mais resiste por falta de umidade do ar, até 0°C por ocasião das geadas.

Disse mais que no regime ensolarado, o cafeeiro está sempre sofrendo de qualquer mal, de qualquer adversidade a contrariar o seu metabolismo. Assim, no Norte do País, ele é assolado pelas secas e pela insolação demasiadas, enquanto que no Sul, mormente, em Santa Catarina e no Paraná, as ocorrências de geadas e ventos frios queimam-lhe a vegetação arbustiva. Em São Paulo, não há ano que uma dessas adversidades não venha a danificar a lavoura. Se não são as secas periódicas, como ocorre atualmente, são as geadas, os ventos frios e a insolação causticante.

Em consequência disso, o cafeeiro é um mal ambientado no meio xerófilo, muito embora o sertão dos primeiros tempos lhe possa propiciar uma terra rica em humus e uma abundância de chuvas. Mas, os tempos vão mudando, sendo já certa e constatada a mudança climática de São Paulo, cujo planalto viu aumentado de mais um grau, em certas zonas, a média termométrica anual.

As condições atuais edáficas e climáticas, substanciando o meio ecológico, disse o orador, fez com que o cafeeiro se tornasse nômade, cada vez mais em busca do sertão. Desvirginou-se um sertão opulento para a plantação da rubiácea e esse sertão já acabou, porque o regime não era apenas predatório por uma função de clima, mas pelos maus tratamentos dispensados ao próprio solo que se deteriorava em duas dezenas de anos apenas para se tornar inóspito à vida da planta.

O orador fez comparações interessantes sobre a produção de café de São Paulo, de há 30 anos passados, com a produção atual, citando, por exemplo, a média de 1910 a 1914, cujo quinquênio produziu 59 arrobas com a expressiva decadência atual cuja média de 1941 a 1944 não logrou mais que 25 arrobas por mil pés. O número de cafeeiros também expressa a decadência da lavoura, pois São Paulo possuía, em 1937, nada menos de 1.524.012.321 cafeeiros, quando já em 1948, as estimativas não

acusaram mais que 993 milhões de pés, dos quais grande parte em regime deficitário.

Como consequência dessas mesmas adversidades climáticas, a lavoura cafeeira não conseguiu desbancar os seus concorrentes nos mercados de cafés finos, cuja procura é sempre maior e cuja cotação apresenta sempre ágios extraordinários. Se tomarmos em consideração a produção do Brasil, devemos convir que o tipo sete constitui a massa de sua exportação. Nas últimas cotações dos mercados americanos, o tipo sete não alcançou mais que 21,50 centavos por libra-pêso, ao passo que a média dos cafés colombianos atingiu a 36 centavos. Consequentemente, quase o dôbro da cotação brasileira. E' bem verdade que certas zonas de São Paulo e Minas produzem um estritamente mole, que não pode ser comparado, entretanto, com um *mild* das lavouras sombreadas dos países que nos fazem concorrência. Um estritamente mole alcançou, no mesmo dia em que tomamos aquelas cotações, 32 centavos, em Nova York.

Se o Brasil pudesse produzir cafés finos com o processo a pleno sol não teríamos arcado com as graves consequências de segurar a cabra para os outros mamarem, segundo o refrão popular. Pois, teríamos feito um **dumping** com a nossa superprodução e teríamos aniquilado os nossos concorrentes. O fato, porém, é que no auge da crise brasileira da queima de seu produto que não encontrava mercados, foi quando a Colômbia aumentou consideravelmente as suas áreas de cultura e bem assim a sua produção. Isto quer dizer que não há mercado para cafés baixos e não para cafés finos. Nunca se ouviu falar de queima de uma saca de café *mild*, enquanto, entre nós, as fogueiras catastróficas da incineração devoraram estatisticamente nada menos que oitenta milhões de sacas.

O café hoje alcançou para nós o preço de mil cruzeiros a saca. Se considerássemos o volume da queima, teríamos nada menos que 80 bilhões de cruzeiros encinerados, representando o esforço tremendo de uma produção dispendiosa em moldes completamente errados.

Passou depois o orador a tratar substancialmente do solo, citando vários exemplos de deterioração em São Paulo, notadamente da terra roxa legítima, das terras salmourão e as do Baurú superior e inferior, tôdas elas aproveitadas para a lavoura do café.

Disse o orador que da mesma maneira que o cafeeiro emigrou, com armas e bagagens, da zona fluminense do Vale do Paraíba para o mesmo vale de São Paulo, aí consubstanciando um verdadeiro mar de cafés, da mesma sorte êle está sendo emigrado para o Norte do Paraná, cujo sertão está seduzindo os olhos ávidos dos cafeeicultores. Em 1906, eram meninos muitos dos que ali se reuniam, pois estava na lembrança da meninice dos que abeiraram agora a casa dos cinquenta, o célebre convênio de Taubaté, convocado por Rodrigues Alves para a solução do problema da primeira superprodução de cafés também baixos, isto é, cafés que não encontravam mercados. A zona da Central do Brasil que abrange o decantado vale era, sem nenhum exagero, um mar de café. Hoje, as ruínas das antigas fazendas expressam o entorpecimento deficitário econômica da gente rural e seu reflexo atingiu as cidades na expressiva cognominação de Monteiro Lobato, um dos filhos da zona, como a das antigas "cidades mortas".

Ribeirão Preto não deteve o título de capital do

café senão por pouco mais de um decênio. Em 1920, aquelas famosas manchas de terra roxa, tão reputadas como uma das melhores do mundo, foram cobertas por uma onda vastíssima de cafés, dos mais robustos e dos mais produtivos que já se presenciou. As suas estatísticas chegaram a marcar nas colunas de seu índice econômico nada menos que 36 milhões de cafeeiros. Por essa ocasião, acompanhando uma das maiores autoridades em ciências agrônômicas mundiais, o prof. Alberto Boerger, hoje diretor da estação fitotécnica de La Estanzuela, disse o orador, "tive a oportunidade de ouvir dêsse cientista uma frase que muito me impressionou: "tenho a impressão de estar no paraíso do cafeeiro".

Mas, êsse paraíso foi talvez tão efêmero para o cafeeiro, como o paraíso terrestre o foi para com o Pai da humanidade. Em apenas vinte anos êle se desvaneceu para se transformar num solo ingrato para a planta de subsolo. De fato. De seus antigos mares restam hoje pouco mais de 13 milhões na sua mar parte lutando com as adversidades climáticas, e, com produções escassíssimas, beijando às portas do fecitarismo.

Se formos analisar, um pouco mais detidamente, as circunstâncias ecológicas para semelhante malogro, ficaríamos abismados de saber que ao tempo de Pereira Barreto e do velho Schmidt, a nebulosidade que cobria os céus do então sertão da Mogiana emprestava à cultura cafeeira o teto de sombra que o cafeeiro sempre exigiu. Vejamos, pois. Computado dados meteorológicos oficiais, de 1901 a 1921, deparamos com 114 dias, de média, de chuvas, além de 63 dias encobertos, somando-se nada menos que 179 dias nebulosos, onde eram distribuídos nada menos que 1.365 mm. de chuvas, em média.

Mas, isso não acontecia apenas em Ribeirão Preto. Campinas, de 1889 a 1921, acusava nada

USINA BARCELOS
Barcelos — E. do Rio

Companhia Agricola e Industrial Magalhães

Açúcar Cristal Barcelos
Alcool Anidro e Potável

Rua 1^o de Março 51 - 3.^o
Telefone: 43-3415
RIO DE JANEIRO

menos que 116 dias de chuva por ano, como média, além de mais 94 dias encobertos, ensombrando-se assim os seus cafezais, e dando-lhes a umidade requerida, em nada menos que 210 dias por ano, em média.

Hoje, a situação é por demais adversa. Os céus límpidos e sem nuvens da Noroeste presagiam o meio ecológico no seu caminhar para uma adustão cada vez maior, beirando já as raias de um xerofilismo prejudicial. E isto por que? Porque desapareceram também as matas que jogavam para a atmosfera a amenidade solicitada pelas culturas e que se poderia calcular numa base de dois litros de água transpirada pelo maciço vegetal em cada metro quadrado, de solo coberto.

Esse xerofilismo acentuado que vem num crescendo assustador dizimando as lavouras cafeeiras de São Paulo e dos demais estados vizinhos constitui um marcante antagonismo com o **habitat** do cafeeiro assim descrito por A. Chevalier, uma das maiores autoridades no assunto: "Todas as espécies (cafeeiros) sem exceção encontram-se sobre os solos florestais dos trópicos. Estes solos são de terras pardas, permeáveis, recobertas de uma camada de humus na qual existe uma importante trama de pequenas raízes e de **micorrizas**. A vida bacteriana aí é muito ativa. Todos os detritos orgânicos que caem da cobertura da floresta sobre o solo são rapidamente decompostos. Este solo é constantemente fresco. A vida aí jamais está em estado de repouso." A Noroeste de São Paulo, bem como as zonas de Araraquarense e da Alta Paulista, mesmo a zona nova, cortada pelos trilhos da estrada de ferro, já

não se apresentam com a mesma abundância de chuvas como nos tempos antigos. A devastação é qualquer coisa de impressionante. Na zona Norte do Paraná já é difícil encontrar-se um pequeno mato entre os limites do Paranapanema e muito além de Londrina, em Arapongas, pois o machado e o fogo exterminaram com tôdas as reservas florestais.

Diante do fato alarmante dessa devastação sem freios e desapiedada, como se o brasileiro fôsse o maior inimigo da árvore, não estará longe o dia em que se cumprirá a profecia de Roy Nash, quando depois de percorrer o País, durante vários anos, assim afirmava em seu notável livro — "A Conquista do Brasil": "A continuar na forma em que vai, dentro de mais um quarto de século não existirá mais uma única tora para serrar entre Santos e a Bolívia." E mais disse êle: "Silvicultura é função da coletividade. A desnudação da terra que deveria estar constantemente à sombra de verdejantes florestas, constitui uma forma de pilhagem pela qual a sociedade terá que pagar preço escorchante."

A geração atual, disse o orador, já está pagando êsse pesado tributo e terá que pagá-lo ainda mais caro, se não olhar para o problema do sombreamento do solo, notadamente do sombreamento de seus cafezais já agora amarelecidos e de folhas coriáceas, por efeito da insolação.

"Quando, ao tempo de D. Pedro II, instalaram-se as primeiras culturas de café, disse o conferencista, no Estado do Rio, ao mesmo tempo se instalaram as primeiras culturas na República de Costa Rica, na América Central. Pois bem. As primitivas



Parte da assistência, aparecendo no primeiro plano o Exmo. Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro da Educação e Saúde, os Srs. Governador e Secretário da Agricultura do Estado do Rio.

lavouras brasileiras já de há muito cederam lugar ao *barba de bode*, ao *sapê* e à *somambaia*, enquanto as lavouras sombreadas daquele nosso concorrente ainda subsistem, num solo sempre reumificado e sempre rejuvenescido por efeito das árvores tutelares que se encarregam da reumificação por meio do folhedo que derrubam ao solo, estando longe o dia em que possam denunciar os primeiros vestígios de sua decadência.

De fato, a reumificação do solo é o problema mais sério para a manutenção dos solos brasileiros. Sabe-se que cada metro quadrado de chão cultivado exige nada menos que um quilo de matéria orgânica por ano, para efeito da produção de ácido úmico e carbônico e para a formação coloide-organo-mineral do solo, ou seja o necessário caldo de cultura onde possa se desenvolver a flora microbiana útil à elaboração dos nutrientes.

O intemperismo nas regiões brasileiras é um consumidor tremendo de matéria orgânica, e sem o humus o solo em pouco tempo perde a sua fertilidade.

Se pudéssemos imaginar o quanto de difícil constitui o fornecimento de matéria orgânica a um solo descoberto, deixaríamos de ser lavradores por esse método. A base de um quilo de matéria orgânica por metro quadrado de solo, um alqueire paulista requer nada menos que 24.200 quilos ou sejam cerca de 14-16 quilos por cafeeiro e por ano. Quem, nas condições atuais de deficitarismo produtivo, poderá arcar economicamente com essa exigência do intemperismo? A nosso ver, ninguém poderá solucionar esse problema, a não ser por meio do sombreamento com o ingazeiro.

Esta árvore maravilhosa, cujas melhores espécies para o sombreamento, apresentam uma dispersão geográfica que vai do Rio Grande ao Amazonas, despeja dadivosamente ao solo nada menos que 2 a 4 quilos de folhedo por metro quadrado e por ano. Dizemos dadivosamente, porque o trabalho de recuperação dos solos gastos e a conservação dos solos férteis por meio dessa leguminosa independente da vontade do homem, como o trabalho contínuo do nosso coração independe de nossa vontade. É trabalho silencioso que a natureza realiza, dia e noite, sem estardalhaços. Mas, não só de humus necessita o solo gasto. Os nutrientes também são lhe necessários.

"Imaginaí, disse o orador, que dádiva preciosa e que milagres realiza essa árvore bemfazeja: exames procedidos nas folhas do ingazeiro revelaram nada menos de 10,8% de cinzas e nas demais partes do folhedo 3,5%, o que deu uma média de 8,3% de elementos minerais constituintes dos tecidos vegetais. Essa cinza está constituída de potássio, cálcio, fósforo, etc. consubstanciando uma riqueza em nutrientes extraordinária. Se soubermos que cada cafeeiro possa receber vinte e quatro quilos de folhedo anualmente, lógico é que receberá ao lado da matéria orgânica cerca de dois quilos de sais minerais indispensáveis à fertilidade. Quem — perguntamos — seria capaz de nutrir o seu cafeeiro à base de dois quilos de adubos minerais todos os anos?

O milagre da recuperação não é apenas de humus, sais minerais, etc. A parte azotada, oriunda da decomposição das matérias albuminoides, alcança, no mínimo, meio por cento do peso total. Isto representa para cada cafeeiro, nada menos que 120 gramas de azoto orgânico, o qual se fosse transfor-

mado em Salitre do Chile daria nada menos que 720 grs. por ano! Sem dúvida, trata-se de uma adubação espetacular.

O humus é, na verdade, o elemento orgânico que algea os principais nutrientes à superfície, em forma de humatos. O humato de cálcio, por exemplo, é o mais enérgico mobilizante de bases, como o potássio, o sódio, o magnésio. Sem humus, esses elementos se liberam de seus radicais e são então lixiviados pelas águas de infiltração. É exatamente por efeito da combustão violenta do humus que nossos solos se tornam pobres, visto que o potássio de que tanto necessita o cafeeiro não se mantém à disposição das raízes do cafeeiro, desde o momento que ele perde o seu radical húmico do humato de potássio e fica então à mercê da primeira chuva que o arrasta para as camadas mais profundas. O fenômeno da lixiviação é o mais sério de quantos possam afetar o equilíbrio pedológico.

Análises conhecidas revelaram que em apenas 22 anos, uma terra roxa fertilíssima perdeu 92,6% de seu potássio porque também perdeu o seu humus. A lixiviação do cálcio nesse mesmo período foi da ordem de 80%. Tais elementos são arrastados para fora do âmbito das raízes, de maneira que o cafeeiro à míngua de nutrientes passa a se sentir num estado de sub-nutrição. Em referência a terra roxa legítima, sabe-se mais que ela é pobre em potássio em relação ao cálcio de que ela é muito rica. Pois bem, como que contrariando a propalada riqueza desses solos afamados, o cafeeiro é um verdadeiro Molock devorador de potássio, pois em cada saca de café ele retira do solo nada menos que um quilo e 120 gramas, ao passo que nessa mesma saca ele apresenta apenas 104 gramas de cálcio.

A lixiviação da terra roxa poderá ser melhor apreciada se soubermos que em 22 anos de cultura de café, uma quantidade extraordinária de cálcio, calculada em 83.400 quilos por hectare, tomada a uma profundidade de 1,20, se reduziu a apenas 17.200 quilos! Deduz-se daí, que o que a planta retira do solo para a sua produtividade não passa de verdadeira insignificância em relação ao fenômeno da infiltração das águas quando se tenha desaparecido o humus vivificador.

Sem cálcio, os solos também se tornam estéreis, porque é sabido hoje que sem uma substancial flora microbiana, para elaborar os nutrientes das partículas terrosas, a fertilidade não poderá se manter. É que os sais de cálcio, qualquer que ele seja, neutraliza a pseudo-solução dos silicatos de alumina e dos complexos do ferro, mantendo o solo dentro de um índice pH favorável à vida microbiana útil. Os micróbios nitrificadores do grupo do *Azotobacter*, bem como as bactérias amonizadoras (que elaboram o azoto orgânico, transformando-o em azoto amoniacal) e as próprias bactérias das raízes das leguminosas não conseguem viver em meio excessivamente ácido, abaixo de pH ig. a 5,5. Ora, os solos cultivados com café, perdendo o seu cálcio neutralizador, passam de neutros e favoráveis que eram ao tempo da mata virgem a uma acidez intolerável para a vida dos microrganismos. O resultado direto desse fenômeno é a ausência dos organismos que extraem o azoto do ar para fixá-lo ao solo. Ademais, a temperatura excessiva dos solos pobres de humus faz com que o ótimo requerido para essas bactérias seja em muito ultrapassado de seu limite que medeia entre 27 a 32 graus. Os solos das terras roxas acumulam calor superior ao que as solas dos pés dos

trabalhadores agrícolas podem suportar, indo não raro acima de 60°C.

Por isso que toda a vez que as condições edáficas deixam de propiciar condições para a flora microbiana útil, os solos são invadidos por uma onda de malfetores microscópicos ou melhor uma fauna de protozoários, notadamente de amebas, que preferem os solos ácidos. Em consequência, como são animais que se alimentam de vegetais, e como as bactérias não são mais que a forma primitiva deste reino, os cientistas que estudam o campo biológico dos solos chegaram a conclusão de que para a vida de cada ameoba são necessários à vida de cerca de 400 bactérias nitrificadoras. É possível mesmo que a produção de amônia seja uma defesa da bactéria contra os protozoários. O fato é que onde pulula a ameoba as bactérias desaparecem. A falta de cálcio é índice de acidez, e, **acidez** e **desertos** são palavras que em ciências agrônomicas traduzem pedologicamente o mesmo quadro desolador porque são quase sinônimas.

Os cafezais de São Paulo, na sua grande maioria estão à mingua desse elemento indispensável que é o cálcio. Além do mais, a dispersão da argila em forma de pseudo-solução ou gel é outro fator decorrente da falta de cálcio. A terra roxa adquiriu sua fama, como um dos melhores solos do mundo, pelo fato simplesmente de ser **encarrocada**, isto é, de possuir condições físicas de arejamento, porosidade e facilidade com que apresenta a sua argila aglutinada ou floculada. Em tais condições, e devido a sua proverbial riqueza em humus, a relação humo-cálcio emprestou-lhe tais condições físicas excepcionais que dificilmente se poderia desejar uma terra melhor. Entretanto, essa riqueza perdura enquanto ela mantiver seu teor de humus e de cálcio. Queimado o primeiro pelas condições físicas da combustão natural e lixiviado o segundo pelas águas de infiltração a argila deixa de ser coagulada ou floculada, entrando em dispersão coloidal. Resultado: formam-se verdadeiras geléias à superfície do solo as quais com o ressecamento transformam-se em verdadeiras crostas envidradas. Estas crostas asfixiam o solo, e impedem a vida da flora microbiana útil. Solos assim envidrados são solos em caminho da semilidade, são solos no seu último estágio de vida.

Pois bem. Cerca de 600 milhões de cafeeiros em São Paulo apresentam os fenômenos aqui expostos neste quadro desolador e por isso se debatem numa agonia tremenda com suas folhas miúdas, encaracoladas, amarelecidas, tornadas coriáceas para efeito de uma forte cutinização, e seus galhos, muitas vezes em varas secas, se apresentam suberizados, produzindo cortiças esfoliáceas, em consequência da insolação.

O sombreamento por meio do ingazeiro, disse o orador, é o remédio para todos os males apontados. Mais de 50 vantagens foram arroladas em benefício do cafeeiro. No Brasil ainda não se conseguiu fixar a rubiácea exatamente porque a cultivaram num meio diferente daquele de seu próprio nativismo, e o dia que enveredarmos decididamente para o rumo do sombreamento, todos os males desaparecerão como por encanto, inclusive o da própria broca, cujos estragos nos cafezais a pleno sol são das mais graves consequências econômicas. De fato, a broca para viver necessita de alimento e seu alimento é o grão de café. Nas lavouras sombreadas, as floradas não se apresentam senão uma ou no máximo duas. A uniformidade da maturação permite uma colheita em

massa do café cereja. Ademais, nos cafés sombreados não se constata a produção de "temporões" ou melhor os grãos que se desenvolvem nas entre-safras, **servindo de ponte** para a disseminação da praga. Por sua vez, os cafés de sombra, quando caídos ao solo, germinam, transformando-se em uma jovem planta, deixando de constituir alimento para a broca. Isso não acontece aos frutos do sol que não germinam e onde a broca se hospeda, hibernando-se.

Em conclusão: o sombreamento estabilizará a cultura do café, evitando o seu nomadismo em busca do sertão, porque o sombreamento confere-lhe sobejamente todas as condições do sertão.

Assim terminou o orador.

Palavras do Professor Melo Morais

Exmo. Sr. Presidente da República, ilustre General Eurico Gaspar Dutra. — Senhor Ministro da Educação. — Senhor Governador do Estado do Rio. — Senhores Senadores e Deputados. — Meu prezado amigo e eminente Secretário da Agricultura, Dr. Teixeira Leite.

Sou francamente partidário do sombreamento dos cafezais. Eu os vi, protegidos contra o sol, no Pará, no Ceará e em Pernambuco. Santa Catarina os possui assim. Eles se mostram magníficos.

Por outro lado, declaro que acompanhei de perto o que o engenheiro-agrônomo Joaquim Barros Alcantara levou a efeito nesse domínio, em Caçapava, no meu Estado de São Paulo. Barros Alcantara, diplomado pela "Luiz de Queiroz" e meu ex-aluno, quis patentear que, com conhecimentos de agronomia, era exequível o cultivo de cafeeiro em terras já depauperadas e desgastadas pelo seu prolongado uso, como elas se apresentam no vale do Paraíba. Foi por ali que outrora penetrara em Piratininga o cafeeiro, vindo do Pará, com escala pelo Estado do Rio de Janeiro.

Sólos, cuja fertilidade se exgotara, forçaram a emigração da preciosa rubiácea para Campinas, Ribeirão Preto, Noroeste e norte do Paraná sucessivamente, à busca do sertão, isto é, da mata virgem não ainda massacrada pela cobiça do homem. O vale do Paraíba, portanto, se prestava ao projeto de Barros Alcantara, do engenheiro-agrônomo de larga visão, sempre disposto a trabalhar em prol dos superiores interesses do Brasil.

Ademais, ele se encontrava embriagado por

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do Médico - Veterinário

DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R I O

Rogério de Camargo, o profeta do sombreamento. A América Central se via endeuzada em sua cafeicultura, porquanto os seus cafezais continuam em franca produção após mais de duzentos anos, uma vez que medram sob a égide bemfazeja do ingazeiro amigo. E Joaquim Barros Alcantara se mete na ingente tarefa.

Os velhos cafeicultores sorriam diante da ousadia da tentativa. Reputavam-na aloucada, desprovida de possibilidade de êxito.

A principio, Barros Alcantara empreende o plantio de seus cafeeiros, conjugando-o com a exploração de gado leiteiro para obtenção de esterco de curral. Era a luta para restaurar o humus em suas terras depauperadas, convertidas em simples pastagens de inferior categoria. Logo a seguir, constata que necessitaria de dilatada área de terrenos para conjugar a exploração do leite à cafeicultura. Não havia meio de conseguir o esterco de curral na abundância, que se impunha como indispensável ao sucesso, que tinha em vista, em sua propriedade agrícola.

Rogério de Camargo, porém, decantava o ingazeiro como solução para isso. Barros Alcantara percorre o Brasil, verificando o que acontecia ao café sobreado nesta antiga Vera Cruz. Enche-se de sadio entusiasmo e lança-se ao sombreamento, com denodo, desassombadamente. E' a salvação da economia da Nação com base na cultura do cafeeiro. Não titubeia mais.

Pouco tempo depois, apresenta não a São Paulo, mas ao Brasil, os seus cafeeiros admiráveis, robustos, à sombra do ingazeiro. As colheitas se repetem em crescendo, de 60 a 90 arrobas por mil pés. E' milagre dos milagres. O profeta Rogério de Camargo encontra em Barros Alcantara o realizador de sua profecia.

Considere-se, por outro lado, que as despesas de manutenção se reduzem ao mínimo pela eliminação das capinas. O desbaste das árvores de ingazeiro produz renda, pois é combustível de valor.

Ora, à vista disso, alinhei-me no rol dos que julgam o sombreamento dos cafezais a alavanca capaz de provocar o restauro da cultura do cafeeiro no Brasil. Em condições ecológicas semelhantes ao que observei do Pará a Santa Catarina e, sobretudo, em Caçapava, não alimento dúvida alguma a esse respeito. O sombreamento é maravilhoso, se bem executado.

E' bem de ver que, como professor de Química Agrícola, habituado ao emprego de fertilizantes minerais e adubos orgânicos, não posso esconder que é também perfeitamente possível que o cultivo do cafeeiro, a pleno sol, por longos e continuados anos, enseje ótimos resultados. O passado assegura que a extraordinária rubiácea, maximé em S. Paulo, comporta-se bem a céu aberto. O que é indispensável, porém, é cuidar-se a sério da restauração e conservação da fertilidade dos solos em exploração. Combate à erosão, adubações orgânicas e minerais, sem descuidos e sem interrupção.

Com esta ressalva, que é de ordem técnica, repito: sou inteiramente favorável ao sombreamento dos cafezais. E tenho como obra de alevantado patriotismo esta esplendida reunião, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura e pelo meu ilustre amigo, Dr. Teixeira Leite, para tratar do magno assunto, na presença dos que hoje enfeixam, em suas mãos, os destinos do nosso Brasil.

Palavras do Sr. Salvador de Toledo Piza

Em primeiro lugar quero manifestar ao Exmo. Sr. Presidente da Republica o meu contentamento como produtor de café pela firmeza com que S. Excia. falou em Santos, combatendo os grupos de interesses inconfessáveis que querem a desvalorização da nossa moeda. Como cafeicultor, não tendo outra fonte de recursos, eu seria aparentemente grande beneficiado pela desvalorização do cruzeiro mas só na aparência. Não trago aqui nenhuma delegação de minha classe mas estou certo de ser apoiado pela totalidade dos lavradores esclarecidos

SOMBREAMENTO

O Brasil tem perdido sempre na concorrência internacional pela conquista de mercados consumidores de café. Os vencedores não são países mais fortes de que o nosso, que pudessem fazer pressão econômica ou militar, mas todos eles, sem excepção adotam o sombreamento como método de cultura.

Foi pensando assim que eu resolvi sombrear minhas lavouras antes mesmo de ter visto um cafésal sombreado. Tive muitas dificuldades a começar por não encontrar sementes de ingazeiros.

Plantei árvores de sombra em cafezais de mais de 50 anos em plena decadência e 6 anos depois esses cafeeiros estão com o vigor de plantas jovens em terra nova.

O ingazeiro mantém limpo o solo de ervas daninhas, aduba o cafeeiro com a folhagem continuamente derrubada, protege as flores e os frutos contra os ventos, e ampara os cafeeiros contra as geadas e combate a erosão. E' um operário que trabalha dia e noite, e envez de pleitear aumento de salário ou descanso remunerado, trabalha de graça.

Aconselho a todo cafeicultor que plante ingazeiros em uma pequena parte de sua lavoura, certo de que continuará a sombrear o último recanto do seu cafésal.

DIMINUIÇÃO DA TAXA DE JUROS

Quero aproveitar a presença de tão seletto auditorio para tratar de um problema fundamental sem o que o nosso país continuará com sua produção em declínio. Aliás, tratei deste assunto em Araxá onde apresentei a seguinte proposta:

"Investigando cuidadosamente as causas de nosso atrazo e pequena produção, em comparação com outros países, especialmente os mais novos do que o nosso, como Estados Unidos, Cadaná e Austrália, muito me impressionou o fato de importarmos comida de países recém-devastados pela guerra, como Itália e Holanda. Achei a causa fundamental desse novo estado de estagnação e seu remédio. A solução é simples: trata-se de mobilizarmos valores já existentes.

O Brasil é o país em que se pagam usualmente os maiores juros pelo dinheiro emprestado. Precisamos, o mais depressa possível, pôr dinheiro à disposição das nossas classes produtoras, a juro de 3% a.a. como têm as classes produtoras dos outros países. Isto é necessário, urgente e possível, como único meio de aumentarmos a nossa produção agrícola e industrial. Sem isso, não convém trabalhar para produzir.

No estado atual, convém mais a quem tem dinheiro, aplicá-lo em hipotecas a 12% ao ano, do que se meter em uma empresa produtora, que, com muito trabalho e riscos, dê menor renda. Assim, quem tem um pequeno capital pode aqui viver de

renda e por isso o número dos que vivem parasitariamente é muito grande e o trabalho do produtor não aguenta tanto peso morto. Se os juros fossem menores, só viveriam de renda os grandes capitalistas que são poucos.

Por isso, quem tem recursos não os aplica na produção e quem quer produzir, ou não tem crédito ou tem crédito muito caro, que consome todo o seu lucro, até que o desanimo o faça passar para a classe dos inativos, à procura de emprego público.

Os sábios dirigentes das nossas finanças estão afogados com uma circulação insuficiente de vinte e um bilhões de cruzeiros, bagatela se pensarmos que é necessária a mobilização do trabalho de uma população superior a quarenta milhões de almas.

Solução — O Governo deverá promover uma emissão com o fim específico de amparar as classes produtoras, e missão essa que será garantida com bens imóveis em produção. A emissão entregue diretamente aos interessados pelo Banco do Brasil ou suas agências em todo o país a juros de 3% ao ano.

Serão precisas leis complementares para que os outros bancos e capitalistas individuais se acomodem à nova situação. Também será preciso uma revisão especial no caso das apólices emitidas pelo governo, bem como outras medidas que se acharem necessárias. Só então deixaremos de importar batata da Holanda e cebola do Egito."

Fui derrotado na Conferência de Araxá.

1.º) Pelos banqueiros que pensam que a minha idéia, aplicada irá trazer-lhes prejuízos. E' engano. Os maiores banqueiros do mundo vivem em países de regime de juros baixos. 2.º) Pelos advogados dos mesmos banqueiros que são pagos para defendê-los e são escolhidos dentre os mais talentosos e brilhantes oradores. 3.º) Pelos produtores que têm compromissos assumidos para com os banqueiros. 4.º) Pelos produtores que querem ter títulos na gaveta desses mesmos banqueiros.

Não me aborreci com a derrota.

Tenho para com essa gente uma atitude cristã, combatendo o pecado sem atacar o pecador. Os banqueiros do Brasil e seus eleitores na conferência de Araxá não compreenderam o alcance da minha idéia e agiram inconscientemente. Por mim os perdão.

Quem os não perdoad são as condições econômicas que, agravadas por seus próprios erros, acabaram esmagando-a todos e só lucrarão no final os comunistas.

Tenho a impressão de que as nossas classes produtoras querem segurar o preço das mercadorias como quem segurasse a temperatura de uma zona, fixando o mercúrio dos termômetros. A prova dos erros dessa gente está no fato de nossos problemas básicos continuarem sem solução.

O resultado final da conferência de Araxá foi inflacionário. As teses apresentadas ao congresso foram quase todas de rotina. Nada de fundamental foi decidido. A preocupação de garantir o preço dos produtos fez esquecer o barateamento da produção e por conseguinte do custo de vida.

Faltou coragem para dar soluções novas aos problemas que surgem com a evolução acelerada do mundo.

Nós vivemos no Brasil, sob regimem de uma ditadura! A ditadura da agiotagem. O mais honrado de nossos banqueiros seria punido se fizesse em qualquer país civilizado o que pratica aqui: legalmente, isto é: Empréstar a 12% ao ano.

Estou certo de que o abaixamento das taxas dos juros dos empréstimos fará reajustar o Brasil ao resto do mundo, dando armas às nossas classes produtoras para competir nos mercados internacionais e se defender sem necessidade de artificios. Será o maior serviço prestado ao Brasil. Surgirão tantas novas atividades que muita gente abandonará o emprego publico para entrar na classe dos produtores.

ALTO RENDIMENTO

As Obrigações Preferenciais (Debentures ao Portador) do **Banco Hipotecário Lar Brasileiro S. A.**, do valor de Cr\$ 200,00 cada uma, têm assegurado um juro uniforme de 8% ao ano, pago por trimestres vencidos, a partir de 1º de Janeiro, 1º de Abril, 1º Outubro de cada ano.

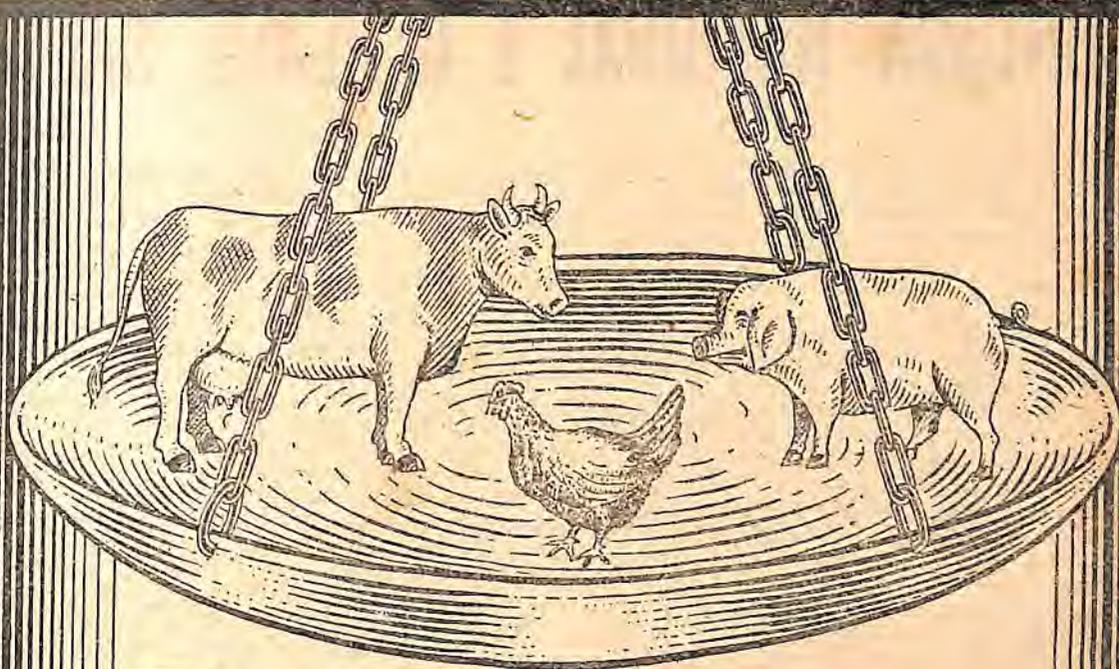
Os juros de 8% ao ano sobre esses títulos somente podem ser oferecidos pelo **Banco Hipotecário Lar Brasileiro, S. A.**, devido ao fato da absoluta falta de risco no emprego de capital em primeiras hipotecas de imóveis urbanos.

As Obrigações Preferenciais (Debentures ao Portador) — Série "B", são amortizáveis pelo Banco à razão de 6,666% ao ano, mediante sorteio ou por aquisição em Bolsa, devendo a emissão ficar totalmente resgatada até o ano de 1968.

BANCO HIPOTECÁRIO LAR BRASILEIRO, S. A.

Rio de Janeiro
São Paulo
Santos
Niterói
Bahia
Porto Alegre

Rua do Ouvidor, 90
Rua Alvares Penteado, 143
Rua Vasconcelos Tavares, 33
Avenida Amaral Peixoto, 171
Rua Padre Vieira, 13
Avenida Borges de Medeiros, 416



DEVOLVENDO ao dono o seu pêso em **OURO!**



TORTA COMPLETA Nº 1

Para vacas leiteiras, cabras e coelhos.

TORTA COMPLETA Nº 2

Para porcos e açougue.

TORTA COMPLETA Nº 5

Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS
BONS PRODUTOS
BOM RENDIMENTO

ECONOMIA NACIONAL E O PLANO SALTE

Conferência pronunciada na sede da Sociedade Nacional de Agricultura em 22 de dezembro de 1949 pelo Eng.^o Agrônomo Julio Cesar Covelo, membro do Conselho Superior da mesma Sociedade:

Meus Senhores.

Convidado a falar, nesta já tradicional casa, circunstâncias especiais impossibilitaram minha recusa e me proporcionaram o desvanecimento deste momento e a honra de um ambiente tão propício.

Fazendo do PLANO SALTE o assunto central desta palestra pois que julgo esse tema, ainda hoje, de uma oportunidade relevantíssima em função do atual momento econômico brasileiro, solicito antecipadas desculpas e a paciência de todos os presentes pelo assunto escolhido que passarei a abordar, tão desfruído de encanto como soem ser, geralmente, os dessa natureza.

Sumamente grato por este magnífico ensejo, ouvirei, também, com a máxima atenção e procurarei responder esclarecedoramente a tôdas as arguições que, por certo, as deficiências desta palestra determinarão.

Entremos, pois, no assunto.

A elaboração do PLANO SALTE visou conferir, pela primeira vez, à economia brasileira, elementos vitalisadores indispensáveis à propulsão coordenada da marcha nacional para níveis mais elevados, compatíveis com aqueles que descortinamos como valores no conjunto internacional.

Focalizou ele, como alvo concreto a ser atingido, a posição econômica destacada do país, fora da planície onde a economia colonial exclusiva, amorfa e estagnante, rasteia inerte, ao sabor dos interesses sempre vorazes das potências imperialistas, atentas exclusivamente aos próprios apetites e conveniências, algumas vêzes, empenhadas também no desgaste rápido e progressivo das áreas ditas coloniais ou de economia colonial, sabedores de que esse desgaste lhes dificultará, quando não impossibilitará definitivamente, quaisquer veleidades de reação construtiva.

Para julgarmos das providências sugeridas e alinhadas naquele Plano, torna-se-nos indispensável, como medida preliminar, rápido exame da nossa situação econômica atual.

Nefasto e costumeiro espírito pseudo-justificador, que classificariamos de irresponsável se não merecesse o labéu de altamente criminoso, por constituir manifestação de mero comodismo, é aquele que invoca a discutível juventude do Brasil como elemento capaz de fazê-lo transpor, vitoriosamente, crises e desastres nacionais tôdas as vêzes que êstes ocorrem. Esse espírito acomodaticio e impatriótico é o grande culpado pela marcha, em câmara lenta, do nosso precário desenvolvimento econômico e social.

O que vem acontecendo à nação, na realidade, é simplesmente o reajustamento natural das coisas durante e depois das crises que nos tem acometido. Em ambiente convulsionado por discussões estereis nos momentos difíceis, em que a irresolução e o confusãoismo dos órgãos administrativos responsáveis paralisam qualquer ação própria corretora ou cons-

trutiva, os grandes problemas nacionais evoluem ou se diluem num conformismo geral, à marcã de forças aproveitadoras, e interesses imediatos, sem lineamentos estruturais de futuro e, por isso mesmo, nefastos à boa e continua marcha ascendente da vida nacional. E, numa longa e melancólica sucessão de acidentes assim desenvolvidos no transcurso da nossa história econômica, tão breve ou tão longa como a história econômica dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina ou do Uruguai, a proclamada vitalidade moça da nação brasileira vem se estiolando em prejuízo da posição do país no próprio concerto internacional americano.

Em outras palavras, a soma negativa dos efeitos das crises econômicas que nos tem assaltado no decorrer da vida nacional, imponderáveis apenas aos menos atentos, vem constituindo crescente e tremenda sobrecarga para o país, freadora da sua velocidade média, desejável e possível na senda de progresso já palmilhada por outras terras tão jovens quanto a nossa.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Meus Senhores! Do último recenseamento demográfico nacional, realizado em 1940 e que acusou um total de 41.700.000 habitantes, a evolução populacional do Brasil veio se processando até atingir, no presente ano, por estimativa, a 49.800.000 almas; quer isto dizer que a população brasileira, no último decênio, cresceu de 19,4%.

Feita esta apreciação, fundamental para efeito de cálculos posteriores, pois que tôda a análise da marcha e dos resultados das atividades nacionais não pode girar senão ao redor da situação demográfica do país, passaremos ao exame global das nossas áreas cultivadas.

VARIAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS

Considerando as nossas estatísticas do último decênio de 1939 a 1948, a área cultivada no Brasil e que nos tem proporcionado a produção agrícola que desfrutamos, vem apresentando as seguintes flutuações anuais em relação ao ano base de 1939, em que atingiu a 13.968.416 hectares:

1940	—	6,7%
1941	—	3,8%
1942	—	9,4%
1943	—	1,4%
1944	+	6,6%
1945	+	8,5%
1946	+	12,7%
1947	+	13,2%
1948	+	17,3%

Relativamente à área utilizada especialmente com o plantio dos nossos principais produtos agrícolas, alimentares e industriais, tais como algodão, arroz, banana, batata, cacau, café, cana, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho e trigo, o seu aumento no último quinquênio foi apenas de 7,2%.

Se tomamos, para esta análise, apenas os últimos cinco anos foi porque, anteriormente, as nossas estatísticas não especificavam, para cada produto, as variações das respectivas áreas cultivadas, vindo observar que, nesse mesmo período de cinco

cnos, o crescimento da nossa população, em relação à existente em 1944, atingiu ao índice de 7,9%.

Com referência a produtos da indústria extrativa vegetal não poderíamos lançar mão de dados referentes a quantitativos de áreas exploradas, motivo por que usaremos da tonelagem produzida.

Os produtos da nossa indústria extrativa vegetal assinalados na estatísticas, são o babaçú, a borracha, a castanha do Pará, a cêra de carnaúba e a erva mate.

Em relação a 1939, ano base, a tonelagem global extraída em 1947 sofreu uma redução de 5,4%. Nesse período e em função da produção obtida no ano base, apenas a borracha aumentou de 101,8%, passando de 16.430 toneladas para 32.739. Este resultado, entretanto, está bem distanciado, ainda, dos quantitativos que a Amazônia já produziu na sua fase áurea, em 1909, aproximadamente há 40 anos, portanto, quando atingiu a mais de 42.000 toneladas.

O babaçú aumentou de 4,1% apenas. Os demais produtos — castanha, cêra e mate — sofreram reduções de mais de 21%. A própria borracha que, nesta fase, atingiu o máximo de sua produção em 1945, decaiu nos dois anos subsequentes. Infelizmente ainda não dispomos das estatísticas de 1948.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SUAS FLUTUAÇÕES

Quanto aos produtos agrícolas cultivados, três deles, de importância capital na nossa balança econômica como propiciadores de divisas, sofreram as seguintes reduções nos respectivos volumes produzidos: algodão - 26%, café - 28,6%, e cacáú - 6,6%. Isso vale dizer que a nossa produção de divisas decresceu nas mesmas proporções acima assinaladas, uma vez que algodão, café e cacáú são produtos intensamente solicitados pelo comércio internacional havendo, no momento, apenas em relação ao cacáú, resistência importadora e conseqüente tendência de baixa, não por excesso de produção mas por manobras comerciais decorrentes dos preços elevados a que o produto atingiu.

Não poderíamos deixar de mencionar, também, o estacionamento da produção do milho, da batatinha e das frutas cítricas. O primeiro, elemento fundamental na nossa economia de transformação industrial, pecuária e motriz, significa uma soma enorme, também estacionária, de produtos alimentares manufaturados, além de outros como o porco e seus derivados; as aves, os ovos e a própria energia motora das nossas atividades rurais. A estática produtora da batatinha e das frutas cítricas, em virtude da generalização de seu consumo, vem prejudicando o melhoramento alimentar, quantitativo e qualitativo da população, ao mesmo tempo que a própria elevação do nosso índice de exportação de cítrus.

Embora as estatísticas assinalem para outros produtos maiores volumes obtidos no decênio em análise, todos nós sentimos e sofremos, principalmente nos últimos seis anos, as deficiências havidas no abastecimento das nossas populações urbanas.

Verificamos já que a área cultivada no decênio 1939-1948 aumentou de 17,3% ao tempo em que constatamos, também, a produção agrícola nacional ampliada de 45,8%.

Há evidente disparidade nesses dados desde que o ritmo de equilíbrio entre a produção e a área cultivada obedece a uma proporcionalidade cujas variações não admitem saltos. Se considerarmos ainda que a deficiência normal da nossa possibilidade de adubação, agravada pela guerra, aliada à crise de combustíveis e de maquinaria agrícola, também decorrente da guerra, prejudicou os nossos índices de produção, aquela disparidade se evidencia mais chocantemente, ainda, porque nesse período foi grande o desvio de braços da agricultura para as atividades extrativas, industriais e urbanas, fenômeno franca e largamente comentado na ocasião.

Nesse decênio presenciamos o desbaratamento da cultura mandioqueira com a extinção da obrigatoriedade do pão mixto que lhe havia proporcionado desenvolvimento sem par, e a derrocada dos nossos laranjais que, por falta de exportação e conseqüentemente de recursos financeiros, durante a guerra, foram relegados ao abandono e à destruição quase totais. Ainda agora, nossa lavoura cítrica atravessa árdua e lenta fase de restabelecimento. Essa queda de produção foi sentida pelo carioca que viu desaparecer a laranja de sua mesa, por muitos meses durante o ano, quando já se habituara ao seu consumo permanente, sem que as exportações voltassem aos níveis de antes da guerra. Todavia, a estatística menciona, em 1948, uma produção de 35 milhões de caixas para uma exportação de 2.800.000, ao passo que, em 1939, quando exportamos 5.600.000 caixas, a nossa produção atingiu apenas a 34 milhões. Entretanto, pela exportação havida e pelo cômputo de consumo interno estimado com o auxílio de todos os órgãos que interferem no seu comércio e distribuição, a safra total de laranjas, em 1948, só atingiu, aproximadamente, a 3.700.000 caixas.

Positivamente, há alguns enganos na nossa estatística de produção e estes necessitam de retificação, pois nos levam a uma conceituação inteiramente errada da posição econômica do Brasil.

Havendo a produção agrícola mundial superado já os níveis de antes da guerra e estando em pleno desenvolvimento a economia colonial africana, produtora de gêneros e matérias primas tropicais, por efeito de esforços técnicos, conjugados a auxílios financeiros concedidos, as possibilidades brasileiras de exportação para aqueles produtos vem se reduzindo por força, principalmente, dos nossos elevados custos, como efeito dos primitivos processos de produção adotados. A atual organização econômica da vida agrícola nacional é tão precária que já permite, mesmo para produtos aqui cultivados, a concorrência vitoriosa do estrangeiro dentro das nossas próprias fronteiras.

EXPORTAÇÃO NACIONAL

A exportação brasileira de produtos de origem vegetal, no decênio 1939-1948, aumentou de 76,9% na sua tonelagem. É necessário esclarecer que esses dez anos abrangeram toda a guerra e mais o período agudo de reorganização mundial.

Mesmo dentro daquela percentagem de aumento, vistosa e aparentemente confortadora, e que a nosso ver é puramente fictícia, tivemos, para um total de 25 produtos 11 com déficit de exportação, en-

tre 1939 e 1948. E' fastidioso mas não podemos deixar de mencioná-los:

Fumo	menos —	28,5%
Cêra carnaúba	" —	10,0%
Óleos vegetais	" —	6,0%
Frutos oleaginosos	" —	18,9%
Castanha do Pará	" —	72,0%
Laranja	" —	49,8%
Borracha	" —	57,7%
Cacau	" —	45,5%
Mate	" —	22,3%
Algodão	" —	20,7%
Banana	" —	31,9%

Entre os produtos que se avolumaram na exportação encontramos a Farinha de Mandioca com 578% de aumento, o Polvilho com 159% e a Tapioca com 1.649%. Essas percentagens elevadas resultaram de dois fatores acidentais, ambos decorrentes da guerra: a necessidade inodiável de suprimentos alimentares e de matérias primas para os países em luta, e a desorganização e consequente paralização da produção asiática, supridora habitual de féculas e amidos aos mercados americano e europeus. Quanto à farinha de mandioca, considerado o anterior desconhecimento, no estrangeiro, de seu uso como alimento, o surto da sua exportação ocorreu paralelamente com a intensificação das necessidades das populações atingidas pela guerra e a braços com a fome. Para termos certeza da natureza puramente acidental desse comércio, basta verificar que as nossas remessas saltaram de 2 mil toneladas em 1945 para 120 mil em 1946 e 100 mil em 1947, anos estes das maiores preocupações alimentares do mundo emergido da guerra.

O grupo constituído pelo arroz, milho e feijão teve, também, inflúido no aumento de sua exportação, quase que as mesmas razões. A análise das estatísticas nos dá essa certeza. Além da normalização das fontes produtoras dos países atingidos pela guerra e, mais do que nunca, necessitados hoje de drásticas medidas de poupança, há ainda, relativamente ao feijão e milho, como razões da queda de sua exportação, os fatores: tipo, características e qualidade que não são especializadas e nem preparadas, ainda, para mercados externos. O nosso arroz terá que lutar, de ora em diante, com a produção estrangeira para a conquista efetiva de mercados consumidores. Não deve haver ilusões quanto ao atual surto exportador que já entrou em declínio, por força de seu custo e da produção estrangeira em vias de restabelecimento.

Quanto à madeira, com o seu índice de 78,8% de aumento em relação à exportação de 1939, há dois graves obstáculos que prejudicarão a sua posição atual: redução das necessidades criadas pela reconstrução das zonas devastadas pela guerra e escassez da matéria prima com o distanciamento progressivo das nossas reservas florestais. Isto determinará o encarecimento crescente da nossa produção madeireira e a sua inacessibilidade ao consumidor que procurará outras fontes abastecedoras e outros materiais substitutivos, menos dispendiosos.

Relativamente ao açúcar, além de militarem contra a sua atual posição na nossa estatística de exportação as mesmas razões já arguidas para os outros produtos, temos que o seu comércio externo é francamente deficitário, como tem declarado por várias vezes, o próprio Instituto do Açúcar e Alcool. O

nosso obsoleto parque industrial açucareiro e as videntes condições técnicas da produção de cana não permitem qualquer veleidade exportadora por parte do Brasil.

Deixando à margem, para comentário especial, o nosso principal produto de exportação, que ainda é o café, precisamos frisar que a quase totalidade dos nossos produtos, que lograram aumento de exportação no decênio, entraram em declínio evidente, de 1947 para 1948.

Estão nessas condições os seguintes produtos:

Cêra de ouricuri	36,0%
Manteiga de cacau	12,5%
Arroz	2,6%
Milho	33,1%
Feijão	49,5%
Polvilho	55,8%
Farinha de mandioca	80,1%
Tapioca	48,8%

Esses são os aspectos do nosso quadro de exportação nos últimos dez anos.

Considerando, apenas, o primeiro semestre dos anos do último quinquênio (1945-1949), as nossas exportações de matérias primas e produtos alimentares apresentam, englobadamente, os seguintes resultados em função da tonelagem expedida:

1949 sobre 1945	+ 21,7%
1949 sobre 1948	- 20,5%

Se considerarmos que, sob o título genérico de matérias primas exportadas, a estatística englobou as minerais com as de origem vegetal e que por isso esta apreciação percentual não pode ser realmente expressiva, passaremos a examinar, apenas, os quantitativos relativos à rubrica de gêneros alimentícios que se referem mais diretamente a produtos agrícolas:

1949 sobre 1945	+ 38,6%
1949 sobre 1948	- 28,5%

Desses dados resulta a evidência de uma queda brusca da exportação nacional no presente ano.

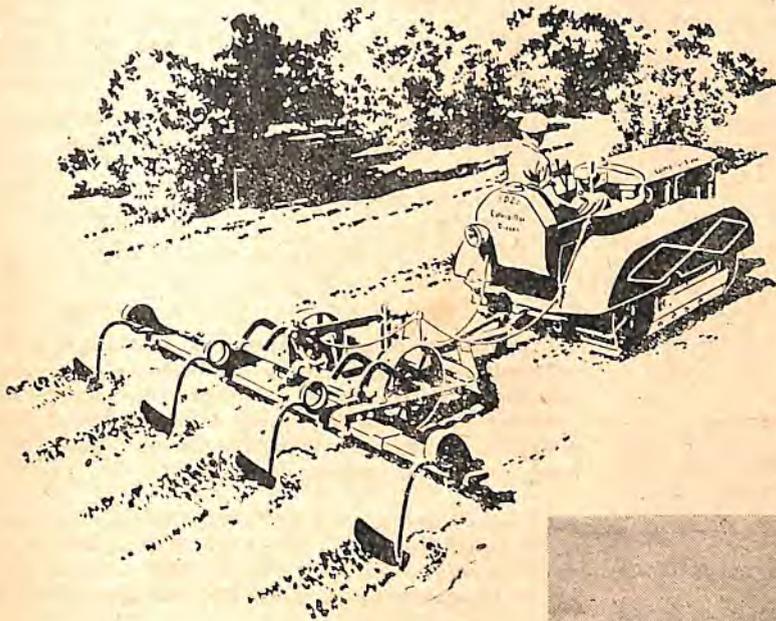
SITUAÇÃO CAFEIRA NACIONAL

Agora, comentemos a situação mundial do café e a posição brasileira em relação a esse grande produto. Consideraremos apenas, nestas apreciações, os últimos 20 anos.

Possuía o Brasil em 1928, 2.381.000.000 de cafeeiros em produção. Até 1935 esse total elevou-se a 3.049.000.000 de pés, em consequência de novas plantações, iniciadas como decorrência da saída política cafeeira de regularização de embarques, inaugurada em 1924 pelo Instituto de Café do Estado de São Paulo, e que vigorou até 1927.

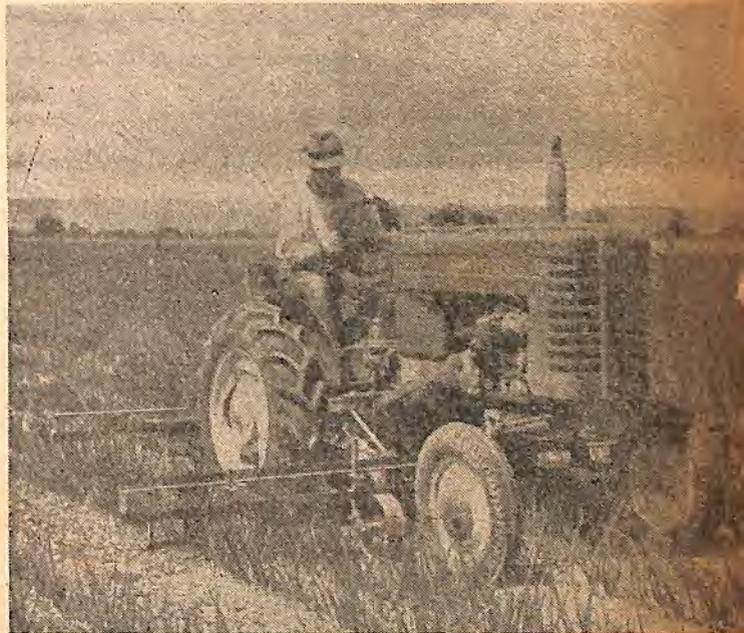
Subsequentemente, com a substituição da política de regularização e controle dos embarques pela de retenção da produção posta em prática pelo mesmo Instituto, já sob outra direção, começou lentamente a decadência das nossas plantações. Embora os maléficatos efeitos econômicos e financeiros da nova política retencionista da produção, despercebida até então pela maioria dos nossos lavradores nos seus efeitos imediatos, começassem a se fazer sentir logo após a sua implantação para, evoluindo subreptícia-

TRATORES E MAQUINAS PARA A LAVOURA



Representam a solução moderna, eficiente, econômica dos principais problemas do lavrador.

Dezenas de milhares, em trabalho contínuo e multiforme, têm assegurado o aumento das áreas plantadas, pelo menor custo e mais rapidamente e com maior perfeição.



SOTREQ, S/A de Tratores e Equipamentos
DISTRIBUIDORA DOS AFAMADOS PRODUTOS

“CATERPILLAR” e “JOHN DEERE”

PARA OS ESTADOS DE MINAS GERAIS, GOIAZ, RIO DE JANEIRO,
ESPIRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL

RI O D E J A N E I R O
AV. BRASIL N.º 9200
Caixa Postal 20

B E L O H O R I Z O N T E
RUA RIO GRANDE DO SUL, 137
Caixa Postal, 858

mente, eclodir, repentinamente, no verdadeiro colapso que atingiu toda a economia nacional, em fins de 1929, em função exclusiva da crise mundial, as novas plantações de café que vinham sendo efetuadas, só entraram em produção efetiva cinco e seis anos depois. Por esse motivo, nosso máximo de cafeeiros em produção, a despeito mesmo do abandono de cafezais, decorrente do colapso financeiro e da queda de produção só se verificou em 1935, dois anos após o término da crise mundial, que ainda vigorava entre nós.

Diante do exposto, o patrimônio cafeeiro nacional evoluiu crescentemente do primeiro para o segundo quinquênio do período, para regredir ou involuir nos subsequentes, conforme as seguintes médias quantitativas periódicas:

Quinquênio de 1928-32	— 2.592.000.000 de pés.
Quinquênio de 1933-37	— 2.870.000.000 ou + 10,7% sobre 1928-32
Quinquênio de 1938-42	— 2.326.000.000 ou — 18,9% sobre 1933-37
Quinquênio de 1943-47	— 2.218.000.000 ou — 22,7% sobre 1933-37

Em 1948, as estatísticas só assinalaram 2.179.000.000 de pés para, no presente ano, acusarem a existência apenas de 2.096.000.000 que representam um decréscimo de 31,2% sobre a ocorrência verificada no ano de 1935.

Agora, vejamos o comportamento da produção brasileira do café, no mesmo período.

De 1928 a 32 produzimos a média anual de 23.934.000 sacas.

Em 1933-37 obtivemos a média de 23.315.000, inferior em 2,5% à primeira.

Em 1938-42 a média anual caiu para 18.903.000 ou sejam — 21% sobre o quinquênio base e, finalmente,

De 1943 a 47, conseguimos, tão somente, a produção média de 14.259.000 sacas o que representa uma queda de 40,4% sobre a produção média de 1928-32.

A produção média de arrobas por mil pés, em cada um dos quinquênios examinados, foi a seguinte:

1928-32	— 37,0 arrobas por mil pés
1933-37	— 32,9 " " " "
1938-42	— 32,1 " " " "
1943-47	— 25,7 " " " "

O declínio verificado nessa produção média resultou da falta de cuidados culturais e da queda da fertilidade do solo dos cafezais. Não foi proporcional à redução numérica dos cafeeiros. Resultou de fatores mais graves que atingiram a própria fertilidade do solo e concorreram para o enfraquecimento do indivíduo vegetal e para sua vulnerabilidade às pragas que recrudesceram.

Para o presente ano o D. N. C. estimou a colheita que está em vias de conclusão em 14.413.000 sacas que significaria uma produção média de 27 arrobas por mil pés. Infelizmente, aquele mesmo órgão reconhece hoje o exagero da primitiva estimativa. Pode-se afirmar, agora, que a atual safra não irá muito além de 11 milhões de sacas, se tanto, com a média aproximada de 22 arrobas por mil pés.

As exportações brasileiras do café, como não po-

deria deixar de acontecer, acompanharam, também, negativamente, porém em proporções diferentes, a involução da sua economia interna produtora, como verificamos pelo quadro abaixo, relativo ao período em análise.

	Média anual de café exportado
1.º quinquênio	14.647.000 sacos
2.º " "	14.248.000 "
3.º " "	12.845.000 "
4.º " "	13.634.000 "

Em relação ao 1.º quinquênio, as percentagens de queda da exportação foram, respectivamente:

no 2.º quinquênio de	2,7%
no 3.º " "	12,3%
e no 4.º " "	6,9%

de.

Quanto aos preços vigentes no mercado internacional, demonstram eles a insuficiência atual da produção para o consumo do mundo. Evoluíram na razão inversa tanto dos stocks existentes como da produção. Assim é que a média do valor global da nossa exportação cafeeira foi

No 1º quinquênio de	— 2.315.000.000 de cruzeiros
no 2º quinquênio de	— 2.142.000.000 de cruzeiros
no 3º quinquênio de	— 2.020.000.000 de cruzeiros
no 4º quinquênio de	— 5.023.000.000 de cruzeiros

A depressão dos preços resultantes da crise de 1929 permaneceu, praticamente, até o fim do 2º quinquênio. No 3º quinquênio, manteve-se pela desorganização dos mercados mundiais em consequência da guerra.

Os nossos custos de produção sofreram uma progressão que poderá ser perfeitamente avaliada, apenas, pela citação das médias do 1º quinquênio e as de 1949.

1928 — 32	— custo médio de produção, por saco — 88,000 cruzeiros.
ano 1949	— custo médio de produção, por saco — 544,00 cruzeiros, provavelmente.

As despesas de custeio de mil pés de café, de 1928 a 1932, giraram ao redor de 800 cruzeiros. No presente ano, essas mesmas despesas atingiram o 3.000 cruzeiros aproximadamente. A média de produção por mil pés, naquele quinquênio, foi de 37 arrobas ao passo que hoje será apenas de 22.

A composição deste total de despesas do ano corrente resultou do encarecimento da mão de obra, da majoração de impostos e dos transportes, de todas as utilidades indispensáveis à produção, inclusive dos adubos, além de despesas de combate à broca do café.

As cotações vigentes em agosto deste ano para o tipo 4 Santos, que é a qualidade média do café brasileiro, giraram ao redor de 516 cruzeiros, por saco, em Santos. Esta é uma cotação excepcional, nunca atingida anteriormente por esse tipo que está sendo pago, em Nova York, à razão de US 31,00

ou sejam 570 cruzeiros, ao câmbio de 18,38. Todavia, até pouco antes, o nosso produtor estava vendendo o seu café, no interior, a um preço variável entre 450 e 500 cruzeiros por saca, que, apesar de excelente quando comparado com as cotações do passado, será possivelmente deficitária, tais sejam os acidentes comerciais futuros, que a própria elevação dos preços poderá determinar.

A baixa produção atual, em função das solicitações consumidoras mundiais, é a responsável pelas altas cotações do produto, alta esta que agora se agiganta mercê da eminência de menores colheitas.

Considerando que as principais floradas, garantidoras da próxima safra a ser colhida em 1950, desabrocharam de Setembro a Outubro do presente ano, pode-se afirmar, desde já, que a produção cafeeira nacional próximo futura será menor do que a atual, em virtude da seca que veio e vem castigando duramente os nossos cafésais. Mesmo que as chuvas caídas já, continuem e se desenvolvam normalmente, não mais beneficiarão a colheita vindoura.

Enquanto, em nossa terra, a economia cafeeira tomou esse aspecto, vejamos o que aconteceu, no mesmo período de vinte anos, entre os produtores concorrentes do Brasil.

Referentemente à produção, que constitui o principal ponto a ser examinado e que nos interessa profundamente porque é proporcional às extensões das culturas, as quais só se desenvolvem por força de comércio convenientemente remunerador, as condições dos nossos concorrentes, em conjunto, são verdadeiramente brilhantes.

De 1928 a 1932 a sua produção subiu paulatinamente, sem grandes recuos, de 8.860.000 sacos para 9.239.000, conseguindo um crescimento de 4,2%, justamente no quinquênio em que a produção brasileira atingiu o seu apogeu. Verifica-se, ainda, pelas estatísticas que, enquanto a produção brasileira se processa entremeadada de safras elevadas e baixas, a concorrente se desenvolve e prossegue sem esses acidentes anuais, considerados, entre nós, como fatos normais e inerentes à própria cultura, mas cujas causas determinam os pontos fracos da nossa economia cafeeira, como é convicção dos técnicos nacionais.

Para não alongarmos esta exposição, pois que o desenvolvimento anual da produção em análise prossegue em ritmo superior ao assinalado entre 1928 e 1932, passaremos a mencionar, apenas, as médias anuais de produção nos quatro quinquênios:

1928/32	8.658.000 sacos — Base		
1933/37	9.512.000 " + 9,8%	sobre a base	
1938/42	12.571.000 " + 45,1%	" " "	
1943/47	14.260.000 " + 64,7%	" " "	

Já vimos, linhas atrás, como se comportou a produção brasileira no mesmo período, pelas suas médias quinquenais. Todavia, convém lembrá-lo:

1.º quinquênio	23.934.000 — Base		
2.º "	23.315.000 2,6%	sobre a base	
3.º "	18.903.000 21,0%	" " "	
4.º "	14.259.000 40,4%	" " "	

É triste reconhecer; mas pelos dados citados o Brasil recuou tanto na produção quanto avançaram os seus concorrentes. E o mais melancólico é que

esse recuo foi efetuado sem necessidade e sem que se lutasse para evitá-lo ou mesmo retardá-lo.

O fator qualitativo da nossa produção, também em declínio, é mais um dos resultados negativos da administração que não manteve os serviços especializados nas condições em que já existiram.

Quanto aos valores médios obtidos pela nossa exportação cafeeira, permaneceram eles mais ou menos estáveis durante os três primeiros quinquênios, havendo, entretanto, grande alta no último, correspondente a pouco mais de 100%.

Poderia ser alegado que os altos preços atualmente pagos pelo nosso café constituem vantagem porque, com menor volume de produção e, portanto, com menor trabalho, estamos obtendo mais que o dôbro dos preços antigos.

Esta alegação seria absurda. Os altos preços atuais, longe de nos beneficiarem, mesmo porque serão possivelmente deficitários em relação ao custo da nossa produção, como ficou demonstrado, fatalmente estarão provocando maior e mais rápido desenvolvimento da produção concorrente.

Se, na base dos preços antigos, os nossos concorrentes desenvolveram a sua produção aos níveis verificados, imagine-se o que nos aguarda, daqui para o futuro, sabendo-se, ainda, que a mais volumosa parcela da produção nossa concorrente obtém, nos mercados mundiais e especialmente no norte-americano, cotações especiais com acentuado âgio sobre a do nosso produto.

Assim é que, enquanto o tipo 4 Santos obtinha na praça de Nova York \$ 31,00 por saca (correspondente a 567,30 cruzeiros ao câmbio de 18,38), o Venezuela que constitui aproximadamente a qualidade média dos nossos concorrentes, estava obtendo, pela mesma unidade, US\$ 37,00 ou 680 cruzeiros, ao mesmo câmbio.

Fator importantíssimo a favor dos nossos concorrentes é, ainda, o representado pela seu menor custo de produção.

No passado, tivemos ainda o concurso da "Broca do Café" na eliminação de concorrentes produtores. Hoje ela é força negativa aqui também. Se, entretanto, o combate químico da praga for eficiente como parece, constituirá ele recurso defensivo para todos os produtores do mundo, não nos beneficiando isoladamente.

Estamos, portanto, numa incrível situação. Enquanto o Brasil cafeeiro se debate agoniado com produção decadente por unidade e por área, com seus custos de produção deficitários em relação aos mais elevados preços até hoje alcançados pelo produto, os nossos concorrentes ampliam e aprimoram a sua produção. Qual será o desfecho desta situação? Contra nossa própria vontade que se rebela, apesar da evidência, surgem em nossos espíritos os fantasmas do caso da nossa laranja levada para os Estados Unidos e o da borracha exportada para a Ásia.

Nada adianta apurarmos aqui ou atribuírmos responsabilidades pelas várias diretrizes desastrosas de nossa política econômica em relação ao café, ou indicarmos incompetência ou o desleixo administrativo deste ou daquele órgão, deste ou daquele administrador. O essencial é que fique patentemente clara a situação atual, terrivelmente aflitiva para toda a nação, apesar da alta.

O país está hoje a braços com uma grave crise de divisas para importações imprescindíveis, por força do declínio de sua exportações, como consequência da menor produção, acentuada de meados de

1947 para cá. Devemos contar com o agravamento dessa situação, principalmente, porque o grande produtor de divisas que ainda é o café, proporcionará, neste e no próximo ano de 1950, as menores colheitas dos dois últimos decênios.

O fracasso das floradas de setembro e outubro determinantes da última e súbita elevação desproporcionada dos preços do produto, permitiram, momentaneamente maiores suprimentos acidentais de divisas ao país, ao lado de atual e intenso surto de plantações novas em todo o mundo.

Assim sendo, dentro de seis anos, quando essas novas plantações entrarem em produção, a concorrência estrangeira suplantará a produção nacional no abastecimento mundial, em consequência do seu menor custo e melhor qualidade, se, desde já, medidas defensivas acertadas não forem adotadas pelo Brasil, que caso contrário, passará a simples complementador das necessidades mundiais, desde que ainda haja complementares fornecimentos a serem cobertos. E o Brasil não possui e nem poderá improvisar e muito curto espaço de tempo, produção substitutiva do café, que nos possa proporcionar as divisas de que tanto necessitamos.

PRODUÇÃO NACIONAL PER CAPITA

Encarando o volume da exportação nacional, não poderíamos deixar de considerar o seu índice per capita que reflete as condições do nosso meio produtor.

Nos três anos antecedentes à deflagração da guerra, nossa exportação per capita comportou-se da seguinte maneira:

Em 1937 exportamos	Ks.	84,100
" 1938 "	"	96,600 e
" 1939 "	"	102,800

A partir de 1940 até 1945 a nossa tonelagem exportada decresceu aos índices que passamos a relacionar:

1940	77,600
1941	83,200
1942	61,600
1943	61,500
1944	60,000
1945	66,100

Terminada a luta armada em 1945, e diante de um mundo exausto, desorganizado e faminto, a nossa tonelagem exportada pouco aumentou nos três anos subsequentes, enquanto continuávamos a lutar contra a maior crise alimentar interna que vinha assolando o país desde 1942.

Assim é que exportamos:

Em 1946	Ks.	77,900	per capita
" 1947	"	78,700	" "
" 1948	"	95,200	" "

Voltando nossas vistas para o período da primeira guerra mundial e considerando que os instrumentos de trabalho e a técnica de produzir, na época, eram menos eficientes que os atuais, tanto quantitativa como qualitativamente; que, a exportação de matérias primas estratégicas foi menor do que nesta segunda guerra; que a nossa exportação de produtos industriais não influiu na tonelagem ex-

portada por ser incipiente ou embrionário o parque industrial do país; somos forçados a aceitar que a nossa economia produtora, de então, foi mais eficiente do que a de hoje, mesmo porque os meios



**NÃO
CORROSIVO**

CRUZOL

**DESINFETANTE
DE
ALTO TEOR**

PARA USO NOS
CURRAIS, CHIQUEIROS, ESTÁBULOS,
GALINHEIROS E OUTROS
ABRIGOS DE ANIMAIS

**EFICAZ ESPECÍFICO
CONTRA AS BICHEIRAS**

EXTERMINA OS PARASITAS
E CICATRIZA AS FERIDAS,
EVITANDO A DEPRECIAÇÃO
DO COURO DOS ANIMAIS

ACREDITADO PRODUTO DA
SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ
RIO DE JANEIRO

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:
CASTRO LOPES & TEBYRICA
RUA DA ALFÂNDEGA 81-A
RIO DE JANEIRO

de comunicações e transportes eram infinitamente menos variados.

De 1912 a 1920, a nossa tonelagem exportada, per capita, obedeceu a um crescimento regular e equilibrado que, partindo de Ks. 54,300, atingiu a Ks. 76,600, sem oscilações.

Considerando as exportações efetuadas entre 1912 e 1920 (período da 1.^a grande guerra) e as verificadas de 1937 a 1947 (2.^a grande guerra), observamos que para um aumento de 61%, entre os anos extremos da primeira guerra, só obtivemos 14% entre os da última.

PANORAMA RURAL

Meus senhores! Já dissemos em outro trabalho e aqui repetimos que a história econômica brasileira é constituída de uma série de lentos avanços e rápidos recuos, em linha ascensional quase imperceptível, onde o padrão da vida nacional, ainda que modesto, não chega a ser atingido. A situação presente da nossa economia cafeeira é um dos mais evidentes e dolorosos exemplos dessa afirmativa.

Erigida pela capacidade construtiva do brasileiro, constituiu ela assim, no setor agrícola, sem que talvez o percebessemos, um dos maiores fenômenos econômicos até hoje verificados no mundo. Comprovando a inteligência, a tenacidade e o valor construtivo do nacional, já era realidade, antes da entrada do imigrante estrangeiro que, incontestavelmente, veio proporcionar ao país maior vitalidade construtiva na senda do progresso que passamos então a palmilhar. Pois bem. Nesse momento surpreendente, devido à ação ordenada e corajosa do brasileiro, que maravilhou a todos os grandes economistas e sociólogos mundiais que dele tiveram conhecimento exato e que o examinaram "de visu", já se manifestam os efeitos calamitosos de injustificável desagregação crescente, por força exclusiva de erros cometidos por administrações sem a indispensável estatura proporcional à qualidade construtiva do povo brasileiro.

Será mais um recuo de efeitos desastrosos incalculáveis a ser assinalado na vida econômica do país, se medidas energias, eficientes e contínuas não forem adotadas pelos órgãos que tenham responsabilidade no equilíbrio econômico e social do país.

No momento, e já o dissemos em outra ocasião, o triste quadro rural brasileiro continua tendo como fundo: analfabetismo quase total para a sua população que é preponderante; ausência de assistência social apesar da salubridade precária; índices surpreendentes de mortalidade infantil; deficiência de escolas primárias, profissionais e técnicas; exgotamento das terras cultivadas; distanciamento progressivo das trevas virgens dos centros habitados; fertilizantes e inseticidas a preços proibitivos; êxodo para as cidades, e redução das áreas cultivadas que é o que significa o pequeno crescimento destas em confronto com o da população e das suas necessidades.

Esses aspectos focalizam também a necessidade inadiável de reforma agrária que mobilize, em benefício de produtores rurais, as áreas latifundiárias inaproveitadas e estrategicamente situadas em função dos centros consumidores, dos portos e das vias de transporte.

A vida rural hoje é pior que há dez anos atrás. Se focalizamos a vida rural é porque ela sintetiza a economia nacional. Desenvolvimento industrial e

prosperidade geral são incompatíveis com economia rural deliquescente como a atual, que tira ao camponês toda a capacidade aquisitivo. Fonte de matéria prima industrial e consumidora da manufatura, está sendo compelida a falhar nesse duplo aspecto. Resultará disso, inevitavelmente, como já vêm sendo observado, crise industrial e marasmo comercial, o que vale dizer crise geral, uma vez que só será possível exportação dos nossos produtos industriais à base de matéria prima nacional e não da importada, que lhe traria concorrência privilegiada.

O pauperismo reinante no interior brasileiro não resulta de incapacidade individual de produção mas das condições acima assinaladas, somadas a outras preponderantes, como a carência do crédito e a sua inexistência absoluta sob forma descentralizada.

Num ambiente cujas condições esboçamos, assomado ainda pelo intermediarismo comercial decorrente da inexistência do aparelhamento econômico de distribuição da produção, não é possível a existência de recursos transportadores eficazes. Para uma produção migratória e flutuante como a que temos conseguido até hoje, não é possível transporte perfeito e econômico.

POLÍTICA FINANCEIRA

Em trabalho que executamos anteriormente e do qual, neste momento, não podemos deixar de reter um pequeno tópico, dissemos que, "a nova diretriz imprimida à política financeira governamental, sob a alegação de inflação, veio prejudicar a atividade produtora do país. O meio circulante era exorbitante, dizia-se. Entretanto, o país vegetou durante trinta anos sob o regime de uma disponibilidade circulante "per capita" ridícula e que se manteve até 1940. De 40,2 cruzeiros em 1910 passamos apenas para 124,3 em 1940. Essa modificação quantitativa é ainda inexpressiva se considerarmos que o trabalho evoluiu integralmente, do manual para a mecânica, paralelamente à técnica e à altura geral que nos últimos trinta anos promoveram verdadeira transfiguração nas condições materiais do mundo. E o Brasil até esse ano, principalmente o Brasil rural que é o fundamento nacional, pouco evoluiu.

À inflação que se combate, atribui-se o encarecimento da vida. Ao propalado excesso da moeda, o seu aviltamento.

Entretanto este aviltamento só se verificou dentro do país em consequência da escassa produção de utilidades que, por sua vez, além de outras causas, decorria da deficiente orientação de crédito.

Iniciou-se o combate à inflação. Deflacionou-se o crédito e o custo da vida elevou-se mais e ainda se elevará porque sem crédito não pode haver produção organizada. Quanto à política financeira do governo, que deveria ser a de bem orientar as correntes de crédito para as atividades produtoras afim de incrementá-las, agiu no sentido da sua restrição e de uma restrição brusca.

As atividades imobiliárias nos grandes centros urbanos foram excepcionalmente bem contempladas pelo crédito vigorante até 1946. Dados os recursos financeiros nacionais, consideramos que esse foi o grande mal. Refuta-se isto com a alegação de que ainda hoje há falta de habitações nos grandes centros. Todavia, o incontestável é que se o crédito não houvesse faltado para a produção, não teríamos observado êxodo tão pronunciado dos campos para a cidade. O contrário é que se daria, com o desen-

volvimento de toda a estrutura econômica e social do interior. Não houve equilíbrio na distribuição do crédito. Enquanto praticamente só o Banco do Brasil concedia financiamentos rurais, nas bases e pela forma que operava, as atividades imobiliárias urbanas se desenvolveram custeadas pelos bancos em geral, pelas Caixas Econômicas e pelas autarquias.

Enquanto isso, a nossa moeda resistia a qualquer desvalorização no exterior, apesar da elevação do meio circulante em 292,6%, de 1940 a 1948. Considerando apenas o dólar, as cotações oficiais em relação à nossa moeda evoluíram de 19,79 em 1940 para 18,65 atualmente, o mesmo acontecendo no mercado livre que de 16,61 passou para 16,50 em 1946, quando por força do controle cambial, passou a vigorar o mercado negro da moeda.

As reservas de ouro que em 1940 perfaziam a quantia de Cr\$ 1.290.877.000,00 elevaram-se para Cr\$ 7.140.947.300,00 em 1947, o que representou um aumento de 460%. De 1940 a 1947 o nosso saldo de exportação foi de Cr\$ 16.414.987.000 resultado do comércio de guerra. Nesse aspecto a situação atual não precisa de comentários.

O próprio desequilíbrio da nossa balança comercial, que vem se acentuando de 1947 para cá, não afetou ainda a estabilidade cambial do cruzeiro. Todavia, no mercado negro o dólar está sendo vendido a Cr\$ 30,00 em média.

A atual escassez de divisas para atender às imperiosas necessidades da importação, decorreu do descontrole havido nas importações subsequentes à guerra. Visaram estas, principalmente, o conforto das populações urbanas, finalidade perfeitamente adiável considerada a urgência de reequipamento melhorador da nossa produção que sofre hoje os efeitos graves dessa situação.

Constatamos o marasmo da vida econômica do país enquanto o meio circulante se manteve praticamente estacionário durante quase trinta anos. Nesse período, ao lado da duplicação da população do país, as suas condições econômicas gerais permaneceram imutáveis, sujeitas, apenas, a leves modificações vegetativas. O maior surto de atividades nacionais verificou-se posteriormente, embora ele se manifestasse em setores menos recomendáveis que outros mais reprodutivos e convenientes à economia geral.

As diretrizes da atual política financeira do Governo, de combate "à outrance" ao que ele admite seja inflação, está repercutindo desastrosamente em todo o organismo econômico do país sem haver se constatado, até o presente momento, quaisquer resultados comprovantes do acerto dessa norma de ação oficial.

Criou-se propositadamente desnecessária e prejudicial crise de meios de pagamento, tanto mais grave porque lançada no justo momento em que as atividades internas decorrentes da guerra começavam a entrar num período de transição; quando a própria ação oficial deveria se exercer, como resultado de indispensável controle importador, no sentido de melhorar reaparelhar o nosso parque de materiais já desgastados, em apoio do reajustamento da economia brasileira no sentido de sua consolidação, para enfrentar, com estabilidade, o novo período de normalidade que a paz estabelecia.

Como fruto da deflação do crédito, estabelecida de modo repentino em meados de 1947, temos agora os primeiros resultados corporificados pela nossa menor exportação do semestre inicial deste ano, e

pelo conseqüente agravamento das nossas dificuldades na obtenção de divisas.

No primeiro período do ano em curso exportamos menos que no seu correspondente de 1947 e menos ainda 423.517 toneladas que no do ano passado. Em valor, essa exportação caiu de 1.571.000.000,00 de cruzeiros. Ao lado disso as nossas importações baixaram de 12 bilhões para 8.754.000.000 no mesmo período.

Esses efeitos da deflação do crédito sobre a nossa balança de intercâmbio aliadas a causas secundárias, só agora estão se evidenciando porque a deficiência de numerário, resultante da política deflacionista iniciada em 1947, passou a prejudicar a produção de 1948 só exportável em 1949.

Se anteriormente o nosso crédito, por efeito de deficiente orientação, concentrava-se em atividades urbanas, como poderia ele influenciar, tão energicamente, no sentido negativo, os setores da produção rural a fim de ocasionar o desequilíbrio citado pelo seu cancelamento? A resposta a esta pergunta torna-se óbvia desde que é conhecido o interesse do comércio pela produção, sua única razão de ser, principalmente da que dele depende financeiramente por falta de recursos próprios ou de crédito especializado. Atingidos a indústria e o comércio em geral, pelo cancelamento do crédito, automaticamente os mais distanciados setores da produção foram prejudicados também naquele mínimo de recursos que lhes chegava como sobras das atividades urbanas, bem irrigadas de numerário pelo crédito fácil. Fazia-se mistér, preliminarmente, um acurado estudo analítico da situação nacional e da sua posição no ambiente internacional para adoção de medida tão grave. Impunha-se, antecipadamente, um planejamento de ação administrativa e das próprias atividades na esfera coletiva da produção, prevendo as reações que poderiam ocorrer e, principalmente, as que deveriam ser provocadas no sentido construtivo e de propulsão do progresso nacional. A falta dessa prévia análise cuidadosa e imprescindível, resultou o desequilíbrio que estamos sentindo.

O crédito, como verdade acaciana, é o insuflador de energia criadora. É a corrente sanguínea que, irrigando órgãos e membros, facultava-lhes vitalidade e produção equilibrada. Conseqüentemente, se essa irrigação for canalizada com orientação consciente, só poderá produzir resultados úteis, sem o perigo de letargia ou anemias, de desequilíbrios ou colapsos. Nessas condições, a política crediária e financeira de qualquer órgão ou nação só poderá ser exercida, construtivamente, mediante a prévia adoção de rumos condizentes com a realidade econômica, conhecida em seus detalhes.

Deante dessa ordem de idéias e do exame, embora superficial, que acabamos de relatar sobre as precárias condições econômicas atuais do país; deante da verificação infatigável de que os fatos de hoje, longe de serem fenômenos isolados, constituem prosseguimento de ocorrências idênticas, comuns na vida nacional; deante da evidente falta de identidade ou de mera semelhança dos sucessivos programas e rumos de ação dos nossos administradores e homens públicos que se sucedem; deante, ainda, da constatação de que esses programas de ação poucas vezes resultam do simples estudo de uma situação de momento, ou mesmo de um problema isolado, quanto mais do de um ambiente econômico e social para progresso em função do meio internacional, chega-se à conclusão de que é indispensável, daqui

para o futuro, que a ação administrativa oficial seja definida e orientada por planejamentos a serem cumpridos até seu término efetivo. Esta conclusão é forçada, principalmente, pelas atuais contingências econômicas e sociais do mundo que não mais permitirão, impunemente, o desbarato ou a improdutividade de patrimônios materiais ou territoriais, julgados valores importantes á comunhão mundial, principalmente quando esses patrimônios não tenham, para defendê-los, a ação atenta, ágil e suficientemente respeitada de um órgão nacional forte, capaz de justificar o desperdício ou o seu imperfeito aproveitamento.

Ao eminente General Juarez Távora não passaram despercebidas essas contingências ineludíveis. Em recente conferência, o ex-ministro da agricultura arrolou as seguintes forças negativas que se antolham ao reerguimento da economia nacional:

"a) Dispersão da população sobre um área enorme, dentro da qual seu "valor relativo" se amesquinha;

b) precariedade das interligações econômicas dos núcleos populacionais, disseminados no território;

c) dificuldades opostas á atividade humana pelo clima (calor, endemias, etc.), e pela natureza do solo (erosão, óbices às linhas de transportes terrestres, etc.);

d) quase completo desaparelhamento do nosso homem (ignorância e insuficiência física) para enfrentar vantajosamente os óbices da natureza;

e) fraca utilização da máquina como elemento multiplicador de energia humana (51% de energia utilizada no Brasil ainda é de natureza muscular);

f) fraco espírito de iniciativa individual especialmente para os empreendimentos pioneiros — agravado, de um lado pelas dificuldades de crédito, e, de outro lado, pela sugestão crônica das clientelas políticas ao empreguismo oficial.

g) ausência de diretrizes nacionais de política econômica — aí incluída uma lei de investimentos;

h) exagerada centralização administrativa nas esferas federal e estadual, em detrimento da municipal".

Essas contingências, aliadas ao conceito da imprescindibilidade cada vez mais acentuada das especializações profissionais atuantes tanto no plano legislativo como no executivo ou no administrativo, o que desastrosamente não se dá entre nós, levaram o Sr. Presidente da República a enviar ao Congresso Nacional o chamado Plano Salte que ali permanece, ainda, a espera de estudo e aprovação finais.

PLANO SALTE

Não significou o Plano Salte a concretização exclusiva de um capricho governamental momentâneo para efeitos demagógicos, perante a opinião pública. A necessidade do seu preparo, além de decorrer mesmo das manifestações contínuas da própria opinião pública a clamar contra as deficiências da produção de utilidades e os excessos de seu custo que precisavam ser corrigidos sem a continuidade do emprego de artificialismos, permanou de claro prece-

HIME COMERCIO E INDUSTRIA S. A.

52 — RUA TEOFILO OTONI — 52

Caixa Postal: 593 — Endereço telegráfico: "FERRO" — Telefone:
23-1741 — RIO DE JANEIRO — DEPOSITO DE FERRO E AÇO —

RUA SACADURA CABRAL Ns. 108 a 112 — Tels.: 43-6282 e 43-0396
ELETRODOS PARA SOLDA ELETRICA "ACTARC"

AGENTES DA CIA. BRASILEIRA DE USINAS METALURGICAS

Com altos fornos para produção de ferro gusa, grande laminação de ferro e aço em barras, vergalhões e cantoneiras, fundição de ferro e bronze, fabricação de parafusos, rebites, porcas, tirefonds e grampos para trilhos, taxas para engenho, ferros de engomar, balanças e pesos, louças de ferro fundido, pias e lavatórios, esmaltados, bombas, etc.

nício constitucional, que deu ao Executivo o encargo de orientar os rumos basilares da economia nacional.

No estudo e preparo do referido Plano, os seus elaboradores não se ativeram, apenas, ao planejamento para um período de ação, embora transpuzesse este os limites temporários de um governo para o subsequente. Conquanto a execução do Plano obrigue dois governos sucessivos aos imperativos de trabalho programado, não desempenhará função criadora, se ao primeiro, ainda no Congresso Nacional, há dois anos não se seguirem outros, preparados sucessivamente, em perfeita harmonia e conexão com os imediatamente anteriores. Isto quer dizer que a aprovação do primeiro planejamento econômico do país, automaticamente imporá ao legislativo a aprovação, em tempo oportuno, dos subsequentes. Procedimento contrário seria absurdo por dois motivos: porque a falta de novos planejamentos sucessivos e conexos reduziriam, para em seguida anular, o valor construtivo daquele, e ainda porque, é fatalidade cristalina, no mundo de hoje, o perecimento efetivo e irreversível das nações que não desenvolverem sua ação, em todos os setores de atividade, em obediência a antecipadas diretrizes, fixadas pelas cias internacionais. E essa verdade, encerra, na sua estuda do meio nacional, em função das contingências próprias simplicidade, a indicação dos riscos e das desgraças nacionais decorrentes de sua interpretação negativista.

O Plano Salte foi elaborado e apresentado ao Congresso, onde ainda permanece a despeito de sua urgência, em data suficientemente calculada para abranger metade do período governamental em curso e metade do subsequente. Este preconcebido processo eliminar a apresentação de programas governamentais heterogêneos ou discordantes, como até hoje, de candidatos e governantes futuros. O Poder Executivo será essencialmente executor de programas resultantes dos planejamentos preparados por elites de técnicos especializados, analistas conscienciosos e minudentes de todos os fatores que deverão determinar as rotas mais convenientes e eficazes ao esforço construtivo nacional. O próprio Congresso, na sua faculdade soberana, de caráter julgador meramente político, ficará adstrito à aprovação das conclusões dos técnicos elaboradores dos planejamentos, ou exercerá sua atribuição crítica mediante, também, um pronunciamento absoluto e essencialmente técnico de órgãos consultivos especializados, integrantes ou não desse mesmo Poder Legislativo. E como a razão determina que as elites técnicas especializadas do país constituam os órgãos elaboradores dos nossos planejamentos, segue-se que ao Congresso não restará senão ratificar os planos que lhe forem encaminhados pelo Chefe do Executivo. E nisto não haverá desdouro ao Legislativo, uma vez que a sua ação fiscal, na execução dos planos aprovados, será de importância decisiva na obra de reconstrução nacional que se pretende iniciar e que está dependendo da sua exclusiva aprovação já retardada, e angustiosamente aguardada pela nação que vê se acumularem maiores dificuldades aos já gravíssimos probabilidade de suas próprias linhas de base.

Há, ainda, um detalhe importante a esclarecer quanto ao procedimento fundamental para planejamentos sadios. É aquele que se refere ao conceito de obrigatório pronunciamento interferente de técnicos ligados a interesses privados, por força da própria condição profissional, e à manifestação opinativa

de elementos coletivos, representativos de interesses privados ou de classes.

Esses elementos poderão manifestar-se espontaneamente ao órgão planejador ou quando solicitados por este, sem que essa interferência ultrapasse as raia de simples colaboração, que será aproveitada ou não nos planejamentos em preparo. Os possíveis perigos de procedimentos contrário são demasiadamente evidentes para merecerem outros esclarecimentos de economia liberal ou a liberal democracia ficará **arranhada** pela honesta providência de se subprepor o interesse geral a possíveis insídias de interesses privados; de salvaguardá-lo de manobras prejudiciais à coletividade? Não, de certo que não. Trata-se apenas de uma adaptação político-econômica, indispensável à própria sobrevivência da democracia, que não se pode enquistar em suas formas primitivas. A política se coloca no tempo e fetiche, o serviço de interesses inconfessáveis.

O Setor Alimentos do Plano Salte, por ser o mais focalizado, tanto em virtude do momento atual como pela sua preponderância em relação aos demais aspectos da vida econômica e social brasileira, foi objeto de acurados estudos quando elaborada por uma comissão de técnicos oriundos do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Bahia e da Ceará, constituindo uma equipe de 28 profissionais especializados, todos pertencendo, nas seguintes proporções: 64,3% federais e forneceu um brilhante contingente constituído por destacados elementos de valor incontestável.

No Setor Alimentos, a parte vegetal mereceu amplo estudo, sendo focalizados os problemas atinentes ao fomento da produção do açúcar, fibras, arroz, batata, cacáu, café, chá, feijão, fumo, forragens, mandioca, milho, mate, horticultura e fruticultura, silvicultura, óleos, trigo e vitivinicultura. Na produção animal, estudaram-se os seguintes problemas: possibilidades ecológicas, carnes e derivados, leite e derivados, defesa sanitária do rebanho, assistência técnica ao criador, aquisição de reprodutores, inseminação artificial, problema agrostológico, bovinocultura, suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, apicultura, peixe e pescado, sericultura, industrialização, armazéns frigoríficos, transportes, formação de pessoal especializado, e aplicação dos recursos.

A defesa econômica — a nosso ver o aspecto mais importante — fixou bases e diretrizes para: distribuição da produção — armazenagem, garantia da produção — preços mínimos, armazens e silos, conservação do solo, defesa sanitária vegetal, fertilizantes e corretivos, imigração e colonização, mecanização agrícola e fazendas educativas.

A defesa financeira se processará por intermédio do crédito agrícola, do seguro agrário, consubstanciados no Banco Rural, ficando também devidamente encarregado o desenvolvimento do cooperativismo e das pesquisas, a par de dois planejamentos regionais: Vale do Paraíba e Baixada Fluminense.

Assim, do Plano Salte o Setor Alimentos é o que na realidade mais direta e imediatamente influí, não apenas na satisfação das necessidades alimentares do país como na produção e preparo de matérias primas para as nossas indústrias e no desenvolvimento das exportações. Isto vale dizer que desse setor dependem o melhoramento das precárias condições do nosso padrão alimentar, qualitativo, quantitativo e de custo; o funcionamento desafogado e regular

da nossa indústria pela satisfação das matérias primas a ela indispensáveis; pelo revigoramento das exportações nacionais e consequente melhoria das atuais condições produtoras de divisas, impositivamente necessária ao levantamento da presente situação, no que diz respeito, principalmente, às prementes necessidades de reequipamento do país no que tange a material mecânico e automotor; pelos reflexos gerais benéficos na arrecadação fiscal, propiciadora de atuação construtiva e assistencial do governo, assim como do equilíbrio orçamentário.

Não pretendemos com estas considerações inquirir de menos importantes os demais setores do Plano — os de Saúde, Transporte e Energia — que na realidade são interdependentes. Todavia, as atividades produtoras, perfeitamente orientadas e conduzidas de forma equilibrada pelos lineamentos estabelecidos no Plano, insuflarão sangue novo e entusiasmo no campo produtor, principalmente no rural, entusiasmo justificado pelo apoio seguro, eficiente e contínuo que não mais decepcionará, provocando receptividade ampla e razão de ser às providências construtivas dos demais setores citados. Demorada seria a colheita de resultados pela execução dos programas dos setores de Transporte e Energia sem a prévia emulação no campo produtor. O próprio setor Saúde teria frios reflexos no seio de uma população rural desarvorada e empobrecida, desanimada mesmo para reagir ao influxo das necessárias medidas levantadoras do índice geral de saúde.

Meus Senhores! Infelizmente não constitui segredo a limitação dos discretos recursos financeiros nacionais. Diante desse imperativo, teve que se ater, forçadamente, a comissão elaboradora do setor Alimentos. Dada esta contingência restritiva e intransponível que não lhe permitia senão o estudo dos problemas mais prementes e de possíveis reações úteis mais imediatas e benéficas à nossa economia, no decurso da realização deste primeiro plano, outro critério não sobrava à sua orientação de partida, senão o de delimitar, no país, as áreas economicamente mais aptas e as atividades mais interessantes no sentido reprodutivo, que pudessem receber, primeiro, o influxo das medidas e providências a serem traçadas.

Para a própria segurança de execução de outros planejamentos futuros, valiosos elementos que existem em potencial na nossa pátria, foram postos à margem, no presente estudo, pois que uma tentativa de sua mobilização, no momento, consumiria recursos já escassos que só poderiam ter reprodução remota.

E moutas palavras: cogitou-se de produzir, com urgência, a necessária soma de valores que permitam não só a travessia da presente fase difícil como a mobilização posterior de outros recursos valiosos que todos reconhecemos possuir. De acordo com o mesmo critério, não foram consideradas regiões ou zonas que, embora de grandes possibilidades futuras no desenvolvimento da riqueza nacional, estão hoje desprovidas, ainda, de quaisquer aparelhamentos econômicos indispensáveis, de índices demográficos que seriam necessários e de condições sociais abaixo dos mínimos exigíveis.

Da mesma forma, zonas e regiões paralizadas por decadência precoce e jazendo agora ao desamparo dos antigos recursos materiais, sociais e demográficos que as vivificaram e hoje desaparecidos, só poderão ser aquinhoadas em futuros planos de reer-

guimento, por força de recursos nacionais decorrentes das realizações agora planejadas.

Diante das considerações expostas, constituiria erro imperdoável malbaratarem-se os modestos e difíceis recursos financeiros atuais do país naqueles empreendimentos que, embora necessários, não encerram visível possibilidade retributiva menos demorada, facultadora de ação construtiva futura mais ampla. Agindo assim, ter-se-á efetivamente promovido o máximo aproveitamento de seus recursos, com a máxima colheita de resultados.

Na fase final de sua elaboração, foi o Plano submetido, por iniciativa do próprio Executivo, ao exame crítico e aprovação da Comissão Interpartidária que agiu eficientemente, imprimindo ao seu próprio exame um cunho eminentemente construtivo. Visou o Governo, com essa interessante e utilíssima iniciativa, além de escoimar o trabalho executado das imperfeições e erros possíveis, conseguir, principalmente, o andamento rápido do mesmo no Congresso Nacional, na pressuposição de que o consenso político partidário, vigente no legislativo, respeitasse a decisão dos representantes dos três partidos políticos ditos majoritários, constituídos, para aquele efeito, em comissão interpartidária.

Traduzido para o inglês, mereceu o Plano incívios encômios da "The Economist" de Londres e dos órgãos técnicos da O.N.U., depois de ter sido considerado, no Relatório da Comissão Abbink, "contribuição notável", que fornece "uma base para o desenvolvimento de planos destinadas a fomentar uma economia de expansão gradativa que constituirá uma nação forte de população feliz e próspera". E em recente discurso pronunciado em Lake Success, o referido técnico norte-americano afirma que "se as recomendações feitas no relatório forem cumpridas, confio em que o Brasil será uma das mais prósperas nações do mundo muito antes de que termine o século XX".

Constituindo o Plano Salte um conjunto harmônico de providências construtivas que abrange os principais setores das atividades nacionais, e não podendo por isso ficar adstrito senão a órgão que possui a necessária amplitude de ação sobre todos os quadrantes administrativos e realizadores do país, deverá subordinar-se a uma comissão executora sob a chefia direta da Presidência da República, cuja eficácia dependerá de plena autonomia e da sua própria capacidade técnica. Estas condicionais serão indispensáveis ao êxito do empreendimento, já pela função supletiva do órgão, já pela impossibilidade de sua sujeição às normas rígidas dos regulamentos e dos excessos burocráticos, assim como pela necessidade impositiva da máxima mobilidade dos recursos financeiros que lhe forem atribuídos.

Assim, a firmeza administrativa do Estado deverá se manifestar através de permanente apoio às atividades da Comissão que sofrerá indiscutivelmente, a ação de artimanhas e da resistência passiva daqueles que serão atingidos e contrariados nos próprios interesses, de vez que o Setor Alimentos constituiu o campo de ação mais fácil e amplo aos aproveitadores do trabalho agrícola.

Essa Comissão Executora, sob a chefia direta da Presidência da República, competirá a entrosamento da ação federal planejada, com as atividades estaduais, a fim de que se estabeleça a indispensá-

vel harmonia de procedimento conjunto para o aproveitamento máximo dos recursos gerais da nação. Nesta linha de idéias as despesas estaduais deverão ser condicionadas a planos estudados conjuntamente pela Comissão Executora e elementos técnicos de cada unidade. Aliás, essa norma de procedimento já foi iniciada, por ocasião do preparo do Plano Salte, quando os Estados do Rio Grande do Sul e Bahia compareceram, por intermédio de seus técnicos, e fixaram as diretrizes iniciais para o entrosamento de medidas comuns, mais aconselháveis à rápida evolução econômica dessas unidades. O prosseguimento dessa norma de ação àela Comissão Executora permitirá, próximamente, que a elaboração dos orçamentos estaduais obedeça ao mesmo plano de ordenamento nacional.

Todos nós conhecemos as dificuldades que ainda existem, no nosso meio, em relação à coleta de elementos seguros, estatísticos e informativos gerais que permitam a elaboração de qualquer trabalho de caráter econômico.

A comissão elaboradora do Plano Salte lutou também com essas dificuldades. Não lhe bastava, para a tarefa que tinha pela frente, a especialização técnica de seus componentes. Precisava do apoio de um grande acervo de dados positivos, informadores e estatísticos, além dos estudos locais a que procedeu. Coligiu elementos abundantes e neles se estruturou para a execução do trabalho. Todavia, apesar de todo o cuidado dedicado à sua obra, muitas falhas existirão e muitos erros terão sido cometidos.

Entretanto, nenhum deles poderá ser citado com segurança e honestamente, desde que, em virtude das deficiências já expostas, a comprovação do erro pressuposto será impossível. Só durante a execução do Plano é que a sua Comissão Executora constatará as falhas e os erros existentes, e providenciará a sua correção. Para isso, são necessários: autonomia e amplitude de ação executora e administrativa, a capacidade técnica supletiva e o prestígio oficial indispensáveis ao órgão executor.

Em planejamentos nacionais, só a prática decorrente de seu exercício confere capacidade elaboradora, crescentemente melhorada. Nunca, entretanto, essa capacidade, por aprimorada que seja, chegará à perfeição. Esta não poderá ser senão relativa desde que se refere a um alvo complexo por excelência em virtude da sua própria estrutura física, geológica, climática, agrícola, cultural, religiosa, social e econômica, a qual é a própria nação seja capitalista ou socialista.

Não podemos furtar-nos à citação dos maiores exemplos de planificação nacional da atualidade entre os quais se salientam os da Inglaterra, França, Checoslováquia, Polônia, Argentina e Rússia. Para só citar um país que executa a planificação nacional, vamos nos referir à Polônia: em 1946 exportou 273,5 milhões de dólares, um pouco menos do que em 1939, antes da guerra; em 1947 — 563,5 milhões de dólares e em 1948, 1.033,6 milhões de dólares. A Rússia executa agora o seu quarto plano quinquenal e sua experiência planificadora vem-se apurando crescentemente. Terminado o seu 5.º plano agora em elaboração, foi previsto que a produção industrial russa, per capita, será igual a dos Estados Unidos, maior, portanto, em números absolutos. Antes da planificação de sua economia, a Rússia era um país de pequenos produtores, fundamentalmente

agrícola e feudal, com enormes latifúndios, tal como ocorre entre nós.

Apesar da situação conseguida e de todos os numerosos órgãos técnicos especializados que possui, e que de ano para ano são melhorados; a despeito de sua organização social facilitadora de ação dirigida; cada plano elaborado cuidadosamente e em tempo útil, sofre modificações acentuadas e mesmo profundas, na sua fase de realização, por força de erros cometidos mas que só a prática executora demonstra. Conforme já disse alguém, a teoria se transforma em prática, vivifica-se na prática, corrige-se pela prática, comprova-se pela prática e a prática se transforma em nova teoria. Ali, cada plano, antes de sua execução, passa por crivos corretores e pesquisas de imperfeições. Apesar desses cuidados, os fracos e as falhas que não puderam ser assinadas pelo grande mestre que é a execução, focaliza os pontos falhas no período dos estudos, para só então serem submetidos às necessárias correções.

Acusações inúmeras têm sido formuladas contra o Plano Salte. Algumas delas o foram dentro do próprio Congresso que lhe enxertou um respeitável número de emendas, umas com intenção de corrigir e outras de ampliar sua ação. Seria necessário o desenvolvimento de um trabalho verdadeiramente hercúleo para analisar, discutir e demonstrar a procedência ou improcedência das acusações e das emendas formuladas, assim, como, das ampliações introduzidas ao projeto. Isto não foi possível porque o único órgão credenciado para fazê-lo seria a sua própria Comissão Elaboradora que automaticamente foi dissolvida após terminada sua tarefa.

Entretanto, não nos furtaremos à citação de uma dentre as muitas emendas apresentadas. O Plano, considerando a produção agrícola brasileira em função do seu custo, do braço disponível, da área cultivada, das necessidades atuais e da imprescindível urgência de defesa dos nossos solos, estudou a mecanização agrícola no duplo sentido de serem fixados não só o aparelhamento mecânico quantitativamente indispensável, como no qualitativo sob o aspecto das características técnicas mais modernas e recomendáveis às nossas condições. Todavia, uma das alterações introduzidas no Plano pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Srs. Deputados foi a de ser destacada verba para a importação de enxadas...

Senhores! Estamos em plena época da técnica que se sobrepõe, em todos os setores de atividade, aos processos obsoletos. Imaginemos que o Exército Nacional, no afã de aperfeiçoar o seu aparelhamento material no sentido técnico atualizado, incuisse em programa de reequipamento, quando as armas automáticas, o lança-chamas, os tanques e aviões evoluem de dia para dia, a necessidade da importação de gládios, alabardas e bestas...

A enxada não foi impugnada. Ela, entretanto, só deverá permanecer onde o trator não possa penetrar ou não tenha cabimento econômico.

Houve mesmo a afirmativa de que o Plano Salte não constitui plano algum, significando apenas um amontoado de indicações e de providências recomendadas. Todavia, não disseram ainda, êsses críticos, em que consiste um planejamento e quais as suas características identificadoras. Êsses mesmos economistas, já deverão ter tido conhecimento, entre outros, do Plano Taub, do Plano Monnet ou mesmo do Plano Perón para estabelecerem possíveis paralelos com o Salte.

Estivemos presentes à conferência do Araxá, integrando delegação da Sociedade Nacional de Agricultura. Ali as classes produtoras, examinando e discutindo os seus problemas, clamaram pela produção, por mercados, por transportes, por assistência social e por energia.

Solicitava-se crédito direto; mecanização agrícola; combate à erosão; conservação e fertilização do solo; combate a pragas; maior produção vegetal e animal; conservação, transportes e distribuição da produção. Enfim, o Plano Salte foi solicitado na sua íntegra e na presença de inúmeros parlamentares que ali compareceram. Apesar disso, houve tese de um órgão comercial de classe, de grande projeção no país, combatendo o seu Setor Alimentos! Essa atitude é, entretanto, perfeitamente compreensível e lógica a todos quantos conhecem o processamento habitual, em nossa terra, das relações entre o comércio e o produtor agrícola.

Foi o Plano combatido por sua inconstitucionalidade, esquecidos que estavam de que o mesmo já fôra aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça das duas casas do Congresso!

Foi focalizado o perigo do estabelecimento de monopólios oficiais e da interferência do Estado na iniciativa privada tanto comercial como industrial, pelos que, naturalmente, têm interesse na manutenção dos preços vigorantes para produtos capitais à economia agrária, tal como acontece com os fertilizantes. Por isso a livre iniciativa privada deverá permanecer resguardada pela liberal democracia! Essa mesma liberdade de iniciativa, immediatista quanto a lucros, a míope para as grandes necessidades nacionais que não ofereçam pronta remuneração, deverá ser mantida. Todo o campo econômico brasileiro, decadente e defeituoso por força dessa mesma liberdade de iniciativa privada, terá que permanecer ao seu sabor!

Entretanto, nem mesmo o cerceamento dessa liberdade de iniciativa privada o Plano estabelece. Ele apenas determina a intervenção meramente supletiva do Estado, quando aquela não funcionar construtivamente. Todavia, a grita pela defesa da iniciativa privada livre de peias tem como causa principal o temor aos monopólios oficiais, um dos quais o Plano estabeleceu como necessário. É o que se refere à exploração de depósitos de fertilizantes fosfatados, ao lado da necessidade fiscalizadora da sua indústria. A justificação dessas medidas reside apenas na citação do seguinte fato: de 1936 para 1943, o superestado de produção nacional teve o seu preço elevado de 902%.

Meus Senhores! A democracia liberal em nossa terra foi e é cultuada pelo coração, pela índole do espírito brasileiro, pela inteligência e pela cultura da nossa gente! Todavia, entre o ano de 1900 e o de 1949 não transcorreu meio século, apenas. Carvou-se um largo e profundo abismo nêsse lãpso de tempo. Todos sentimos, entristecidos e penalizados, que a tranquilidade espiritual daquele tempo já não existe. E se dependesse de nossa vontade a volta àquele saudoso estágio social desaparecido, estou certo que não vacilariamos em esforços para conseguí-lo. O capitalismo de então evoluiu tremendamente impondo, hoje, ao Estado, providências defensivas do interesse geral em conflito quase permanente com a índole avassaladora do capitalismo atual, crescentemente concentrado e por isso mesmo de contróle mais difícil, tal o seu poderio. Nestas condições as democracias foram forçadas a uma evolu-

CRIADORES

**Prefiram os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.**



**VACINAS, TÔNICOS, VERMIFUGOS.
PRODUTOS PARA TÔDAS AS
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS
ESPÉCIES ANIMAIS**



**Na febre Afosa — KUKROS E CO-
LOIDO-CÁLCIO.**

**Para banheiros carrapaticidas —
GAVIÃO.**

Nas bicheiras e bernês — CRESOS.

**Nas verminoses — FENOTIAZINA
— FENOLFTALEINA.**

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.



**Peçam folhetos e preços aos repre-
sentantes nos Estados ou aos**

**Laboratorios
Raul Leite S. A.**

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130



RIO DE JANEIRO

ção proporcional às contingências da nossa época, contemporânea de um capitalismo hipertrofiado, incompatível com o liberalismo. Se observarmos a evolução das democracias americana e inglesa, nos últimos 50 anos, verificaremos também o quanto permanece invulneráveis, ainda hoje, aos cartéis e "trusts", a economia e o bem público brasileiros, no duplo sentido social e material, pela manutenção do velho consenso da liberal democracia. O sentido social do mundo atual impõe **evolução e adaptação** ou desaparecimento, que são as mesmas contingências imperativas para o indivíduo e para a coletividade biológicas.

Tivemos oportunidade de examinar, no decorrer desta palestra, a atual situação econômica brasileira, e a sua gravidade, diante de um mundo carecente de recursos monetários para intercâmbio e por isso mesmo contínuos esforços para auto-suficiência. Verificamos, também, por força, principalmente, dessa mesma situação monetária, a tendência acentuada de desenvolvimento da produção colonial africana, no propósito de suprir as metrópoles européias.

Sentimos os efeitos do exagerado isolacionismo brasileiro em relação aos mercados da órbita socialista, quando as próprias potências capitalistas não desprezam as oportunidades comerciais que oferecem, e servem como nossos intermediários, onerando insuportavelmente o valor dos produtos nacionais exportados, restringindo, portanto, o escoamento dessa produção, em benefício exclusivo de intermediárias monopolistas estrangeiras.

Encontra-se, portanto, o Brasil numa situação tremendamente embaraçosa, defrontando-se com um ascendente custo interno de vida, por força de produção estagnada quando não decante, como efeito da política financeira adotada; com os seus índices de exportação em decadência determinantes de menor produção de divisas, e com as suas importações essenciais prejudicadas por essa mesma deficiência de divisas; com os seus custos internos de produção de tal sorte elevados que nos impossibilitam de concorrer na exportação lucrativa; com uma nova e vitoriosa competidora que é a África, na produção de matérias primas e produtos tropicais, por força da sua própria situação colonial e do custo de sua mão de obra.

Diante dessa situação e das ameaças de futuro pior, ficamos todos apreensivos e alarmados, principalmente, porque não notamos providências eficazes de reação a esses aspectos obscuros do nosso atual quadro econômico e social.

Parece-nos que a par de providências gerais que imprimam à nossa vida de relação internacional um sentido ativo, torna-se urgente que elevemos o padrão interno de vida pelo aumento do poder aquisitivo, que deverá resultar de maior produção por menor custo, mediante a execução de toda uma série de providências já programadas e contidas no Plano Salte.

Passam hoje sobre o Congresso brasileiro todas as responsabilidades pelo agravamento de uma situação que foi de previsão fácil mas nunca atentamente considerada. E todos nós, que apenas constatamos fatos e que não somos impulsionados por qualquer tenedência acusadora, aguardamos, atentos e esperançosos, que seja o planejamento oficial finalmente aprovado pelo Congresso, que não mais deveria legislar, paralelamente, sobre matéria contida no Plano, encerrando, enfim, o longo período de

Zanos de estudos a que o submeteu, sob constante expectativa de toda a nação.

No transcurso da vida nacional poucas vezes temos observado incongruências como a que presentemente se constata. Todas reconhecem a gravidade da situação econômica do momento. Todavia, teme-se a aplicação das medidas estudadas que os males demais parentes do enfermo discutem e debateram sobre o regime de tratamento indicado ao paciente, o estado geral dêste se agrava de maneira a tornar possível até a caducidade do tratamento anteriormente aconselhado e em discussão. O essencial, no momento, é sair do ponto morto em que nos encontramos.

As medidas corretoras indispensáveis à recuperação econômica desejada por toda a nação, imporá procedimento reconstrutivo ordenado, daqui para o futuro, pois que só dentro de 4 ou 5 lustros o país poderá gosar dos resultados obtidos. No caso do café, por exemplo, a volta do país à liderança dessa economia, levará tanto tempo quanto o decorrido no seu processo de decadência, desde que o nosso procedimento seja atento, inteligente e de ação contínua.

A inércia, resultante das discussões estereis e paliativas, permanece. Enquanto isso, a nação deriva ao sabor dos elementos.

Não usaremos aqui a clássica expressão de que ela, finalmente, se despenhe para o fundo do abismo, em cuja borda se situou por muito tempo, conforme expressões tão nossas conhecidas. Não, ela se reajustará ao pior, novamente, daqui para a frente, como já o tem feito no passado, em níveis de vida cada vez mais baixos na escala do mundo em marcha. Ficaremos nós, à beira da estrada do progresso, na postura triste da nosso Jeca à soleira de seu arruinado rancho, cismando melancólicos e resignados, opilados de alma, de inteligência e de espírito, vendo o desfile de outras nações para objetivos e destinos elevados.

Meus Senhores! A resignação só é qualidade quando indispensável ao se enfrentar situações fatais, ou por força de sofrimentos e dissabores necessários à consecução de determinados fins. No mais, ela é defeito grave. Entre os povos, a resignação vai até certo ponto, para depois gerar a violência. É a apostasia que precede a reação. E a história do mundo é farta em exemplos dessa natureza, recentes e passados. A conjuntura atual não comporta mais nem cismares nem meditações, e sim, ação corajosa e consciente.

Resta, portanto, como última esperança do país, que os órgãos ativos da nação, cômicos das suas responsabilidades cívicas, reconheçam a gravidade de nossa situação diante do momento mundial, para agir desassombrada e efetivamente na reconstrução nacional.

**AGÊNCIA PESTANA
DE TRANSPORTES**

RUA PHAROUX N.º 3

TELEFONE : 42-4196

Visão sumaria e incompleta dum Agrónomo Português á cerca da Agronomia Brasileira

Com grande concorrência de professores, engenheiros agrónomos e estudantes realizou-se a 4 de novembro ultimo, na Sociedade de Ciências Agrónomicas de Portugal, uma sessão solene para que o sr. prof. dr. Henrique de Barros fizesse entrega á douta colectividade de um diploma e medalha de prata conferidos pela Sociedade Nacional de Agricultura e realizasse uma conferencia sobre o tema — "Visão de um agrónomo português acerca da agronomia brasileira". Presidiu o sr. prof. dr. Souza da Camara, ladeado pelos srs. dr. Orlando Guerreiro de Castro, ministro-conselheiro da embaixada do Brasil, que representava o embaixador, e eng. Teixeira de Souza, na direcção da Sociedade. O sr. dr. Henrique de Barros fez entrega da medalha, depois de historiar a vida da Sociedade Nacional de Agricultura, dizendo da sua obra á frente dos nossos mais importantes problemas agrícolas. A medalha oferecida comemora, precisamente, o cinquentário da instituição, para a qual o orador teve calorosas palavras de elogio, apontando os nomes illustres de individualidades que aos seus destinos têm presidido. O sr. eng. Teixeira de Souza agradeceu, em nome da Sociedade de Ciências Agrónomicas, saudou o representante do sr. embaixador do Brasil e o prof. Souza da Camara, e pôs também em relevo a notavel obra da sua congênere brasileira. O Prof. Henrique de Barros, pronunciou, então, a sua conferencia, que inserimos na íntegra:

"Sr. Presidente — Sr. Embaixador do Brasil — Senhoras — Senhores:

"Durante sessenta dias um agrónomo português permaneceu em íntimo contacto com a agronomia brasileira."

Analiseemos esta frase para entendermos tudo o que nela se contem.

"Um agrónomo português" — eis o sujeito da oração. Mas quem foi este agrónomo português?

Estará ele, quanto á amplitude, á profundidade e á actualização da sua cultura profissional, em condições de apreender integralmente o valor e o trabalho dos agrónomos brasileiros, na vastidão dos seus programas, na multiplicidade das suas realizações, na magnitude e na variedade do território onde actuam?

Advogado em causa própria, este modesto agrónomo poderá, na melhor das hipóteses, responder que fez o possível para ver muito e para ver bem. Mas não contestará que a insuficiência dos seus conhecimentos nalguns ramos da Ciência Agrónomica o tenha obrigado a nem sempre ver tanto e tão bem como desejaria e conviria.

Prossigamos na análise da proposição inicial.

Sessenta dias foi o prazo da permanência. E conquanto se haja afirmado, sem faltar á verdade, que o contacto foi íntimo — todos reconhecerão tratar-se de período curtíssimo, que não permite ir a toda a parte, que não consente se veja tudo o

que há para ver, que impede, em suma, os convívios demorados, reflectidos e por isso profícuos.

Comparemos agora o prazo da visita com o objecto visitado: a Agronomia Brasileira. Salta aos olhos que a demora de dois meses, de curta que já era, considerada em abstrato, se torna simplesmente exígua, quasi ridiculamente exígua.

Imaginemos, na verdade, o caso inverso: um técnico estrangeiro desejando conhecer o Portugal Agrícola, esta nossa pequena e tão amada nêsca de terra europeia; e querendo conviver com a Agronomia Lusitana, esta falange em que nos alistamos e que, entre tanta incompreensão e desajuda, luta por bem servir o nosso povo. Imaginemos tal caso e perguntemos: acaso bastariam 60 dias, 5 dúzias de rápidos e curtos dias!, para que esse técnico, inteligente e sabedor que fôsse, daqui sáisse a conhecer realmente a agricultura portuguesa e as nossas instituições e realizações no campo agronómico?

A resposta não poderia deixar de ser negativa. É tanto mais quanto, no conhecido dizer do Conde de Ficalho, "poucos países em extensão igual, apresentam tanto como Portugal aspectos diversos de Natureza, revelam diferenças tão sensíveis nas florestas espontâneas locais e tão marcada diversidade nos regimes e nas práticas agrícolas"; de tal modo que "um viajante, por hipótese levado subitamente do centro do Minho ao centro do Alentejo, se julgaria a milhões de léguas do seu ponto de partida."

Não desejo, ao perfilhar este parecer, ficar incluído no grupo daquêles "espíritos superficiais ou levianos", na severa apreciação de Silvio Romero, para os quais "o Norte português guardaria, com relação ao Sul, distância pouco mais ou menos comparável, sob o aspecto climatológico, á que vai da Venezuela á Patagônia, ou da Sibéria á India meridional."

Considero até como perfeitamente exacto que estes "imaginosos exagêros", se acaso alguém os cometeu, seriam, tal como anota Romero, "refutados de antemão pela exiguidade de um país, que não passa de 558 quilómetros no maior comprimento e 220 na maior largura, situado na Europa meridional, em península resguardada dos rigores do Setentrião pela gigantesca muralha dos Pirenêus, e docemente aquecida pela proximidade do continente africano."

Não obstante, todo agrónomo português sabe que, interpretada com o desconto devido a expressão "milhares de léguas", esse brilhante escritor que foi Ficalho, tão ligado á vida agrícola e á actividade agronómica, tinha inteira razão quando falava da extrema variedade do Portugal Agrícola.

Da cultura máximamente intensiva do Noroeste, baseada em trabalho, água e matéria orgânica, á cultura extensiva do Sul e do Centro Leste caracterizada pela exploração em grande escala dos cereais de praganá e pela criação de vastos efectivos de gado manadio, atravessando as regiões vinícolas especializadas, todas com marcada individualidade, passando pelas zonas de olival, percorrendo a norte e cen-

tru os grandes povoamentos de pinhal bravo, e a sul as largas manchas subericolas até atingir esse recanto mediterrânico que é o Algarve, com a sua cultura de primícias e a sua especializada produção frutícola,

- quantos e quantos aspectos diversos!
- quantos e quantos contrastes cheios de força e vida!
- quantas paisagens tão profunda, tão intimamente diferentes!
- quanta variedade de solos, relêvos, climas!
- quanta e quão acentuada diversidade de culturas e animais agrícolas!
- que notórias divergências nos sistemas de cultivar a terra!
- que fortes afastamentos na produtividade dos solos e no rendimento das culturas!
- e até que discrepâncias acentuadas nos tipos humanos, de temperamento audaz uns e buliçosos, lentos e meditativos outros, irmanados todos apenas no convencimento de que a terra do seu país não dá de comer àqueles que a não trabalham com zelo incessante e amorosa diligência.

Como seria possível supôr que o nosso hóspede, em face de tal quadro, pudesse ficar inteirado, não direi já dos seus muitos ambientes, mas das suas linhas mestras e das suas côres fundamentais, ao longo do curto espaço de dois meses de permanência?

Não esqueçamos, além disso, que o nosso hóspede não seria um mero turista, mais desejoso de percorrer estafados itinerários e ambicioso de coleccionar etiquetas de hotéis, do que anseando por conhecer verdadeiramente o país visitado. Supuzemo-lo, na verdade, um técnico agrônomo, e legítimo é admitir que, além de querer observar as paisagens naturais e humanas com olhos de agrônomo, conhecer quizesse também os problemas agrícolas do país e a maneira como dêles se ocupa a agronomia respectiva. E, então, tudo indica que as suas exigências subiriam e que, de escasso que já era para o mero turista, o tempo disponível passasse a ser de todo insuficiente para este turista "doublé" de agrônomo.

No campo técnico, é de presumir que, entre muitos e outros aspectos, lhe interessasse ficar a conhecer alguma coisa dos métodos de cultura, tão diferentes, por exemplo, de província para província, no que respeita à cultura cerealífera e mais ainda à cultura vitícola, esta completada pelas técnicas originais do fabrico dos variados tipos de vinho; alguma coisa também da exploração florestal, desde os carvalhais do Norte aos pinhais do Norte e Centro e aos montados do Sul; alguma coisa das nossas raças pecuárias e das suas tão variadas aptidões.

No campo económico, o nosso observador não estaria ciente da realidade enquanto não verificasse a que ponto são amplas as "zonas de custos" das nossas principais produções agrícolas, inteirando-se assim da extrema variedade de condições fisiográficas, técnicas e sociais sob as quais são obtidas tais produções.

No campo social, haveria esse observador de se surpreender com a acentuada diversidade de estrutura agrária das regiões agrícolas, tanto no que respeita à divisão da propriedade, como à proporção relativa dos vários tipos de empresa e das formas de exploração, como à distribuição de população rural pelas classes sociais, etc. etc.

E seria, em suma, em face de tão marcada disparidade de ambientes, actividades e resultados, que o agrônomo estrangeiro haveria de se certificar de quanto são profundamente diversas, de região para região, os problemas que à agronomia portuguesa compete estudar e resolver; e de quanto têm de ser

especializados os diversos organismos onde tais agrônomos exercem, ou deveriam exercer, a sua actividade.

Não é de Portugal, porém, que desejo occupar-me.

Ao falar do nosso País, e ao insistir em como êle é multiforme, na sua pequenez, pretendi apenas obter um termo de contraste, proporcionar uma base de comparação para que, ampliada enormemente a escala ao passar para esse quasi continente que é o Brasil, todos entendem a que ponto me assiste razão ao considerar exíguo o tempo de que dispuz para visitar, agronomicamente, aquela jovem e progressiva República.

E talvez, afinal, não tivesse sido essa apenas a razão por que tanto falei de Portugal numa palestra que tem o Brasil por tema. Eu sei que são pequenas as semelhanças entre as agriculturas dos dois países; mas nem por isso me parece inaplicável a opinião de André Sigfried de que "para interpretar, com plena intelligência, as civilizações latinas do ultramar, é necessário conhecer a fundo a Espanha e Portugal."

Tratemos, porém, do Brasil. Do Brasil, dessa "parte mais viva e mais destacada do mundo que o Português criou", na definição de Gilberto Freyre, o qual, aliás, exaltando embora a acção de Portugal, considerando "ridículo pretender que o Brasil exista independente da sua formação portuguesa" e reputando essencial para o Brasil "a cultura luso-brasileira", não deixa de apreciar a influencia doutras culturas ao afirmar, acerca da sua gente, "somos o começo de uma vasta cultura plural."

Falamos do Brasil, objecto da visita de que vos está falando o agrônomo português que a levou a efeito, chamado por um convite, para êle extremamente honroso, do illustre Ministro da Agricultura, Prof. Daniel de Carvalho.

Falemos do Brasil, essa Nação de quem Stefan Zweig disse que, ao conhecê-la, "percebera que havia lançado um olhar para o futuro do Mundo" e ainda que aquêles que a descrevem "inconscientemente já descrevem o seu ontem".

A superfície total do Brasil excede 8,5 milhões de quilómetros quadrados, quasi tanto como os 10 milhões de toda a Europa, pouco menos do que 100 vezes a área do Continente Português, quatro vezes a totalidade das actuais terras portuguesas, perto de 7 vezes a superfície da nossa grande Colônia de Angola.

E' o quarto país do Mundo, em extensão territorial, após a Rússia, a China e o Canadá, ultrapassando os Estados Unidos em 700.000 quilómetros quadrados. Ocupa 46% da superfície da América do Sul. O seu perímetro mede 21.200 quilómetros, dos quais 9.200 de costas marítimas.

As distâncias da Venezuela à Patagônia e da Sibéria à Índia meridional, a que se referia Romero, e que eram na verdade absurdas quando applicadas a comparações entre terras portuguesas, deixariam de o ser se se referissem ao Brasil.

Aos 6.000 quilómetros que traduzem aquelas distâncias, o Brasil pode contrapor, sem grande desvantagem, os 4.500 que vão desde a Serra Pacaráima à Lagoa Mirim.

Quem poderá deixar de pensar, perante êstes dados, que o Brasil não seja uma Nação gigante? E como poderia um inexperiente turista pretender conhecer aquilo que não pôde ver esse autêntico cidadão do Mundo que foi Zweig, experimentado como poucos em visitar terras e conhecer povos? Zweig que, após meio ano de permanência, outra coisa não pôde reconhecer senão que "apesar de toda a diligência em aprender e de todo o viajar, ainda

não posso dizer que conheço o Brasil e sei também que uma vida inteira não bastaria para conhecê-lo".

A par desta vastidão enorme, e a dificultar mais a observação, sobretudo quando esta se prende às coisas da terra, se pretenda exercer-se com critério técnico, surge a extrema diversidade de ambientes e usos, ao pé da qual a nossa variedade de aspectos, notória como mostrei que era, deixa de ser variedade para ser unidade. Foi certamente ao pensar no Mundo que é a sua Pátria, que a Silvio Romero pareceu leviano que se considerasse Portugal como um país de muito acentuada diferenciação fisiográfica. E, na verdade, se esse foi de facto o seu termo de confronto, há que dar razão ao grande Mestre brasileiro.

Seria impossível, descabido, pueril até, proceder aqui a uma descrição do Brasil Agrário.

Alguns traços apenas para demonstrar a extrema diversidade fisionômica das várias regiões.

Quanto ao *clima*, e tendo presente que o território abrange quasi 40 graus em latitude, não é de surpreender que apareçam modalidades muitíssimo diversas. Basta notar que, tanto a região *equatorial* como a *tropical* e a *sub-tropical*, como ainda a francamente *temperada*, estão representadas no país. Dêste modo, os climas brasileiros, os macro-climas, variam desde o *muito quente* ao *trio*, passando pelo *quente*, pelo *temperado-brando* e pelo *temperado-frio*, excluindo apenas o *glacial*, oscilando entre temperaturas máximas absolutas mensais superiores a 40 graus e mínimas absolutas, mensais também, inferiores a 0 graus.

Quanto a chuvas, a oscilação de local para local também é marcante, bastando notar que, relativamente às capitais dos Estados, as precipitações anuais oscilam entre o máximo de quasi 3.000 milímetros, em Belém, e o mínimo de 1.000 mm, no Rio.

Em certas regiões as chuvas são abundantes e frequentes, noutras mais escassas e sobretudo muito incertas, como sucede no Nordeste, com as suas famosas secas periódicas, "leit-motiv" de toda uma moderna corrente literária e sociológica, cujas brilhantes descrições, todavia, não creio que superem as páginas famosas de Euclides da Cunha sobre os sertões e o respectivo "ciclo inflexível das secas". A diferenciação habitual dos climas pela latitude, soma-se em certas regiões com força marcante, a influência da longitude. E' o que diz Euclides da Cunha: "a partir dos trópicos para o equador, a caracterização pelas latitudes cede às causas secundárias perturbadoras. Define-se normalmente pelas longitudes".

E adiciona-se, outrossim, com não menor vigor, a diferenciação pelos relêvos, graças à qual — volto a citar Euclides — se criam climas equatoriais em altas latitudes ou regimes temperados entre os trópicos".

Não estou, porém, a fazer o estudo do clima brasileiro. Pretendo, somente, chamar a atenção para a extrema variabilidade dos aspectos climáticos de que, aliás, eu próprio, pude eloquentemente aperceber-me ao viajar num só dia no Rio, onde predominavam os trajes brancos, para a pequena cidade de Pelotas, onde toda a gente, em franco paradoxo com o nome da terra, envergava os espessos capotes exigidos por uma temperatura de 2 graus negativos e pelo cortante vento do Sul, ali alcunhado de "minuano". Basta lembrar também a diferença que existe entre as quentes e úmidas regiões equatoriais e as temperadas regiões do Sul. As primeiras, teatro daquelas chuvas diluviais e enchentes espantosas que Ferreira de Castro, com realismo sem par, tão bem descreveu: "Era um dilúvio anual que

vinha do Peru, da Bolívia, dos contrafortes dos Andes, veios que borbulhavam, blocos de gelo que se derretiam, escoando-se na terra alta, regougando nas cachoeiras e destroçando, de passagem, tudo quanto se lhes opunha". As segundas, as temperadas regiões do Sul, nas quais (de novo recorro a essa epopeia nacional que é "Os Sertões"), nas quais "atingido o inverno, a impressão de um clima europeu é precisa: sopra o Sudoeste frigidíssimo sacudindo chuveisqueiros finos e esgarçando garças; a neve rendilha as vidraças; gelam os pântanos; e as geadas branqueiam pelos campos". Não assiste, portanto, a menor razão àqueles autores que, como Jacques de Lawe, na sua obra "L'Amérique Ibérique", declaram que no Brasil há apenas dois elementos comuns a toda a Nação: a língua portuguesa e o clima tropical que — afirma — "se encontra de Norte a Sul". Além da nossa língua, muitos outros, e bem valiosos, elementos comuns, unificadores, existem no Brasil; mas, entre êles, não se conta o *clima tropical*.

Mais demorado do que falar da diversidade de climas seria tratar da diversidade dos solos, porque nestes a multiplicidade de tipos é maior e as respectivas manchas formam intrincado "puzzle", bem mais complexo do que toda a combinação que se possa imaginar de macro e micro-climas.

Direi, apenas, que neste sector se encontra de tudo ou quasi tudo. No "ensaio de mapa pedológico do Brasil", organizado pelo Prof. Thomaz Coelho Filho para essa corajosa obra que é a "Geografia da Fome", de Josué de Castro, apontam-se 23 diferentes tipos principais de solo, desde os mais ricos aluviões, os férteis "massapés" das regiões da cana e as excelentes "terras roxas" dos cafezais de São Paulo, até aos pedregosos salmourões e às fra-

Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltd.

Av. Presidente Wilson, 164, 12.º andar — Tel.: 32-4250

A única organização distribuidora que entrega diretamente ao consumidor mensalmente mais de 200.000 litros de leite em recipiente inviolável.

Abastecer-se na COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE LEITE LTDA. é garantir-se contra a fraude do mais rico alimento humano.

A COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE LEITE LTDA. é o maior órgão de intercâmbio entre produtores e consumidores, tendo distribuído em janeiro último nada menos de 7.396.355 litros de leite procedente dos Estados de Minas, Estado do Rio e São Paulo.

cas areias de tantos e tantos locais. Função de uma geologia variada, dum relêvo acentuado e diverso, de climas muito diferentes, não é de surpreender que os solos brasileiros entre si divirjam consideravelmente, quer nos tipos principais, quer nas muitas variantes que cada um destes tipos comporta, e que aliás são ainda insuficientemente conhecidas porquanto o reconhecimento agrológico d'este imenso território está apenas principiado. Sob um critério simplista de apreciação da capacidade produtiva, quero fazer notar que há solos de todas as categorias, do fértil ao fraco, do altamente produtivo ao inteiramente sáfaro, e não apenas, como supõem aquêles que indevidamente generalizam e perpetuam a celebrada apreciação de Pero Vaz de Caminha de que a terra "em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo"; e não apenas, ia dizendo, aqueles solos feracíssimos de que nos fala, com poético arrebatamento, Stefan Zweig ao dizer que "o solo, intacto desde séculos e milênios, responde aqui a todo o apêlo com uma energia quasi incrível".

A observação, mesmo sumária, do agrônomo medianamente versado em apreciar a valia agrícola dos terrenos, não escapam, a par de zonas de alta fertilidade nativa, vastas extensões de terreno próprio apenas para pastagens ou de aptidão essencialmente florestal.

Na relação dos solos do Prof. Thomaz Coelho, num total de 23 designações, há 10 cuja aptidão cultural está indicada com adjectivos tais como: má, precária, inferior, fraca.

A escassa produtividade intrínseca de muitas terras, adicionam-se, como factor potente de degradação da fertilidade; as ações erosivas pluviais e eólicas, manifestadas, logo após o corte da floresta espontânea, com força devastadora muito superior à que estamos habituados a ver sob os nossos mais policliados climas. O "superlativo alcançado ali pela Natureza", de que fala Zweig, não se refere apenas à fecundante ação desta, mas também aos seus efeitos destruidores: "às trovoadas que, com estrondosos relâmpagos, rasgam o firmamento, às chuvas que se precipitam em catadupas".

A muitos agrónomos brasileiros puzi dizer que a frase, indevidamente generalizada, do escrivão português contribuía para tornar mais árdua a sua tarefa — já que, convencida a opinião de que a terra brasileira tudo, em toda a parte e abundantemente pode produzir, com o só jeito de a querer semear, aos técnicos atribuía a responsabilidade do fraco ou nulo rendimento em muitas zonas, afinal de si mesmas fracamente capazes de produzir. E' um tópico semelhante a êste de "benignidade do nosso clima" cujo reverso agrícola, nós outros, agrónomos portugueses, bem conhecemos, e melhor do que nós, os agricultores de profissão que, de há séculos, lhe vêm sofrendo os efeitos nefastos. A luta da agricultura brasileira para obstar à degradação do solo, e para lhe elevar o nível de fertilidade, é, por sinal, uma daquelas em que o combate é mais árduo e se estende por mais extensa frente.

A respeito de solos, como a respeito de climas, quis apenas pôr em relêvo a variabilidade do condicionalismo brasileiro, e por isso perei ponto no assunto.

A diferenciação agro-climática, por sua vez, conduz a um acentuado polimorfismo fito-geográfico.

Os geógrafos costumam referir-se a oito grandes regiões, indo desde as *Florestas Tropicais* da Amazonia, às vastas *Campinas* do Sul, prolongamento das pampas argentinas, passando pela *região litoral do coqueiros, restingas, e mangues*, pelas *caatingas* e pelo *cerrado*, pelo *complexo do pantanal*, pelos

babaquais e pelos pinhais de araucarias, do Paraná e Santa Catarina.

Não é de surpreender, em face de tal multiplicitade de aspectos fisiográficos, que as plantas com aproveitamento económico, as culturas agrícolas e florestais e as espécies pecuárias sejam variadíssimas. O conceito, tão difundido, de que o Brasil é o país da monocultura, com os seus celebrados ciclos do açúcar, do algodão, da borracha, do café, do cacau, é um conceito que nunca foi perfeitamente exacto, e cada vez mais se afasta da realidade.

O que é exacto — ou, melhor, o que foi exacto — é o predomínio que, durante determinado período, certo produto agrícola toma na exportação, e, portanto, em toda a economia nacional. Isto, porém, não equivale a monocultura, no sentido técnico do termo, já que a viabilidade da própria cultura comercialmente dominante reclama a coexistência de muitos outros ramos da exploração agrícola. E' o que, por exemplo, em conferência recente, justamente observa o Ministro Daniel de Carvalho, a propósito do açúcar. "No ciclo da cana-de-açúcar, as regiões dos engenhos, situadas no litoral, eram abastecidas de gado e cereais provenientes do interior. Nunca houve, propriamente, monocultura, exclusiva produção de cana, e, sim, apenas, predominância do açúcar como artigo de exportação".

Numa reunião da Sociedade Rural Brasileira, em que tive a honra de tomar parte, vi debater o projeto de promover a emigração de umas dezenas de famílias açoreanas, a quem se facultaria habitação e terra, destinada esta não só à produção de alimentos para a família mas também ao fornecimento de gêneros hortícolas para S. Paulo, ao mesmo tempo que se lhes exigiria o compromisso de prestarem serviço nas lavras de café nas ocasiões de maior intensidade de trabalho. Desta forma, a lavoura cafeeira, cuja similitude técnico-económica com a exploração de vinhedos no Douro é manifesta, a lavoura cafeeira, exemplo mais que todos típico da especialização em agricultura, não deixaria de contribuir para a mais declarada policultura.

Seja como fór, do ponto de vista técnico, e sem embargo da existência de regiões especializadas, a agricultura brasileira manifesta acentuada, e penso que crescente, indole poli-cultural.

A estatística oficial procede ao cômputo anual das áreas e colheitas de 22 produtos, quando em Portugal se mencionam apenas 12. Os referidos 22 produtos, cujo valor total, em 1940, atingiu 24 milhões de contos, pertencendo ao café o primeiro lugar e ao trigo o segundo, são os seguintes: Arroz, Aveia, Centeio, Cevada, Milho, Trigo, Algodão em rama e em carôco, Cacau, Café, Cana de Açúcar, Tabaco, Ricino, Feijão, Batata, Mandioca, Abacaxi, Banana, Côco, Laranja, Uva e Luzerna.

Mas a lista das produções vegetais brasileiras é incomparavelmente maior.

Faltam, na relação acima, os inúmeros produtos da flora espontânea das zonas tropicais, alguns dos quais aliás começam a ser cultivados, abandonando o sector da produção extractiva para entrar na agricultura: babaçu, borracha, maniçoba, carôá, cêra de carnaúba (esta, dando 500.000 contos por ano), cêra de licuri, guaraná, oiticica, piaçava, jarina, raiz de timbó, a erva-mate, sem a qual o galcho não pode viver, a castanha do Pará, conhecida por "carne vegetal", tal a sua riqueza proteica, etc., etc. Somente as plantas produtoras de óleos e gorduras abrangem cerca de 50 espécies diferentes, cuja produção vale 150.000 contos, excluindo os subprodutos. A flora medicinal, entre a qual se destaca a quineira, compreende mais de 130 espécies. E, entre outras plantas úteis, com variadíssimas aplica-

ções, contam-se dezenas de espécies, tais como (cito ao acaso) o açafrão, a anileira, a araruta, a baunilha, o cravo, etc.

No grupo das plantas cultivadas, a relação da Estatística omite muitíssimas, como por exemplo: chá, amendoim, soja, mamona, tungue, sisal, rami, piteira e juta, linho e cânhamo, e ainda, entre as culturas alimentares nossas conhecidas: batata doce, tomate, cebola, alho, alface, couves, nabos, fava, ervilha e as mais variadas hortaliças — tudo produtos muito procurados nas cidades brasileiras onde são apreciados no seu nobre papel de alimentos protetores.

No sector da fruticultura, falta toda essa variada e saborosa coleção de frutos tropicais e subtropicais, como sejam o abacate, a manga, o mamão, a jaca, a pupunha, a jaboticaba, a mangaba, a sorva, o assaí, o jambo, o maracujá, a goiaba, a anona e quantos e quantos mais!

No que respeita a frutos das regiões temperadas, embora em pequena escala, já se produzem pêsegos, pêras, maçãs e morangos, com excelente aspecto e sabor, além de grande quantidade de uva, da qual se vinifica o bastante para exceder um milhão de hectolitros de vinho, parte do qual, fabricado com castas da vitis vinifera, em meu modesto parecer, — que me perdõem os portugueses de cá e de lá, intransigentes nesta matéria — inteiramente digno de ir à mesa de qualquer cristão.

Também em certas regiões do Rio Grande do Sul, a oliveira começa a medrar e alguns exemplares tive oportunidade de ver em produção. Quanto ao castanheiro, a sua adaptabilidade está comprovada nas zonas temperadas-frias, e já há quem, no Brasil, coma castanha nacional.

Falando agora da Silvicultura, é imensa a sua diversidade. Da flora arbórea das regiões equatorial, tropical e subtropical, nem imaginar posso quanto é variada; pelo pouco que me foi dado ver, compreendi que estava em presença de povoamentos cuja composição silvicultor algum de formação apenas europeia seria capaz de indicar sem falhas. Industrialmente, porém, a principal riqueza florestal encontra-se nos Estados do Sul e é representada pela espécie a que ali chamam *pinheiro* ou *pinho* e que é a *Araucaria brasiliensis* ou *angustifolia*, ocupando cerca de 10 milhões de hectares.

Essê mesmo suposto silvicultor de formação europeia, não deixaria, porém, de encontrar espécies suas conhecidas, e entre estas, com enorme importância em todo o Sul, mas tantas do gênero *eucalyptus*, representadas por milhões de exemplares, e cuja introdução na grande cultura se deve a um técnico brasileiro diplomado pela Escola Agrícola de Coimbra: Navarro de Andrade. E, além do eucalypto, outras essências se encontram, entre as quais as vulgares coníferas de ornamento como as cupressus, os cedrus, as tuias, as criptomérias, etc. E até, segundo observei, o nosso prestável pinheiro bravo está a revelar adaptabilidade manifesta, traduzida por fortíssimos crescimentos anuais; vi-o, próximo a Pelotas, em terra arenosa, quase ao nível do mar, e voltei a encontrá-lo, sempre pujante, na Serra de Itatiaia, a quase 1.000 metros de altitude.

Não pode restar dúvida portanto — e só aí, pretendi chegar — de como é ampla e variada a produção vegetal brasileira e de como se torna impossível conhecê-la e apreciá-la sem uma preparação agrônômica quasi universal e sem uma vida inteira de observação e estudo.

Se quizéssemos dar um termo de comparação, e o que desejássemos procurar em terra portuguesa — teríamos que iniciar a viagem pela colônia de Mocimboque, seguir para Angola, tocar em S. Tomé,

demorar algum tempo nos Açores e na Madeira, penetrar no Continente pelo Sul e abandoná-lo pelo Norte. E assim mesmo, muitos aspectos deixariam de encontrar-se, embora alguns outros surgissem (em especial os tipicamente mediterrânicos: sobreiros e fruticultura algarvia) desconhecidos no Brasil.

Quanto, finalmente, à produção pecuária assume a mais vultosa importância, com tendência a aumentar. São quasi 74 milhões de cabeças de bovinos, asininos, muares, óvinos, caprinos, além de 63 milhões de animais de capoeira.

Aos 74 milhões de cabeças naturais correspondem 35 milhões de cabeças normais. Divididas estas pelo quantitativo da população ativa agrícola (9,5 milhões) obtém-se a média de 3,7 cabeças normais por habitante. É um índice que mostra a importância da pecuária no País; comparado, por exemplo, com o nosso verifica-se que o ultrapassa quasi três vezes.

Quanto à composição por espécies do armento brasileiro, pode ter-se por francamente favorável. Basta notar que o quociente das cabeças naturais pelas cabeças normais é apenas de 2,1, quando em Portugal sobe a 4,2, e só no Minho e no Douro Litoral desce abaixo de 3. Por sua vez, êsse coeficiente tão expressivo que é o *índice bovino* (% de bovinos sobre o total) atinge 35%, mais do que o índice minhoto, ligeiramente menos do que o do Douro Litoral e muito mais do que o nosso índice geral que é apenas de 11%.

Também a composição qualitativa, dentro de cada espécie animal, apresenta grande diversidade.

Nos bovinos há a considerar dois casos distintos: na região tropical, é o Zebu, importado da Índia mas adaptado e melhorado, a ponto de ter dado origem a bem caracterizados tipos nacionais, é o Zebu que domina, quer puro, quer em cruzamentos; na região temperada, as raças inglesas (Hereford, Shorthorn, Polled Angus) demonstraram adaptabilidade e são hoje a base da sua riquíssima indústria zootécnica. Nas zonas de produção leiteira, domina a raça holandesa, pura ou cruzada. Nas outras espécies, as raças indígenas ou crioulas, importantes nos gados cavalari e suino, convivem, cruzando-se frequentemente, com diversas raças estrangeiras; nos ovinos predominam raças estrangeiras de comprovada aptidão para carne e há: Romney Marsh, Southdown Corriedale, etc.

A produção pecuária é considerável e variada. O seu valor, em 1946, avaliou-se em 9 milhões de contos. Além da carne, da lã e das peles, das gorduras e dos laticínios, compreende importantes produções de ovos, mel, cêra e sêda. A expansão da avicultura e da sericicultura são recentes e traduzem-se por progressos espetaculares; basta notar que, em 10 anos, as amoreiras em S. Paulo passaram de 6 a 50 milhões, ao mesmo tempo que a produção de casulos subia de 413 a 6.000 toneladas. Volto a insistir na afirmação tantas vezes feita, e agora aplicada à pecuária: não pretendi descrever a indústria zootécnica, mas somente mostrar, que, tal como a produção vegetal, embora em menor grau, a produção animal é vastíssima e muito diversificada nos aspectos regionais.

O observador do Brasil Rural teria ainda outro campo onde verificar a extrema variabilidade dessa imensa Nação: o elemento humano. Não vou deter-me a falar naquilo que todos conhecem: que o povo brasileiro é das mais complexas mesclas raciais que no Mundo se conhece: ameríndios de duas raças distintas: tupis e tamoios; europeus de quasi todos os países e, entre estes, predominando os portugueses que, por sua vez, estão longe de constituir uma raça pura; afro-negros, dos tipos mais variados:

gentes do Médio Oriente; asiáticos por fim. E que, apesar disso, lenta mas sistematicamente, vai emergindo do fervilhar desse caldeirão, um tipo próprio de humanidade, sem identidade física por enquanto, mas desde já com visível identidade psíquica, a tal ponto que só aparentemente é paradoxo o parecer de Zweig, de que foi a "mescla sistemática que fez do Brasil uma unidade e que sozinha o manteve como unidade". Não será das características menos salientes e menos estimáveis deste novo tipo de humanidade, as do cordial acolhimento e da generosidade inata — de que, neste mesmo momento, estão dando provas sobejas. Sua Excelência o Sr. Embaixador, e demais representantes do Brasil, que se dignaram honrar-nos, a esta Casa e a mim, com a sua presença.

Deixemos, porém, o aspecto genérico do problema étnico, para focar somente a circunstância da coexistência duma extensa variedade de tipos humanos praticando a agricultura por esse vasto Brasil, e cada qual não deixando de lhe imprimir determinadas particularidades. "Na região do Sul", informa o Anuário Brasil", predominam os declarados brancos; nas do Este e do Nordeste constituem a maioria da população, sendo entretanto, pouco menor o número de pretos e de pardos; na região do Norte a maioria é de pardos e pretos. Os amarelos estão localizados na região Sul, e principalmente no Estado de S. Paulo".

Agricultamente, merecem interesse os chamados "núcleos coloniais" constituídos pela "reunião de lotes de terrenos medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais", núcleos estes que, frequentemente, correspondem a grupos populacionais de proveniência estrangeira. Em 1946 a população estrangeira dos núcleos compreendia gente de 22 nacionalidades, com predomínio de polacos e alemães. Muitos destes núcleos especializam-se em determinadas produções, como acontece aos italianos com a vinha, aos japoneses e portugueses com a horticultura, etc. Durante a minha estadia em Minas Gerais, o Secretário da Agricultura dignou-se expôr-me que projetava organizar dois núcleos coloniais: um, a constituir por italianos, e que se dedicaria à triti-cultura, outro, a formar por compatriotas nossos, e que se ocuparia de fruticultura das regiões temperadas.

Em suma: também no aspecto humano — mau grado a tendência para o fenómeno demográfico a que poderemos chamar o "abrasileiramento" — a pluralidade é a regra.

Falemos, por fim, em rapidíssima referência da estrutura agrária do país, empregada a expressão no significado sociológico. Apenas para dizer que, aqui também há variantes e que o regime clássico, herança dos tempos coloniais, da grande propriedade, com marcada diferenciação entre patrões e trabalhadores, vai cedendo o passo a uma estrutura mais complexa. Permitir-me-ei ilustrar o acerto com trechos da citada conferência do Ministro Daniel de Carvalho em que a questão é apresentada numa síntese luminosa: "Não existe no Brasil uma estrutura agrária homogênea, que constitua extensão contínua, mas um mosaico de estruturas regionais, que forma arquipélagos económicos, com as suas características e seus problemas peculiares. O sistema colonial da grande fazenda de plantação de cana, fumo, café e outros artigos de exportação, e dos pequenos sítios de produção para consumo, vai cedendo lugar a dois tipos de fazenda: a grande, com meeiros e assalariados, e a pequena, em que trabalha a família do dono.

Em todo o Brasil, o sistema sucessoral vai partilhando as grandes extensões de terras entre os herdeiros do antigo senhor, a ponto de, em certas re-

giões, já aparecer o problema do minimifundio, da micro-propriedade, insuficiente para exploração económica.

O regime de acesso à terra pela legitimação das posses com cultura e morada habitual, e venda, à vista ou a prazo, de lotes demarcados aos que os quizessem cultivar, deu ao Sul do País fisionomia própria de região de pequenas propriedades, de onde vão desaparecendo os latifúndios. Somente no Paraná ainda existem extensões consideráveis de terras devolutas que estão sendo, todavia, ocupadas por duas ondas de pioneiros: uma, que entra pelo Norte, em busca de terras de café, e outra pelo Sul, de riograndenses, os quais fazem em torno da casa culturas de cereais e batata.

Em São Paulo, vai-se processando, também, o parcelamento das grandes fazendas, coexistindo os dois tipos de exploração: a fazenda de plantação, com as suas colônias de assalariados, e a fazenda cultivada por uma família, assistida raramente por mão-de-obra estranha. O mesmo fenómeno se observa por toda a extensão da zona povoada do litoral. Minas Gerais possui larga área de pequena e média propriedade, na Mata, no Sul e no centro, terrenos e matas devolutas a leste, e áreas de grandes fazendas de criar no Oeste e no Norte.

As grandes fazendas de criar ou de indústria extractiva vegetal, as largas extensões de terras devolutas, onde a unidade légua ainda é a regra, encontram-se no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Sertão da Bahia. Em Goiás, terra clássica do latifúndio, trava-se, nesta oportunidade, a batalha do povoamento, com a medição e o loteamento das terras públicas e particulares para a colonização nacional e estrangeira".

Da conjugação das zonas fito-geográficas com as agro-económicas, resulta a divisão do país em 5 regiões: Norte, com 3 sub-regiões, Nordeste, com 4, Leste, com 4, Sul com 5, Centro-Oeste, com 3. Ao todo, 5 regiões e 19 sub-regiões. Ser-me-ia impossível tentar sequer a descrição destes territórios.

Imenso como poucos, multiforme como raros, misterioso ainda, no seu potencial latente, como nenhum outro — o País Brasileiro, o Brasil Rural, não é, em suma, susceptível de ser conhecido, mesmo superficialmente, no curto espaço da visita que lhe fez, deste mal apetrechado agrônomo lusitano.

Recordareis, todavia, que não apontei, como objeto da minha observação, a agricultura brasileira, mas sim a agronomia brasileira. A que propôs, portanto, terá vindo esta descrição que, embora a traços largos, apenas em grosseiro esboço, eu tentei fazer da Agricultura Brasileira?

E' que, como é aliás de recomendar, a organização dos serviços agronómicos acompanha de perto, nas características técnicas e nos programas especiais, a diferenciação agrícola do território. Mostrar, por consequência, a extensão e a complexidade da estrutura agrária do país, corresponde, implicitamente, a revelar a extensão e a complexidade da organização agronómica, no triplice aspecto do ensino, da investigação e do fomento.

Os serviços agronómicos, em resultado da organização política federativa, apresentam-se em dois escalões paralelos: os Serviços Federais, dependentes do Governo Central e pertencentes ao Ministério da Agricultura, e os Serviços Estaduais, dependentes dos Governos dos Estados e pertencentes às Secretarias de Agricultura. A organização federal estende-se a todo o país, com amplitude crescente, e apresenta, em geral, maior importância do que a organização estadual, talvez com a única excepção do Estado. Não tive oportunidade de conhecer, senão de leve, as organizações estaduais. Por isso me

vou referir aos Serviços do Ministério da Agricultura, de quem fui convidado, e com cujos técnicos convivi mais de perto. Em artigos na imprensa portuguesa prestei uma informação ligeira a este respeito e não será ainda desta vez que se me proporciona o ensejo de tratar o assunto com aprofundado desenvolvimento.

O Ministério da Agricultura compreende quatro serviços técnicos com categoria similar à das nossas Direções Gerais: três Departamentos (respectivamente das produções Animal, Vegetal e Mineral, este ocupando-se da indústria extractiva mineral e não das indústrias transformadoras) e o chamado C.N.E.P.A., "Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas", o qual agrupa os organismos federais que se dedicam ao ensino e à investigação. É uma orgânica similar à que existiu entre nós no tempo da Direção Geral do Ensino e Fomento e que, por minha parte, e após a lição da experiência, me obstino a considerar a mais lógica e eficiente. O C.N.E.P.A., por sua vez, subdivide-se em dois grandes organismos: o "Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas" e a "Super-Intendência do Ensino Agrícola e Veterinário". Do Serviço Nacional dependem nove Institutos especializados quer regionalmente, quer em dado ramo científico: Instituto de Ecologia e Experimentação; Id. de Química Agrícola; Id. de Oleos; Id. de Fermentação; Institutos Agronômicos do Norte, do Nordeste, do Leste, do Sul, do Oeste.

Do Instituto de Ecologia e Experimentação dependem 5 Estações Experimentais Regionais. Do Instituto de Fermentação dependem 3 Estações e 13 Sub-Estações de Ecologia, bem como 12 Postos de Análises de Vinhos. Do Instituto Agronômico do Norte dependem 2 Estações e 4 Sub-Estações Experimentais Regionais, bem como a Escola de Agronomia da Amazonia. Do Instituto do Nordeste dependem: 1 Estação Experimental e 1 Sub-Estação

Do Instituto do Leste dependem 2 Estações e 1 Têxteis, 1 Laboratório de Fibras, 1 Estação Experimental de Cana de Açúcar e 1 de Fruticultura. Regional, 3 Estações Experimentais de Plantas Sub-Estação Experimentais Regionais.

Ao Instituto do Sul, pertencem 5 Estações Experimentais Regionais e 1 Escola de Agronomia.

Instituto do Oeste compreende 4 Estações e outras tantas Sub-Estações Regionais.

Da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário dependem as Escolas Profissionais Agrícolas dos vários graus, desde os Aprendizados Agrícolas, que formam capatazes, passando pelas Escolas Agro-Técnicas, equivalentes às nossas de regentes agrícolas, até às Escolas de Agronomia e Veterinária, aquelas em número de 14. Com organização especial, e ampla autonomia, funciona a jovem mas já famosa Universidade Rural a que pertencem: A Escola Nacional de Agronomia; a Escola Nacional de Veterinária e os Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

Em face da variedade ecológica e agro-econômica, fácil é de compreender quanto devem ser profundamente diversos os problemas de cujo estudo ficam incumbidos os estabelecimentos mencionados. Bastará confrontar o Instituto Agronômico, incumbidos os estabelecimentos mencionados. Bastará fácil é de compreender quanto devem ser profundamente diversos os problemas de cujo estudo ficará confrontar o Instituto Agronômico do Nordeste fomento de trigo e aveia, batata, cebola, linho, olite com o do Sul, este ocupado em investigações e vicultura, fruticultura de países temperados, e zootecnia de raças inglesas e holandesas de bovinos e

ovinos; aquele dedicado às plantas têxteis da flora tropical, à cana do açúcar e à fruticultura das plantas tropicais e sub-tropicais.

campo de actuação e, dentro dêste, a mais acentuada.

Lícito é, portanto, dizer, sem mais exame, que a agronomia brasileira apresenta incomensurável da multiplicidade de problemas especializados. Imensidade e diversidade capazes de desafiar a peraptos do que eu e que dispuzessem de tempo assistência, a argúcia e o saber de profissionais mais sessenta dias.

to superior aos meus escassos, e hoje já saudosos,

Por tudo isto, creio que estará amplissimamente justificado o título de "visão sumária e incompleta dum agrônomo português acerca da agronomia brasileira" que, não por falsa modestia, mas por estrito amor à verdade, dei a esta palestra.

É tempo, porém, mais do que tempo, de exprimir, em breves palavras, os resultados dessa visão sumária e incompleta.

Do vasto território do País, e do muito e diverso que nele há para ver com interesse agronômico, pouco tive, afinal, oportunidade de visitar. Eis um breve relato das minhas digressões.

Durante a permanência na Capital Federal, tomei contacto com os serviços do Ministério da Agricultura, visitei as escolas primárias rurais, a Universidade Rural e o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, o Parque de Itatiaia, com o seu inconfundível ambiente florestal, o Instituto de Nutrição, o Instituto de Tecnologia, a Caixa de Crédito Cooperativo e a Sociedade Nacional de Agricultura, onde tive a honra de proferir uma conferência sobre a economia do trigo em Portugal.

Do Rio, em avião, viajei para Pelotas, e ali visitei o Instituto Agronômico do Sul, a Escola de Agricultura Eliseu Maciel, a mais antiga do Brasil, uma escola agro-técnica, duas estações experimentais: uma de fruticultura das regiões temperadas e outra de horticultura, um grupo de pavilhões de exposições e concursos pecuários, algumas granjas de criação de gado bovino e ovino e de produção de arrós, trigo e linho.

De Pelotas segui de comboio para Bagé, onde estive na Estação Fito-Técnica de Fronteira, organismo que se consagra ao melhoramento de trigo, milho e linho, com resultados já difundidos na grande cultura, e cujo genetista principal é o Dr. Ivar Beckman, cientista sueco procedente de Swuloff. Próximo a Bagé, proporcionou-se-me ensejo de percorrer o núcleo colonial do Rio Negro, constituído por solos férteis e onde se instalaram dezenas de famílias alemãs que exploram as suas glebas em regime de estrita empresa familiar, porém, uma empresa familiar diferente da que conhecemos, porquanto visa à comercialização das colheitas e, no aspecto técnico, se caracteriza pela integral mecanização.

Da Estação de Fronteira segui para a cidade de Bagé e daí, em avião, para Porto Alegre, capital do progressivo Estado de Rio Grande do Sul. Dessa cidade, ou irradiando a partir dela, visitei a Sociedade de Agronomia, órgão de classe dos agrônomos de Rio Grande, a Escola de Agronomia e Veterinária, a Estação de Sanidade e Profilaxia Animal, o Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura, uma Estação Arrozeira, e, por fim, na região de Caxias, o maior centro de produção viti-vinícola, onde pude ver os respectivos vinhedos e as correspondentes adegas, aquêles do tipo de "latada baixa" que aparece na Madeira e também na transição da região do vinho verde para a do Vinho do Porto, e estas, as Adegas, grandes organizações centralizadoras da produção de inúmeros viticulto-

res, submetidas (as principais pelo menos) à direção técnica quer de italianos quer de portugueses.

De Porto Alegre, o avião conduziu-me à famosa capital bandeirante, a progressiva e dinâmica cidade de São Paulo, de fama universal. Aí, ou a partir daí, viajando em excelentes combois elétricos, visitei o célebre Instituto Agrônomo de Campinas, sem dúvida o mais prestigioso centro de investigação agrônoma do país; a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba; o Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura; o Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura; o Instituto Biológico, consagrado à pesquisa nos ramos da biologia com interesse agrícola e compreendendo duas secções: produção animal e produção vegetal; a Sociedade Rural Brasileira, organismo associativo dos grandes produtores de café e algodão. Embora apressadamente, percorri também algumas fazendas de café, e a planície de Santos, principal produtora de banana.

De regresso ao Rio, e depois de ter realizado uma série de conferências no Ministério da Agricultura, fui a Belo Horizonte, a mais jovem capital do país, pois conta apenas 51 anos, espaço de tempo em que, de zero, ascendeu a 300.000 habitantes. Ali visitei o Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura, o respectivo Parque de Material Agrícola, um dos Postos de Fomento Agro-Pecuário que o Ministério está espalhando pelo País como guardas avançadas do progresso técnico, e algumas fazendas produtoras de trigo.

E eis tudo; de nada mais pude tomar conhecimento. No dia seguinte ao regresso de Belo Horizonte ao Rio, embarcava num dos Constelations da Panair do Brasil e 19 horas depois aterrava no Aeroporto da Portela.

A relação das visitas poderá parecer extensa a quem não estiver informado do muito mais que faltou ver. Por mim direi apenas que, a par de recordações impercíveis, trago dos contactos que mantive com a agronomia brasileira o desejo intenso de que um dia chegue em que possa realmente conhecê-la, como ela merece ser conhecida. O efeito mais importante da minha breve digressão foi, muito singelamente, o de... me abrir o apetite.

Não quero, todavia, terminar sem exprimir, num juízo rápido, a minha opinião sobre o que vi, compreendi e senti.

Terei que ser breve. Muitos dos organismos e serviços visitados dariam, eles sós, matéria para uma conferência. Tal seria o caso das Escolas primárias Rurais, da Universidade Rural, do Instituto Agrônomo do Sul, da Estação Fito-Técnica de Fronteira, da Região de Caxias, do Instituto Agrônomo de Campinas, do Instituto Biológico de São Paulo, do Serviço de Fomento Agrícola de Minas Gerais etc.

Hoje, porém, já o disse, terei que ser breve, porque longa vai já a duração desta conferência.

A Agronomia Brasileira com que contactei foi, obviamente, a agronomia oficial — ou seja a que representa a alavanca do Estado nos seus esforços em prol do progresso agrícola.

Ao apreciar a sua ação, importa, em primeiro lugar, saber se obedece a um programa, e se é este completo, lógico e coerente; em segundo lugar, ver até que ponto tal programa está a ser cumprido.

Que existe um programa, logo de início o compreendi ao verificar que todos me falavam dos mesmos grandes problemas e que a todos, com aquela tão omisso que denota a existência de aspirações comuns a todos interessavam por igual que determinadas questões se equacionassem e solucionassem por determinadas maneiras.

A orientação do Ministério da Agricultura, tal como a definiu o seu atual titular, consubstancia-se nos seguintes pontos e ninguém negará que, na sua harmonia e na sua sequência, eles não formem um autêntico programa:

1.º — vencer o caráter anárquico do individualismo, os excessos da doutrina do "laissez faire", o conceito quirritário da propriedade, por meio de medidas destinadas a orientar os lavradores; concentrar, tanto quanto possível, as plantações nas áreas de maior produtividade; facilitar e conciliar a exploração das terras com a conservação do solo; assegurar o acesso à terra aos que a queiram trabalhar;

2.º) — ampliar as investigações, pesquisas e experiências científicas sobre a biologia de plantas e animais, métodos de lavoura e criação, economia e engenharia rural, de modo a conseguir aumentar e melhorar rapidamente a produção pelos processos mais modernos (inseminação artificial, milho híbrido, trigo irrigado, etc.);

3.º — instruir o agricultor e sua família, melhorar os seus processos de produção, guiá-lo constantemente e levá-lo às práticas de conservação do solo, por meio de Postos Agro-Pecuários, das visitas de agrônomos e veterinários, das Semanas de Fazendeiros e dos campos de cooperação em suas próprias fazendas;

4.º — trabalhar assídua e persistentemente, por meio dos serviços do Ministério e especialmente do, Serviço de Informação Agrícola, com suas publicações e programas radiofônicos, para a educação das massas rurais, implantando nelas o espírito de economia, a confiança na técnica, na solidariedade e na cooperação;

5.º — refrear, senão estancar, o ciclo da agricultura nómada na busca constante de terras virgens, substituindo-a pela agricultura permanente

6.º — deter nas fazendas os operários, dando-lhes vivenda higiênica e melhor salário, além de escola, assistência médica e diversões;

7.º — transformar as colónias nacionais existentes em vários Estados em núcleos de fixação de pequenos proprietários rurais, e animar a fundação de outras colónias para a substituição da indústria extractiva;

8.º — importar tractores e seus implementos, animar a indústria nacional de máquinas agrícolas e manter os centros de treinamento de pessoal habilitado para manejar, consertar e reparar a máquina em oficinas para isso montadas."

Ninguém poderá contestar, ao ler estas linhas, que o Ministro que as escreveu, e o Ministério onde se elaboraram, não estejam a par da realidade agrícola do seu país e dispostos a enfrentar, embora sem radicalismos, os verdadeiros problemas que esta comporta, e não apenas como tantas vezes sucede; os falsos problemas adrede avolumados para esconder os autênticos.

Como se está a cumprir este programa?

Quanto ao espírito que anima os seus realizadores, direi que com a mais alacre confiança no futuro e com a mais diligente atividade; a fase atual, aquela que pude observar, é precisamente uma fase de eclosão, de fundação e ampliação de instituições, de início de novos estudos, de aparelhamento ou reaparelhamento de laboratórios, uma fase em que o observador surpreende, em plena pujança, o esforço criador, e apreende quanto há de verdade na apreciação de Zweig de que "em completo contraste com o que se dava anteriormente, a hora tem aqui mais minutos do que na Europa".

Quanto à competência da classe agrônoma, pareceu-me elevada, sobretudo por parte dos jovens

técnicos que trabalham nos serviços de investigação. Todos os agrônomos do Ministério, após certo tempo de serviço, são obrigados a frequentar na Universidade Rural, durante 10 meses, um curso de especialização e aperfeiçoamento. Até à data funcionam os seguintes cursos: biologia, fito-sanidade, cafeicultura, plantas tóxicas, silvicultura, ecologia, enologia, química agrícola, inspeção de produtos agrícolas, fomento agrícola, caça e pesca, zootecnia, economia rural e educação rural.

Muitos dos agrônomos, entre os que revelaram maiores aptidões, completaram a especialização em Universidades e Centros Científicos estrangeiros, quase sempre dos Estados Unidos.

Não é de surpreender, assim, que nos Laboratórios e demais instituições de pesquisa, se encontrem técnicos altamente especializados, vivendo profunda e devotadamente o seu problema particular e revelando, dele o conhecimento mais íntimo e circunstanciado.

Foi assim que, — apenas para dar um exemplo — fui encontrar, no Instituto Biológico de São Paulo, um pequeno, mas bem apetrechado laboratório, onde dois técnicos se consagravam exclusivamente às doenças dos Citrus e saí de lá convicto de que o tempo não lhes sobrava para lazares e a vida toda não lhes bastaria para atingir, na matéria, a suprema ciência.

Como, porém, a especialização se sobrepõe a um curso geral um tanto enciclopédico — acontece que os especialistas brasileiros não são daquela espécie, assás antipática, dos especialistas exclusivistas, cuja cultura restrita assenta sobre um extrato de conhecimentos pouco mais que primários. Possuem, pelo contrário, boa cultura geral agnômica e revelam interesse por tudo quanto respeite à profissão. Numa conferência que realizei na Estação Fito-Técnica de Fronteira e que versou sobre assunto de minha especialidade, verifiquei quanto o árido tema que escolhera, "Contabilização dos resultados da produção agrícola", despertara interesse nos auditores, todos genetistas ou fito-melhoradores, e os levava a formularem perguntas judiciosas e a levantarem dúvidas pertinentes. O Diretor do Laboratório de que falei como ocupando-se das doenças dos citrus — especialista que é, de grande renome — é também um agrônomo de vasta cultura profissional e um espírito aberto a todas as actividades mentais; tive o prazer de conversar com êle, pela primeira vez no seu laboratório e pela segunda vez em casa da grande poetisa Cecília Meireles, e fiquei a conhecer duas facetas distintas da sua personalidade.

Outra característica dos agrônomos brasileiros que me feriu a atenção, é a tendência para conviver com o agricultor, e para aprender com eleantes de o querer ensinar. Na pequena cidade de Pelotas, onde vivi dias inolvidáveis, e que é simultaneamente um centro de concentração agnômica invulgarmente densa e a capita! duma progressiva região agro-pecuária, scentese no ar, respira-se por assim dizer, essa inter-penetração do agrônomo com o agricultor, sem a qual a ciência agnômica é ocupação de diletantes e a actividade rural tarefa de rotina.

As actividades agnômicas podem distribuir-se por três sectores:

- 1 — Ensino
- 2 — Investigação
- 3 — Fomento

No ensino, ensino, além das Escolas Primárias Rurais, que não estão, aliás, entregues a agrônomos e que me deixaram entusiasmado pelo seu carácter de autêntica ruralidade e pela sua pedagogia estruturalmente democrática, há a considerar três graus. Visitei apenas uma Escola Secundária, a "Es-

cola Agro-Técnica Visconde de Graça" e encontrei-a bem dotada, com área considerável em cultura e um excelente parque avícola; nela fui encontrar, outrossim, uma lição viva, palpável, de como deve ser a educação numa nação moderna: a educação que não reprime nem constrange, antes anima e liberta; a educação para quem os alunos não são autómatos moldáveis à vontade do professor, mas criaturas vivas e conscientes que como tal devem ser respeitadas e aproveitadas. Quanto ao ensino superior, tenho que me contentar em remeter os meus auditores para os artigos que escrevi no Diário de Lisboa acerca da Universidade Rural, ou então pedir-lhes que esperem por outra oportunidade que se me apresente de tratar do assunto. A Organização dos cursos afigura-se-me um tanto antiquada e, além disso, pelo que ouvi dizer, nem todas as Escolas de Agronomia são de igual nível — o que, se tem a inapreciável vantagem de criar emulação, tem o inconveniente de dificultar a homogeneidade dos quadros técnicos.

As três únicas escolas que visitei — a da U. Rural, a de Piracicaba, a de Pelotas e a de Porto Alegre — pareceram-me, aliás, de elevado nível, embora as duas últimas disponham de apetrechamento modesto, sobretudo quando comparado com a quasi suntuosidade da primeira.

Quanto à investigação, algo disse já a seu respeito. Tanto quanto pude observar, afigura-se-me que os ramos que têm merecido mais atenção, quer no sentido da formação de especialistas, quer no da concessão de verbas e apetrechamento de laboratórios, têm sido os seguintes: fito-patologia, genética, entomologia e pedologia. Numa actividade conjugada de genetistas e fito-patologistas, vi o interesse de muitos serviços concentrado neste importantíssimo setor agnômico que é a imunologia vegetal. Quanto aos pedologistas, além do levantamento de cartas de solos, notei que se ocupavam em medir a resistência à erosão dos vários tipos de solos cultivados com as plantas mais correntes, e notei que o problema da conservação da fertilidade era para êles o fundamental.

Dada a premência com que são sentidos no Brasil os problemas da intensificação e melhor organização da agricultura, não é muito de admirar que hoje a preocupação de extrair, tão depressa quanto possível, resultados práticos da actividade investigadora. Como exemplos, citarei o que vi passar-se com a questão do milho híbrido que, menos de 10 anos depois de entrar em estudo no Instituto de Campinas, se encontra na fase da distribuição em grande escala de semente à lavoura; com a questão dos trigos precoces e resistentes à alforra, criados por seleções e hibridação de variedades regionais com italianas, e graças aos quais se tornou possível e rendosa a triticicultura na zona de Bagé, onde até então, se não era de todo impossível, se apresentava pelo menos como muito aleatória; com a questão do algodão, cuja semente, em São Paulo, é já hoje, na totalidade, fornecida à lavoura pelos Serviços Officiais, com as inerentes garantias; com a inseminação artificial, hoje inteiramente generalizada, e graças à qual se assiste à rápida melhoria da pecuária nacional.

Não desejo, todavia, que se julgue que me apresento, em face da actividade agnômica brasileira, como um admirador incondicional, por completo desprovido de espírito crítico.

Eis um género de homenagem que, creio bem, não seria o mais apreciado da parte dos nossos colegas do Brasil. Foi assim que, para apontar uma deficiência, direi que a actividade investigadora no setor da Economia Agrária é ainda muito reduzida;

apenas no Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura de São Paulo, encontrei uma seção onde quatro jovens e distintos agrônomos se dedicavam a pesquisas de índole econômica, tendo entre mãos, à data da minha visita, o cálculo do custo de produção do algodão, arroz, batata, feijão, milho e uva.

Aproveitei, por sinal, o ensejo para, depois de inteirado dos trabalhos em curso, expôr, por minha vez, a atividade portuguesa no mesmo setor, e em particular o inquérito ao custo de produção do trigo a que está procedendo a Federação dos Produtores de Trigo.

Desta troca de impressões, realizada no espírito da melhor fraternidade profissional, provieram, segundo me pareceu, muitos benefícios.

Digamos, por último, alguma coisa sôbre o *fomento*. Em todas as capitais do Estado, o Ministério da Agricultura mantém um "Serviço de Fomento". Consiste, essencialmente, numa Repartição Central, num Parque de Inspeção e reparação de material agrícola, em numerosos Postos de Fomento Agro-Pecuário dirigidos por agrônomos e dessimnados pelo território dos Estados, e numa multiplicidade de chamados "campos de cooperação" adiante descritos. Dêstes Serviços, o que me pareceu mais completo foi o de Belo Horizonte e direi acêrca dele duas palavras.

Compreende, na cidade, os seguintes departamentos: escritórios, oficina mecânica e laboratório de análises e tratamento de sementes. A oficina mecânica executa toda a espécie de trabalhos: retificação, soldagem, pintura, reforma de baterias, bate-chapas, etc.; é considerada como das mais completas que existem em Minas Gerais.

Uma das suas mais notáveis atividades é o aproveitamento de coisas tidas como perdidas ou impraticáveis; com material abandonado como sucata pelo Exército, a oficina construiu viaturas inteiramente novas, trabalho êste que pude ver em curso.

O laboratório de sementes afigurou-se-me muito completo. Nenhuma semente é distribuída sem prévia análise. Desde que se lhe reconheça valor cultural superior a 70%, é submetida à limpeza e classificação em peneiras mecânicas, embalada em sacaria própria e rigorosamente expurgada.

No campo, espalhados pela vasta área do Estado, o Serviço compreende 13 Postos Agro-Pecuários, onde os agrônomos fazem vida exclusiva de campo, habitando aliás, moradias confortáveis; dois campos permanentes de fruticultura, três campos de multiplicação de sementes e quatro oficinas de despolpamento de café.

A atividade que, todavia, se considera como assumindo maior repercussão econômica e mais influência para aumentar e melhorar a produção é a conhecida pela designação de "cooperação com o produtor agrícola". Dou a palavra ao agrônomo Jaime de Brito, Chefe do Serviço, para expor as várias modalidades da cooperação:

1º) Assistência técnica e fornecimento de insecticidas gratuitamente, empréstimos de sementes e de máquinas simples de tracção animal.

2) Destinada à produção de sementes em massa, o Serviço dá assistência técnica, empresta os conjuntos motomecanizados e a semente, e exerce fiscalização da sementeira à colheita.

3º) Destinada à prestação de serviços motomecanizados aos fazendeiros que os requiriram: lavoura, gradagem, sementeira e colheita, mediante o pagamento de uma taxa correspondente apenas ao preço de custo.

4º) Cooperação didática junto dos estabelecimentos escolares ou de assistência técnica, onde se-

mentes, insecticidas, fungicidas e adubos são cedidos gratuitamente, e as máquinas e ferramentas são emprestadas.

E Jaime de Brito concluiu assim: "Na cooperação agrícola, o produtor dispõe, na sua própria fazenda, de uma verdadeira escola de aprendizagem ligeira, prática e eficiente, onde aprende a conhecer a terra para a cultura que desejar fazer; onde vê a máquina própria para cada operação, aprendendo a manejá-la; onde é instruído na defesa do solo; nos amanhos culturais; na colheita, beneficiamento e armazenamento dos produtos, aprendendo, ainda, a fazer o registo das operações agrícolas a fim de que, no termo da cultura, possa elaborar a respectiva conta que lhe dirá do prejuizo ou do lucro havido."

No ano agrícola de 1948-49, o número de cooperação atingiu 557 correspondendo a 4.175 hectares.

E' tempo de terminar. As vozes de tantos portugueses ilustres que do Brasil têm falado, junta-se hoje a minha humilde voz. Não tratei de literatura, nem de arte, nem de ciência pura, nem de paisagem, nem da alma generosa desse grande Povo, irmão do nosso. Tratei apenas das coisas humildes da Terra-Mãe, como é própria aliás desta Casa onde todos sabemos que, na sua humildade, tais coisas são afinal as fundamentais. Seria caso, se fosse necessário, de invocar Cesário Verde e justificar-se de ter lovado em verso a produção frutífera nacional:

"Para alguns são prosaicos, são banais
Estes versos de fibra suculenta;
Como se a polpa que nos dessenta
Nem ao menos valesse uns madrigais."

Insisto, porém, em que é tempo de terminar. E não vejo forma mais apropriada de o fazer do que esta de formular os mais sinceros votos para que a Agricultura Brasileira, sob a égide e o impulso da sua progressiva Agronomia, caminhe para dias de prosperidade e glória.

A essa Agricultura, de todo o coração, desejo que, sem demora, alcance a era pela qual sonhou o estadista João Pinheiro, essa era em que "nas pastagens cuidadas, haverá gado nédio e numeroso; nos campos cultivados, colheitas fartas e variadas; nos lares, abundância, e na abundância a alegre independência oriunda do trabalho que remunera".

Tenho dito.

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil

BANGU

Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGU-INDUSTRIA BRASILEIRA

Banco do Brasil S. A.

1808 - 1949

Sede — Rua 1.º de Março n.º 66, Rio de Janeiro (DF)

TAXAS DE DEPOSITOS

Depósitos sem limite	2% a.a.
Depósitos populares	
Limite de Cr\$ 10.000,00	4 1/2% “
Depósitos limitados	
Limite de Cr\$ 50.000,00	4% “
Limite de Cr\$ 100.000,00	3% “
Depósitos a prazo fixo:	
Por 6 meses	4% “
12 meses	5% “
Com retirada mensal de juros:	
Por 6 meses	3 1/2% “
Por 12 meses	4 1/2% “
Depósitos de aviso prévio:	
30 dias	3 1/2% “
60 dias	4% “
90 dias	4 1/2% “

Letras a prêmio (sêlo proporcional)

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito federal, além da Agência Central, na Rua 1º de Março, nº 66, mais as seguintes:

Bandeira, Rua Mariz e Barros nº 44 — Botafogo, Rua Voluntários da Pátria nº 449 — Campo Grande, Rua Campo Grande nº 100 — Copacabana, Avenida Nossa Senhora de Copacabana n. 1292 — Glória, Rua do Catete n. 238 — A — Madureira, Rua Carvalho de Souza nº 299 — Meier, Avenida Amaro Cavalcanti n. 95 — Ramos, Rua Leopoldina Rego n. 78 — São Cristovão, Rua Figueira de Melo nº 360 (esquina da Rua S. Cristovão) — Saúde, Rua do Livramento, nº 63 — Tijuca, Rua General Roca n. 661 — Tiradentes, Avenida Gomes Freire, 20/22.

Além das operações normais, a Agência Metropolitana da Glória está habilitada a receber depósitos fora das horas de expediente, quer durante o dia, quer à noite, utilizando-se do Receptor Automático instalado na referida Agência, e a Metropolitana de Copacabana oferece, mediante módico aluguel mensal, cofres de vários tipos para guarda de valores (títulos, jóias, etc.) em casa forte dotada de moderno equipamento.

MOEDA E CRÉDITO

Arthur Torres Filho

Antes de abordar a importância do crédito e suas modalidades em relação às atividades agrícolas, é interessante recordar algo sobre o comércio nas sociedades antigas, a instituição da moeda, origem do câmbio e do crédito em geral.

No alvorecer das sociedades antigas, o modo de satisfazer às necessidades humanas consistia na troca de utilidades, de acordo com a produção e as necessidades das diferentes regiões.

Essa forma de comércio era praticada dentro e fora dos países. A título de curiosidade, citaremos aqui o contrato firmado entre Salomão, rei de Israel, e Hirão, rei de Tiro, mediante o qual este monarca forneceria madeira de cedro para a construção do templo, em Jerusalém, comprometendo-se o rei israelita a dar em troca 20.000 côros de trigo, 20.000 côros de cevada, 20.000 batias de vinho e 20.000 batias de azeite. (Bíblia II livro de Crônicas, capítulo 2, verso 10).

Com este sistema de permutas de mercadorias, os homens se supriam de tudo quanto necessitavam. Passados anos, os romanos instituíram uma determinada mercadoria com a qual os outros produtos pudessem ser trocados. Essa mercadoria tomou o nome de "moeda", e o ato da permuta — compra e venda.

Várias substâncias foram utilizadas sucessivamente, como valor monetário, tornando-se preferidas a prata e o ouro. Vantagens diversas motivaram a escolha dos referidos metais, como a base das transações comerciais, cujo valor servia de aferição para as outras mercadorias. Entre as vantagens que determinaram a sua preferência, poderemos enumerar as seguintes:

- 1º — Conterem grande valor, dentro de pequeno peso;
- 2º — Oferecerem maior facilidade de transporte;
- 3º — Serem metais inalteráveis visto o seu valor se conservar mais ou menos igual;

- 4º — Admitirem sub-divisão;
- 5º — Não se prestarem a falsificação;
- 6º — Serem produzidos em grande quantidade.

A convenção da moeda metálica deu às sociedades modernas a possibilidade de permutas e a mobilidade das riquezas, atribuindo-se ao outro valor privilegiado.

Com o fim de facilitar as transações comerciais, surgiu o papel-moeda, cuja missão pôde ser de duas naturezas: **convertível** e **inconvertível**.

Papel-moeda inconvertível é aquele que não pode ser convertido em moeda, o que se denomina — inflação.

O monopólio do papel moeda dessa natureza pertence ao Governo, cujo critério determina o limite da emissão. A circulação do papel moeda inconvertível não necessita de cobertura ouro e o custo da emissão é insignificante: daí porque os Governos de recursos escassos se valem desse processo para satisfazerem os seus compromissos nacionais.

O papel moeda não possui valor intrínseco; seu curso legal se limita às fronteiras do país que o emite, ficando, portanto, à margem das transações internacionais.

A inflação pode determinar a depreciação da moeda, como aconteceu na Alemanha, em 1918, e na França, em 1924.

CÂMBIO

À proporção que se desenvolvem as relações comerciais entre os povos, as transações monetárias foram se complicando exigindo um sistema de pagamento que dispensasse o transporte direto da moeda. Dessa necessidade originou-se o câmbio, que não é outra coisa senão a possibilidade de efetuar pagamento, sem o perigo da remessa de moedas.

O câmbio é, pois, a troca de moeda estrangeira pela nacional, levando-se em conta a quantidade de ouro puro que uma e outra contém.

Essa troca de dinheiro de um país para outro, é feita mediante letra de cambio, a qual está sujeita, não só á quantidade de ouro puro que contém a moeda, como também as influências políticas e sociais. Assim, o câmbio que foi instituído para facilitar as relações comerciais, degenerou em flagélo para muitos países, porque os mais ricos tornaram-se árbitros do comércio mundial.

O CAPITAL

O capital é toda classe de riqueza que possui o produtor, como auxílio no seu trabalho de produção.

O capital pode ser fixo ou circulante. O capital fixo de um agricultor, por exemplo, consiste em terras, instalações, etc. O capital circulante é representado pela produção. De tudo isso, pode-se deduzir que o capital é um instrumento indispensável a qualquer ramo de atividade da vida moderna, pois, nenhuma potencialidade de riqueza poderá ser incorporada á economia sem auxílio do capital. Podemos acrescentar ainda que o desenvolvimento econômico de qualquer lugar está condicionado ao capital que se possa empregar em benefício da produção.

CRÉDITO

Crédito vem da palavra latina — **credere**, e significa crença ou confiança, no sentido de que o devedor salde as suas dívidas integralmente. O crédito pode ser pessoal, baseado na boa fé e na moralidade do indivíduo, ou real, baseado nos bens materiais, que o indivíduo possa oferecer em garantia.

O crédito, por si mesmo, não cria capital, de modo que o comércio que se baseia exclusivamente nele, não é sólido.

O crédito representa, apenas, um meio hábil, pelo qual o indivíduo que não possui grande capital, pode aumentá-lo para desenvolver a sua produção.

Qualquer estudo sobre o crédito exige, por necessidade o método, a sua especificação. Assim, podemos distinguir diversos tipos especializados, como sejam: Crédito Comercial, Crédito Industrial, Crédito Agrícola, etc.

"O crédito é desconfiado por natureza e tem por base uma garantia. Sua lógica é a cifra e sua fé, o sucesso".

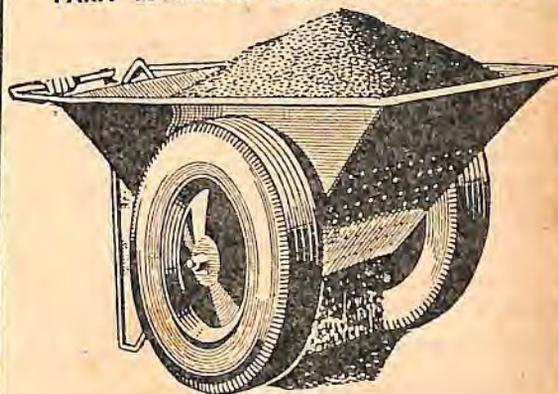
O crédito agrícola tem por base o cultivo da terra e é de todas as modalidades a mais lenta e mais difícil, devido á demora na devolução do capital. Daí constituir objeto de estudo, em todos os países do mundo. Sendo a garantia condição precípua na aquisição do crédito, este se torna quase inacessível ao agricultor, que dificilmente pode oferecer a garantia requerida. Além disso, o pequeno rendimento do capital empregado na agricultura, que não pode pagar grande taxa, determina o retraimento dos Bancos, em relação aos agricultores.

Apesar das dificuldades apresentadas, não podemos passar de largo sobre a importância dessa modalidade de crédito, na economia brasileira.

Num país agrícola como o Brasil, que tem suas principais fontes de riqueza no cultivo da terra, todo o amparo dispensado aos agricultores assumam um aspecto de extraordinária importância. Do amparo á produção, pelo financiamento em bases cômodas e compensadoras, advém inestimáveis benefícios á intensificação da lavoura e exploração nacional da agricultura.

Carrinhos MOCA

PARA ESPALHAR CAFÉ EM TERREIROS



Fabricantes :

INDÚSTRIAS GASTÃO PINATEL

RUA D. BOSCO, 156
São Paulo

Representante :

G. GILBERT

RUA DA QUITANDA, 20 - S. 407

Telefone: 22-9503

End. Telegr.: "Trebliq"

Rio de Janeiro



Todos os estudiosos do assunto, são unânimes em afirmar que, a dificuldade de obtenção de recursos financeiros, para empregar a técnica moderna de produção retarda a agricultura. Por isso o problema do crédito agrícola vem preocupando os poderes públicos, desde o tempo do Império.

A primeira lei neste sentido foi de n.º 1.237, de 1864, que estabelecia o crédito hipotecário, regulamentada pelo decreto n.º 3.471, de 1865; um ano depois, a de n.º 1.347, de 19 de setembro de 1866, o Governo renovou o acôrdo com o Banco do Brasil, designando 35 mil contos á carteira hipotecária, e mais tarde, pelo governo para o pagamento de juros de 5% ao ano e a amortização das letras hipotecárias emitidas por um Banco de Crédito Real.

Essa questão tem sofrido sucessivas reformas, sem contudo, obter uma solução satisfatória, nem no Império, nem na República.

Em 1938, cuidando o Governo mais objetivamente deste importante problema, criou a carteira do crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil. Até 31 de dezembro de 1941 a carteira de crédito agrícola já havia realizado 23.097 financiamentos rurais, distribuídos entre pequenos, médios e grandes agricultores, sendo que os primeiros representam mais de 50% do total e os grandes limitam-se a 16%. A necessidade dos financiamentos para custeio de entre-safras, aconselhou subordinar a utilização do crédito a retiradas mensais.

A assistência da Carteira do Crédito é efetuada indistintamente, em todos os Estados do Brasil, obedecendo aos imperativos de ordem econômica de cada região. A dissiminação dos empréstimos rurais mostrou a significativa assenção dos financiamentos, como se poderá apreciar pelo quadro a seguir:

PRODUTORES	1938/43	1944	1945	1946	1947	1948	Total
PEQUENOS							
De Cr\$ 250,00 a Cr\$ 5.000,00	5.376	935	1.049	686	315	490	8.851
De Cr\$ 5.001,00 a Cr\$ 10.000,00	7.312	2.472	2.717	1.776	618	1.010	15.905
De Cr\$ 10.001,00 a Cr\$ 20.000,00	10.188	3.110	3.819	2.768	900	1.561	22.346
De Cr\$ 20.001,00 a Cr\$ 30.000,00	6.397	2.760	3.153	1.930	458	742	15.440
	29.273	9.277	10.738	7.160	2.291	3.803	62.542
MEDIOS							
De Cr\$ 30.001,00 a Cr\$ 50.000,00	7.306	3.364	4.009	2.544	649	1.039	18.911
De Cr\$ 50.001,00 a Cr\$ 100.000,00	8.315	4.406	5.518	3.215	943	1.505	23.902
	15.621	7.770	9.527	5.759	1.592	2.544	42.813
GRANDES							
De Cr\$ 100.001,00 a Cr\$ 500.000,00	7.858	5.590	7.490	4.103	1.618	2.503	29.162
Superiores a Cr\$ 500.000,00	999	1.115	1.859	456	346	663	5.438
	8.857	6.705	9.349	4.559	1.964	3.166	34.600
Todos os Produtores	53.751	23.752	29.614	17.478	5.847	9.513	139.455

A cooperativa agrícola é outra modalidade de crédito. A primeira cooperativa de crédito no Brasil foi fundada em 1912 pelo padre Teodoro Amstadt no Rio Grande do Sul, segundo o sistema Raiffeerisen. Propagando-se o movimento por todo o Estado, dentro em pouco, o numero de caixas rurais foi além de 50, sendo a maioria delas filiada á caixa central, em Porto Alegre.

São Paulo, Pernambuco, Paraíba, todos os demais Estados seguiram o exemplo do Rio Grande do Sul, sendo hoje muito ele-

vado o número de cooperativas de crédito agrícola.

Afirmam, todos os interessados neste setor da economia brasileira, ser a cooperativa de crédito o meio mais acertado para fazer chegarem os benefícios do crédito agrícola até ás mais humildes camadas de agricultores, nos mais longínquos pontos do território nacional.

TORRES FILHO

Rio, 3 de outubro de 1949.

CASA DA AGRICULTURA



Volta neste número “A Lavoura” a prestar à classe rural brasileira, especialmente ao corpo social da Sociedade Nacional de Agricultura, informações sobre a construção da futura sede da instituição.

Agora que as obras tomaram notável impulso, vamos recapitular as principais fases dessa velha aspiração de quantas diretorias teem passado pela Sociedade, e que só mais de meio século após a fundação da instituição se corporifica, como veremos:

Terreno — decreto de aforamento do domínio útil de uma área de 24x25, nos acrescidos de marinha da Esplanda do Castelo, sôbre a Avenida Presidente Justo, em frente ao Aéro Porto Santos Dumont (n.º 7.227, de 4-1-1945);

Contrato de aforamento do terreno — Na Delegacia do Domínio da União, em 18 de junho de 1945;

Autorização para dar o terreno em garantia hipotecária — Decreto-lei 8.594, de 8 de janeiro de 1946;

Contrato de mútuo com a Caixa Econômica Federal — Para o empréstimo de parte do numerário necessário à construção do edifício, em 24-11-1947.

O contrato com a firma construtora — assinado um pouco antes, prevê a construção de um edifício ocupando a totalidade da área referida, e composto de:

Sub-solo	132,00 m2.
Pavimento térreo, com	685,50 m2.
Sobreloja com	360,00 m2.
Pavimento inter- mediário, com	696,00 m2.
Pavimento tipo (6), com 500,00 m2)	3.000,00 m2.
Casa de máquinas e caixa de água	138,00 m2.
TOTAL	5.011,00 m2.

Aprovado pela Diretoria o plano do edifício, foi constituída uma “comissão

de Obras”, composta dos Srs. Arthur Torres Filho, Luiz Simões Lopes, Antonio de Arruda Camara, Kurt Repsold e Luiz Marques Poliano, respectivamente Presidente, 1.º Vice-Presidente, 3.º Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, incumbida de acompanhar de perto o desenvolvimento dos trabalhos de construção.

A sondagem do terreno, realizada logo após a aprovação dos projetos pela Prefeitura do Distrito Federal, foi realizada em maio de 1948 e atingiu à profundidade de 22 metros.

O lançamento da Pedra Fundamental se deu a 4 de junho do mesmo ano, (“A Lavoura”, julho-agosto 1948, pg. 26), mas a obra não pode ter prosseguimento em virtude de haver a Prefeitura do Distrito Federal exigido o pagamento de Cr\$ 26.205,10 a título de “licença” para a construção. Achava a Diretoria — e com razão — que esse pagamento não lhe competia — visto estarem isentos o terreno e as benfeitorias que nele fossem realizadas, do pagamento de quaisquer impostos ou taxas, quer municipais, quer federais. Apelou, sem resultado, para os poderes municipais e por fim teve de impetrar mandado de segurança, que lhe foi concedido, reconhecendo aquele direito presente e salvaguardando direitos futuros. Tendo apelado a Prefeitura, só em 7 de dezembro do ano passado teve a Sociedade confirmação da medida, pelo acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, registrado em 7 de dezembro de 1949.

Esse processo judicial obrigou a Diretoria a paralisar temporariamente a

sua atividade, porque a construção não poderia ser efetivada sem a licença municipal e esta só poderia ser obtida se paga a “taxa” exigida, com o que não se conformava a Sociedade.

Vencido mais esse obstáculo, retomou a Comissão de Obras a sua atividade e, de acôrdo com o plano de construção, foram contratados:

- a) o desaterro e nivelamento do terreno;
- b) a construção do tapume e a ligação da água e da fôrça;
- c) o estaqueamento; e
- d) blocos de concreto armado.

Os dois primeiros serviços já se acham terminados, e o terceiro foi iniciado na última semana do mês de janeiro corrente. O último, logo após a terminação do terceiro serviço.

Compreendem estes serviços:

- a) *Escavações*: Remoção de 2.163 metros cúbicos de terra, pelo preço de Cr\$ 64.890,00;
 - b) *Tapume*: em madeira, com 438 m². por Cr\$ 31.234,00;
 - c) *Estaqueamento*: 78 estacas com 18 metros de profundidade (Estacas Franki) Cr\$ 589.482,00;
 - d) *Blocos de concreto armado* Cr\$ 108.716,00.
- Total Cr\$ 794.322,00.

Após esse serviço, será feita a coleta de preços para a estrutura em cimento armado e tubulações embutidas, esperando a Diretoria que, por todo o correr de 1950, o edifício estará com a sua altura máxima atingida, e todo o serviço de alvenaria de tijolo terminado. O prazo para a construção, está previsto em dois anos.

Para as suas aves **RAÇÕES PRENSADAS**

avevita

Inicial • Crescimento • Engorda • Postura

MOINHO FLUMINENSE S/A • R. URUGUAIANA, 118 • RIO

OS CLUBES 4-Hs., SUA ORGANIZAÇÃO E INFLUÊNCIA NO MEIO RURAL

ARTHUR OBERLAENDER TIBAU

Engenheiro Agrônomo

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1.^o — É inegavelmente na educação de um povo, considerada na expressão lata do vocábulo, que se alicerça a sua pujança econômica e que se firma a sua soberania. Raras, infelizmente, são as nações cujos educadores se inspiram nos fundamentos reais do complexo da felicidade humana, para se habilitarem a guiar o seu povo para essa ançada meta, pela maioria inatingida, se bem que universalmente acessível.

O princípio básico da Pedagogia é o axioma fundamental da Sociologia que ensina ser o homem ao nascer um ente indefinido, podendo tornar-se um selvagem ou um requintado expoente da civilização — a diretriz da sua evolução social é a educação. Feliz, portanto, é o povo cujos educadores sejam espiritualmente tão fortes que, vencendo os preconceitos empíricos e muitas vezes tolos, possam, com a força da sua formação filosófica, focalizar na sua origem e analisar com precisão as causas determinantes do bem estar da sua gente, delas extrair as normas educativas e que sejam ainda capazes de dar-lhes forma curricular aplicáveis a fins pedagógicos, sadios, eficientes, e bastante hábeis para conduzirem os homens a se amarem entre si e dignificarem o trabalho, tendo em mira induzi-los a executarem as suas tarefas com prazer e entusiasmo, afastando-as do conceito malsão de obrigatoriedade escravizante.

Os abnegados e vigilantes mestres americanos se têm esmerado por tal forma na aplicação leal desses princípios, que se encaminham a passos largos e seguros para realizar a almejada aliança da nobreza dos sentimentos humanos com a sabedoria dos métodos de execução das tarefas respectivas, proporcionando a todos o direito de desfrutar, em toda a sua plenitude, da alegria de viver, essa venturosa aspiração de cada um.

A riqueza material e as disponibilidades intelectuais incomensuráveis da grande Nação Americana do Norte, ajudada poderosamente pela índole do seu povo, oriunda de uma formação social e econômica moralmente sãs, criaram um clima favorável às pesquisas sociológicas profundas e perfeitas, permitiram que esses estudos, com base no realismo da vida, se orientasse no sentido da perfeição humana. Orientados por essa forma, conseguiram estabelecer as leis fundamentais da educação integral e tornaram possível a sua aplicação sem preconceitos, seguindo uma diretriz simplista e tão próxima quanto possível da atuação natural dos seres vivos.

O êxito das suas realizações não é devido tão somente à inteireza dos seus métodos educacionais em si mesma, mas sobretudo por terem sido inteligentes e estreitamente conjugados a parte social, que efetivamente complementa o ambiente, e de fato, em última análise, é a razão de ser de todos os seres humanos. Não poderia ser outro o caminho. A sábia natureza na sua inegalável e inexcedível perfeição, sublima-se nas suas sublimes artimanhas para lutar pela conservação da espécie, concentrando-as

na atratividade dos sexos. Esta atratividade que é um fator de ordem psíquica, constitui o principal elemento a ser explorado para estimular o instrumento no sentido da produtividade, da perfeição e do bom procedimento, agindo como um verdadeiro catalizador no apuro da personalidade do homem e da mulher. Por esta razão ponderosa, meninos e meninas, moças e rapazes, devem formar as galhardas e harmoniosas equipes dos Clubes 4-Hs, quaisquer que sejam as suas atividades.

A experiência e a observação cuidadosa dos pedagogos, induzem a preconizar a adoção desse salutar sistema misto, pois são unânimes em considerá-lo não só benéfico como mesmo essencial ao aprimoramento dos indivíduos, que são levados por esse estímulo natural e sadio, a se empregarem a fundo nos misteres que lhes são atribuídos, fazendo valer todos os seus atributos físicos, intelectuais e morais, para, instintivamente, realçarem-se entre os seus pares, lançando-se assim naturalmente na torrente de um entusiasmo são, que, generalizados e bem orientados, conduzem-nos insensivelmente para a desejada perfeição. Pelo exposto conclui-se tratar de uma providência que à primeira vista parece complementar apenas uma norma de ação, mas entretanto deve-se situar em primeiro plano, formando ao lado das mais importantes, assim sendo, convém, que se a regulamentar para que os seus salutareos efeitos se façam sentir em toda a sua plenitude.

2.^o — **Finalidade:** Os Clubes dos 4-Hs têm por finalidade básica a preparação do adolescente para uma vida futura eficiente e feliz, por esta razão, o seu programa de ação deve estribar-se em normas de ensino que envolvam os problemas tal como eles realmente se apresentam na vida comum.

A instrução deve ser conduzida de forma tal que o instruendo se habilite a sentir e a medir a sua capacidade e a sua responsabilidade. Por esta razão os temas a serem desenvolvidos devem representar fielmente os problemas da vida real, e é muito importante que a sua execução abranja, de uma maneira completa, todas as suas fases e se estenda à apreciação do seu custo, do seu valor econômico e a avaliação da sua repercussão no próprio ambiente rural em que é levado a efeito o trabalho.

Pelo que vai acima exposto, é necessário que a tarefa a ser executada se constitua de um motivo da vida rural ou doméstica, devendo recair sempre sobre os assuntos de notória utilidade, e que possa ser convenientemente apreciado pelos agricultores da região.

É importante que a escolha da natureza da tarefa seja de livre iniciativa do jovem, que o faz sempre de acordo com os seus pendores naturais, e que, a desenvolva pessoalmente, procurando resolver por si mesmo, todas as dificuldades que se apresentarem, desde o começo à fase final, inclusive a venda e a apuração dos proventos, ou quando este não for o caso, devem ser envidados meios para que sinta os efeitos da sua repercussão.

O sistema, como é óbvio ponderar, tem em vista proporcionar ao jovem oportunidade de resolver, com

os seus próprios recursos, tôdas as situações que se apresentam no decurso da execução da sua tarefa, habilitando-o não só a desenvolver a sua capacidade de iniciativa, como também a avaliar o exato valor das coisas e da sua própria capacidade.

A função do instrutor, como adiante veremos, é principalmente guiar o jovem na execução da sua tarefa e ministrar ensinamentos técnicos compreendendo os avanços atuais da ciência agrônômica, aplicáveis nos seus trabalhos, e por essa forma, demonstra objetivamente a sua eficiência e a razão de ser da sua preferência.

Um dos bons meios para estimular a capacidade dos jovens e a perfeição dos seus trabalhos, é permitir o seu comparecimento aos concursos e às exposições, onde terão oportunidade de demonstrar em público a sua capacidade, habilidade e inteligência. É sem dúvida a prática frequente desse poderoso incentivo, que muito tem concorrido para o desenvolvimento dessa grande organização americana.

Os prêmios alcançados pelos jovens autores da obra nessas competições, influem no ânimo não só do que é premiado, como também no de todos os consócios, conferindo a essa providência um elevado valor educativo.

Sendo a precípua finalidade dos clubes o preparo dos jovens para a vida real, o melhor local da execução dos trabalhos é o domicílio de cada um, aí no próprio ambiente em que vivem. Além de ser mais viável, o efeito dos métodos educacionais em causa, vão incidir diretamente sobre o meio que se tem em mira melhorar.

O clima do efeito conseguido pelas normas pedagógicas seguidas na educação desses jovens chega a emocionar quando percebemos que o educando sente-se enobrecido pelo trabalho que executou com perfeição, graças à sabedoria e elevação de espírito

que lhe serviu de guia. Sente-se tão orgulhoso quanto um artista que cinzelasse uma obra de arte, pois ele sabe além de tudo, que essa obra prima do seu esforço é um fator indispensável à prosperidade sua e de sua gente, e concorrerá, na sua esfera, para o aumento da majestade de sua Pátria.

A perfeição da técnica, convém frisar, deve ser aliada à noção do custo de produção, para que o instruído tenha idéia exata do valor do seu trabalho e dos bens de produção dos quais lançou mão.

Assim sendo, deve ser orientado no sentido de organizar fichas completas, com tôdas as despesas discriminadas, não só do valor dos produtos empregados, como também o do seu próprio trabalho. De outra forma, o instruído poderia ser levado a conclusões errôneas e de efeito contraproducentes aos propósitos educacionais em vista.

As atividades sociais são fatores de relevante importância na educação dos jovens, e não devem ser em absoluto subestimadas, principalmente no Brasil onde a aridez da vida no interior, é a principal causa do seu repúdio por parte dos nossos homens do campo.

Os regulamentos dos Clubes 4-Hs incluem sistemática e obrigatoriamente os programas sociais recreativos para seus associados e para seus pais e amigos. Só mesmo o obtusismo dos nossos supostamente gusteros educadores, desprezam esse poderoso auxiliar da formação e deenvolvimento do espírito associativo, tão em declínio entre nós, sendo talvez uma das principais causas do desassossego em que vivemos.

A música, a dança, o cinema, a declamação, as conferências, os passeios, as preleções, os jogos de salão, os esportes, demonstrações, devem merecer a devida atenção por parte dos responsáveis, porque, a manutenção desse ambiente de atração, representa, sem dúvida, o complemento que fortifica as relações

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

BORGHOFF S. A.

Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619

São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980

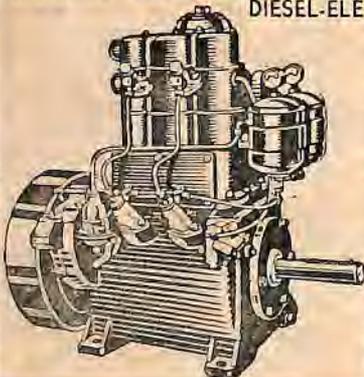
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Paulo

O motor DIESEL mais
vendido no Brasil,

porque é um motor verdadeiramente **DIESEL**

MODELOS DIVERSOS ATÉ 20 HP

Oferecido nos tipos: INDUSTRIAL, MARÍTIMO, GRUPOS
DIESEL-ELÉTRICOS E DIESEL-BOMBAS.



- ◆ Virabrequim apoiado em rolamentos.
- ◆ Lubrificação forçada.
- ◆ Controlado por regulador automático.
- ◆ Partida a frio.
- ◆ Vigiado por manômetro e por termômetro.
- ◆ ROBUSTO, DURÁVEL, ECONÔMICO E SIMPLES.

Assistência técnica, oficinas especializadas e sobressalentes em estoque.

Representamos outros motores e grupos-geradores, para qualquer potência.

entre os homens e cimenta as suas amizades. As atividades recreativas devem, por consequência, complementar invariavelmente tôdas as reuniões. A boa política é não perder nunca uma oportunidade para tornar o ambiente agradável e atraente.

Os americanos dão tal importância a êsse gênero de atividades sociais que nas suas reuniões, independentemente das suas finalidades, a menos que haja incompatibilidade absoluta, não as dispensam dos seus programas e podem estar certos de que o êxito de suas instituições muito devem a essa secular medida.

Considerando a importância decisiva do cooperativismo nos nossos empreendimentos agro-pecuários e o consequente valor da sua propagação no meio agrícola, não devemos desprezar êsse propício ambiente que são os Clubes 4-Hs. Dentro da sua organização, muitos seriam os seus aspectos dos quais poderíamos tirar ótimos proveitos, inclusive a sua veiculação através os filhos dos próprios fazendeiros.

A solidez do embasamento, sobre o qual se alicerça essa admirável organização, que são os Clubes 4-Hs, é o próprio significado das suas 4 letras, que penhoram os mais nobres sentimentos humanos à causa do bem e da prosperidade.

Os 4 Hs significam:

- Head — Cabeça;
- Heart — Coração;
- Hand — Mão;
- Health — Saúde.

Não menos significativo é o juramento dos jovens iniciados:

Minha cabeça para pensar claramente;
Meu coração para a mais perfeita lealdade;
Minhas mãos para maior capacidade de trabalho;

Minha saúde para viver melhor;
Para meu Clube, minha comunidade e meu País.

Diz-se que, nos Estados Unidos, nenhuma instituição jamais alcançou a sua popularidade e sua eficiência. Calcula-se em 14.000.000 o número de americanos que já frequentaram o Clube dos 4Hs. Esta astronômica cifra representa mais ou menos 50% de toda população rural daquele país.

A sua projeção se destaca por tal forma dentre as outras instituições que todos os gigantes da indústria, desde a General Motors até a Standard, auxiliam com recursos financeiros e dádivas, essa gigantesca fábrica de homens entusiastas do trabalho e cultores dos bons costumes.

Existem disseminados pelo território americano exatamente 80.286 Clubes 4-Hs, aos quais dão assistência gratuitamente 203.211 abnegados e diligentes instrutores e instrutores cuja nobre função é instruir e orientar êsses 1.759.911 felizes jovens, nelas inscritos, e, que estão se preparando para viver prósperos, alegres e saudáveis.

Não exageramos se incluímos no seu modelar currículo a função de autênticos alcoviteiros, pois as coisas são de tal forma dirigidas, que moças e rapazes são também preparados para o matrimônio que é a suprema ventura da vida e a sua exponencial finalidade.

Povo feliz êsse que sabe para onde quer ir e com tanta perfeição e carinho prepara o caminho de modo a poder prosseguir com segurança e altivez.

Os Clubes 4-Hs são dedicados ao reexcelência aos filhos dos fazendeiros e seus auxiliares.

São, sob o ponto de vista de associação, constituídos dos mesmos princípios que as suas congêne-

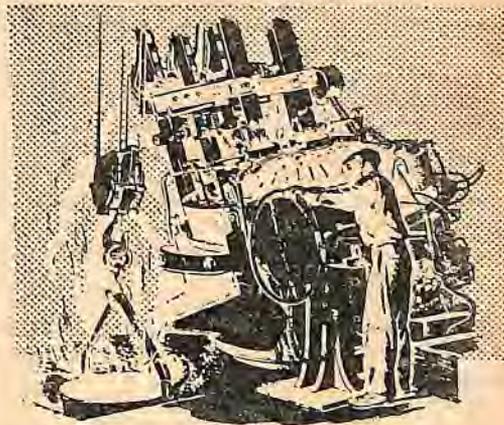
res, apenas com finalidades especializadas e a idade máxima dos seus sócios é limitada a 21 anos.

Os Clubes 4-Hs geralmente estão em estreita ligação com o agrônomo distrital do fomento, com o professor de Economia Doméstica e com pessoa da localidade que tenha bastante influência entre os seus pares, que disponha de tempo e se sinta inclinada a se dedicar à organização, orientando os seus trabalhos em geral. Um detalhe importante é a personalidade de quem é por eles denominado um líder, função que seria entre nós melhor classificada como a de instrutor. Este auxiliar deve ter além da sua integração perfeita à causa, conhecimento da técnica agrícola moderna em geral e capacidade para assimilar os ensinamentos que lhes são ministrados pelo próprio agente do fomento, o agente de Economia Doméstica e outros técnicos quaisquer para tais misteres credenciados.

São geralmente gratuitas as funções de orientador e líder, que podem ser, e geralmente o são, entregues a fazendeiros progressistas, que também se dedicam à grande causa. Todos trabalham em íntima relação com o Colégio de Agricultura do Estado que é o centro de irradiação do Fomento Agrícola na grande república do Norte.

Como ficou dito em linhas atrás, o mais importante requisito educacional é a escolha pelo instrutor, e por sua própria iniciativa, de uma tarefa que êle mesmo executará durante e dentro de tempo prestabelecido, por exemplo: a engorda de um porco

Senhores Fazendeiros:
A USINA QUEIROZ JUNIOR S. A.
—Indústria Siderúrgica



Fabrica Arados "Favorita", Engenhos para cana, Debulhadores de milho, Carneiros hidráulicos, Painéis, Caçarolas, Chaleiras, Chapas de fogão, Fogareiros, Picaretas, Machados, Bigornas, Rodas Pelton, etc., etc.

Fabrica mais, toda e qualquer peça em ferro ou aço fundido.

Estação de ESPERANÇA - E. F. C. B.

Teleg. "GUSA"

Estado de Minas Gerais

ou de um boi, a criação de um animal de puro sangue para figurar em exposições nos grandes centros, criação de um lote de aves e controle de sua alimentação e produção de ovos, fabricação de conservas, fabricação de produtos de laticínios, costuras, ornamentação de residências, preparo de jardins, hortas, cultura de milho, trigo, forrageiras, instalações agrícolas, conservas, etc.

O instrutor orienta tecnicamente o trabalho, mas é o próprio sócio que o executa, resolve todas as situações que possam interferir durante o desenvolvimento do trabalho, anota todos os gastos inclusive sua mão de obra ou da equipe, quando é o caso, e finalmente, relata em minucioso relatório todas as fases do processamento. Esse documento fica arquivado junto à ficha do seu autor, depois de lido e comentado em sessão plenária pelos seus pares.

Geralmente são feitas reuniões mensais na sede da instituição ou fazendas de algum sócio que tenha demonstrações interessantes a relatar. É conveniente também para fins educacionais que, sem quebra do espírito estritamente democrático, sejam obedecidas as regras parlamentares nas suas reuniões plenárias. Esta prática dá ao rapaz ou à moça o indispensável desembaraço para as reuniões sociais em geral e noção do respeito mútuo entre os consócios.

Como exemplo de disciplina administrativa e para eficiência perfeita dos trabalhos, deve haver na época mais conveniente do ano uma sessão especial de planejamento, na qual são ordenados os trabalhos do ano. Cada sócio deverá apresentar os planos da tarefa a ser executada, mencionando sempre que possível o prazo necessário para a sua execução. Aproveita-se a oportunidade para ser eleita uma comissão encarregada de organizar e dirigir as atividades recreativas, comissão de novos sócios e outras quaisquer julgadas necessárias.

Os responsáveis pela organização devem ser cautelosos em promover as recompensas pelos trabalhos feitos, premiando ou elogiando os seus autores, sem restrições, mas com justiça e sem prodigalidade, para que possam avaliar o real valor dos seus trabalhos, não esquecendo de realçar sempre o poder da sua influência no meio rural em que vivem.

Deve imperar de uma maneira absoluta o regime democrático, não havendo exceção de qualquer ordem, sem o que a instituição falhará aos seus nobres desígnios. Assim sendo, a todos serão dadas iguais oportunidades e é imperioso que prevaleça, de maneira real e inofensiva, o espírito de companheirismo entre todos os sócios. Não será tolerado nenhum motivo de recalque entre os jovens. Os sócios dos 4-Hs devem ser espiritualmente sãos e incapazes de qualquer ato menos digno.

Aos instrutores, orientadores, agentes do Governo, cumpre o cuidado de aproveitar todas as oportunidades para ministrar conhecimento de ordem técnica e doméstica, social, literária, econômica, de higiene, exibição de filmes educativos e recreativos e não deixar de proporcionar aos associados o ensino de externar os seus conhecimentos ajudando-os e estimulando-os.

3.º — Organização: A organização dos clubes é simples e está ao alcance de qualquer grupo de boa vontade. As normas gerais a seguir podem ser semelhantes às que são estabelecidas para Porto Rico, e são as seguintes.

Os Clubes têm por finalidade precípua despertar o interesse da juventude pela vida do campo, tendo em vista esse nobre propósito, baseiam suas atividades em procurar resolver os problemas rurais, quer de

ordem técnica, quer de ordem social e econômica, através a atuação objetiva dos próprios rapazes e moças de cada localidade, tendo por lema: "Educar produzindo intensivamente — trabalhar vivendo alegremente".

Requisitos para o ingresso nos Clubes 4-Hs:

1.º — Qualquer menino ou menina que viva na zona rural poderá ser sócio;

2.º — Podem ou não estar matriculados em escolas;

3.º — Deve ter de 10 a 21 anos no máximo;

4.º Deve comprometer-se a apresentar um tema a ser executado depois de aprovado pelo clube e a cumprir as determinações do agente do fomento ou de quem tenha credenciais para fazê-lo;

5.º — Todo o sócio que entrar para o clube deve preencher a sua ficha e entregá-la aos agentes de Economia, se for menina, e do Fomento, se for rapaz.

Requisitos de competência para o organizador do clube:

Podem promover a organização dos clubes: o Agente do Fomento, o professor público, o padre ou uma pessoa qualquer que resida no local e que se possa credenciar junto ao Agente do Fomento.

Requisitos indispensáveis para organizar um Clube 4-Hs:

Todo clube deve ter uma matrícula de, no mínimo, 8 sócios;

Havendo deficiência numérica, os interessados deverão procurar o Agente do Fomento, a quem exporão as suas intenções e os seus problemas e podendo iniciar os seus trabalhos sob a supervisão do Agente do Fomento, não podendo entretanto se organizarem em clube antes de conseguirem a adesão no mínimo estabelecida;

Havendo já um clube organizado na comunidade, os interessados deverão procurar os seus responsáveis e expor aos mesmos os seus intentos, na certeza de serem auxiliados na medida do possível;

Cada clube deverá ter um líder e um conselheiro; Deve preparar um programa de atividade para o ano com a necessária antecedência.

Diretrizes que deverão ser seguidas para a organização de um Clube 4-Hs:

1.º — O Agente do Fomento deve estudar as condições do local escolhido. Por-se em contacto com um pequeno grupo de pessoas progressistas e de boa reputação da comunidade e explicar-lhes os objetivos dos clubes. Os agentes podem pedir ajuda aos seus supervisores se assim o desejarem ou necessitarem;

2.º — Havendo aquiescência das pessoas consultadas, o passo seguinte será o censo dos jovens de 10 a 21 anos de ambos os sexos domiciliados na região. Com a ajuda das pessoas do lugar poderá ser escolhido logo o líder que irá coordenar e orientar a organização;

3.º — Tendo em mão a lista dos rapazes e moças recenseados promoverá uma reunião para a qual serão convidados, não só os jovens, como os seus parentes e mais alguém que se possa interessar pelo assunto.

a) — Feita a reunião, deverá novamente fazer uma exposição detalhada das finalidades dos clubes da forma mais clara possível, sempre exemplificando e expondo fotografias e outros documentos que se refiram aos sucessos de outras organizações similares;

b) — Quando possível, para essas reuniões preliminares, deverão ser convidados os sócios de outros clubes da redondeza, que com sua experiência podem expor a influência do clube na sua zona e demais detalhes que possam despertar interesse dos iniciantes presentes. Deve ser aproveitada a reunião para inscrever e iniciar o rapazes e moças presentes;

c) — Antes de terminar deve ser tomado nota dos futuros sócios e ser marcada uma nova reunião;

4.º — Havendo demonstração de aquiescência por parte dos rapazes e moças presentes, pode o Agente induzir os sócios a começarem a trabalhar e auxiliá-los na escolha das tarefas a serem executadas.

5.º — Organize logo as fichas permanentes de matrícula.

Eleição da Diretoria:

Promove-se uma reunião para eleger a Diretoria. Esta Diretoria deverá ser composta de um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, vogais e um relator.

2.º — Eleita a Diretoria deverão ser imediatamente escolhidas as datas para as reuniões subseqüentes e o local para sede do clube.

3.º — O secretário deverá prover-se de um livro no qual anotar os nomes dos membros da Diretoria e de todos os sócios inscritos.

4.º — O líder deverá ser logo provido com literatura sobre os clubes 4-Hs.

5.º — Logo que possível o secretário deverá iniciar a organização do arquivo do clube.

Recomendações gerais:

Todo clube deve promover esforços para que as tarefas sejam iniciadas e todas devam terminar dentro de um ano.

Todo clube deve preparar a sua equipe de julgamento e demonstração.

Todo clube deve ter suas próprias comissões tais como: social, recreativa, de programa, de novos sócios, etc.

Cada clube organizado deverá se reunir pelo menos doze vezes por ano.

Uma vez organizado o clube, a iniciação dos sócios deve ser feita de preferência em conjunto e sempre com solenidade, para as quais serão sempre convidadas todas as pessoas do lugar que se possam interessar pelos trabalhos do clube, principalmente os pais dos sócios.

Este tipo de associação educativa, desde que fossem obedecidas as normas fundamentais da sua organização, seria de tremenda repercussão em certos meios agrícolas nacionais. Considerando entretanto a organização agrária da maioria das regiões do Brasil. Para não se perder tempo, deveriam ser de preferência escolhidas as zonas mais receptíveis do país, e delas se partir como centro de irradiação para as demais. Não seria fácil a sua implantação nas regiões em que predominasse o elemento assalariado, a não ser em casos especialíssimos, porque o operário não disporia de recursos nem de local para que um filho seu pudesse desenvolver temas interessantes; existem entretanto imensas zonas no Brasil onde o sistema daria ótimos resultados, destacando as zonas coloniais dos diversos Estados do Sul, Espírito Santo, São Paulo e muitos do norte e nordeste onde existem zonas de pequena propriedade, algumas das quais até já superlotadas, onde o número de sócios seria por certo avultado e poderiam se beneficiar grandemente com essa salutar providência.

Discos MAREMONT para ARADOS E GRADES

FABRICAÇÃO DE MAREMONT AUTOMOTIVE PRODUCTS INC. — CHICAGO — U. S. A.



* Máxima durabilidade sob as mais severas condições de serviço — Furo central redondo ou duplo quadrado podendo o mesmo disco ser adaptado a eixos de diferentes diâmetros. — Todos os tipos e tamanhos. *

PREÇOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES E FABRICANTES
SOLICITEM INFORMAÇÕES

Distribuidores exclusivos para todo o BRASIL:

**COMPANHIA AMERICANA DE INTERCÂMBIO (BRASIL)
CADIB**

AVENIDA RIO BRANCO, 311 - 5.º andar
Telefone: 22-2147
Rio de Janeiro

RUA RUBINO DE OLIVEIRA, 220
Telefone: 9-7019
São Paulo



GRAVELY

TRATOR DE
2 RODAS PARA
HORTICULTURA

5 HP

A mecanização está agora ao alcance do horticultor. O empírico processo do preparo do solo pela enxada já pode ser substituído pelo eficiente processo mecanizado, com tratores de pequeno porte, de custo reduzido.

O trator "GRAVELY" pode efetuar todas as operações agrícolas, usando seus implementos especiais para arar, semear, cultivar, gradear, segar, pulverizar inseticidas, transportar material, etc.

Seu motor de um cilindro vertical desenvolve 5 HP de potência e é de funcionamento econômico; usa como combustível gasolina e fornece por meio de uma caixa de mudança especial, 2 velocidades avante e duas a ré. Um diferencial do tipo de automóvel, fornece a ambas as rodas força uniforme e constante, dando ao trator uma grande manabilidade.

PEÇAM FOLHETOS

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RUA EVARISTO DA VEIGA, 65/67

RIO DE JANEIRO



NOVOS PROFISSIONAIS PARA O BRASIL

(Reportagem sobre a colação de grão dos diplomandos de 1949 da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, especialmente para a "A LAVOURA").

Eng. Agr. GERALDO COULART DA SILVEIRA
Consultor Técnico de "A LAVOURA".



Mais uma turma de profissionais especializados diplomou a Escola de Horticultura Wencesláo Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, desde 1937.

Transcrevemos a seguir, a reportagem sobre tão auspicioso acontecimento, realizado na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, no dia 26 de Novembro de 1949.

COLAÇÃO DE GRÃO DOS DIPLOMANDOS DE 1949

Na mesma ocasião em que se realizou a sessão de encerramento da II Semana do Hortelão, teve lugar, na Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" a colação de grão dos diplomandos de 1949.

A sessão, foi presidida pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola, que convidou para tomarem parte da mesa o Dr. Mario Vilhena, Diretor do Serviço de Informação Agrícola e paranimfo dos diplomandos, o Prof. Geraldo Coullart da Silveira, vice-diretor da Escola, o Dr. Cinéas Guimarães, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, a Professora D. Julieta Capanema, o Sr. Ricardo Ramalho, pai de três diplomandos, e Capitão Manuel Gaspar de Abreu Filho e o antigo aluno da Escola, fruticultor Marciano Ribeiro do Vale.

O Dr. Antonio de Arruda Camara pede que, de pé, os presentes ouçam a leitura do termo de colação de grão pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, decano da congregação, e redigido nos seguintes termos: "A Congregação da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", fundada e mantida, com o auxílio do Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, pela Sociedade Nacional de Agricultura, — tendo em vista as aprovações alcançadas em exames finais concluídos no ano letivo de 1949, confere os diplomas de hortelão e fruticultor aos senhores: Antonio Albani, Dilson Gonçalves, Genesio Ramalho, Irandyr Holzmeister, Jaci Batista Cordeiro, Jairo Anthero dos Santos, João Borges de Alvarenga, João Pessanha de Matos, Mario Nunes Thebaldi, Paulo da Silva Ramalho, Rubem Lopes da Rocha, Sebastião de Oliveira Castro, Talma Souza, Valdemar Paula de Araujo, Victor Cunha, Walcyr Costa e Wasny Batista; e de hortelão e floricultor

aos senhores: Antonio Viana, José da Silva Ramalho, Luiz Soares Costa e Romulo Furtado. Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", 26 de Novembro de 1949."

A seguir, o diplomando Valdemar Paula de Araujo, orador da turma, leu o seu discurso que foi muito aplaudido, seguiu-se com a palavra o Dr. Mario Vilhena, paraninfo da turma que pronunciou uma vibrante oração calorosamente aplaudida pelos presentes. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, após ligeiras considerações procedeu a entrega de prêmios aos melhores alunos que haviam concluído o curso. O Dr. Antonio de Arruda Camara, ao encerrar a sessão, teve oportunidade de proferir de improviso, uma vibrante oração, concluiu concitando aos diplomandos que dedicassem à profissão, cérebro, braço e, sobretudo, coração.

DISCURSO DO DR. MARIO VILHENA, PARANINFO DOS DIPLOMANDOS DE 1949, DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

Não sei como agradecer a honra e o prazer que me deram, os diplomandos de 1949 da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", escolhendo-me para seu paraninfo. Mas explico a minha escolha pelos laços de amizade que me prendem, há tantos anos, a esta casa e à Sociedade Nacional de Agricultura, mercê da afinidade de pensamento que existe entre nós, do idealismo que tem norteado a minha vida e a vida fecunda dos que vos dirigem. Quando aceitei este encargo, lembrei e salientei como a Sociedade Nacional de Agricultura me dera a mão num instante difícil de minha carreira e, agora que o destino me colocou num dos altos postos do Ministério da Agricultura, eu não poderia negar a minha participação na grande festa anual da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"; por isso, minha presença aqui vale como a manifestação pública da minha gratidão a esta casa, significa que permaneço a lado dos que têm trabalhado pelos ideais que os reuniram nesta instituição que tanto já fez pelo Brasil. Em suma, estou honrado pela escolha e ela aumenta a minha dívida para com a Sociedade Nacional de Agricultura e a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Meus caros afilhados: sois 21 brasileiros de vários Estados, constituindo a maior turma de hortelões, fruticultores e floricultores desta Escola. Estudantes, trabalhastes, sonhastes muito; sei bem a ansiedade com que aguardastes estes momentos que serão sempre inesquecíveis. E, se devo dar-vos um conselho como vosso paraninfo, ele é que, ao lado das gratas recordações desta festa, não vos esqueçais nunca dos ensinamentos e, sobretudo, dos exemplos que recebestes aqui; ensinaram-vos coisas que aperfeiçoareis lá fora, no vosso trabalho de todos os dias. Mas devo advertir-vos que o mundo tentará alterar e mesmo destruir os exemplos que tivestes nesta Escola. Enquanto estudantes, vistes dedicação, desprendimento, lealdade, tenacidade — e, como técnicos, encontrareis quem vos convide para tarefas menos nobres, quem vos diga que a vitória pertence aos espertos, quem vos demonstre que se pode ganhar mais dinheiro com pouco trabalho e muita desonestidade, que se pode subir rapidamente se pormos de lado o patrimônio das nossas virtudes morais. Infelizmente, isso acontecerá a todos vós, mas vós não deveis, por isso, esquecer o espetáculo diário que acompanhastes nesta casa, em que os vossos professores vos ensinaram a bem cultivar a terra e, mais ainda, se esforçaram para fazer de vós, através do seu exemplo, cidadãos conscientes dos seus deveres para com a Pátria e a Huma-

nidade. Sim, meus caros, vós mesmos verificareis muito breve que, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", não aprendestes apenas uma profissão honrada, mas vos preparastes, também, para resistir a todos os desvios do caminho limpo e claro que devemos seguir. Quando vos tentarem, lembrai-vos do que vistes aqui, nesta escola, dos professores que não trabalharam apenas por um ordenado e que, tantas vezes, tanto fizeram sem qualquer remuneração. Hoje mesmo se encerraram os trabalhos da 2.^a Semana do Hortelão, muitos cursos avulsos gratuitos aqui vistes serem conduzidos sem qualquer finalidade comercial e estes fatos, comuns na vida da escola, são lições tão valiosas como aquelas que recebestes nas aulas e nos trabalhos de campo. Ides voltar, portanto, para os vossos lares, levando não apenas um diploma, mas um sistema de viver que só mais tarde apreciareis. E' possível que esse diploma não vos dê fortuna, sabemos que experiência da vida ampliará e até retificará os conhecimentos que reunistes em vosso curso — mas a formação moral que aqui tivestes essa não deverá alterar-se porque será a luz de vossas vidas, ela vos guiará com segurança, ela vos confortará e vos manterá firmes e decididos nos vossos propósitos de honra.

"SAL DE FRUCTA"
ENO

Combate a prisão de ventre, eliminando as toxinas do organismo. Dá bom humor diário. Mas exija o legítimo!

LAXANTE IDEAL

Sei que tendes uma profissão especializada; contudo, a situação econômica do nosso país exige que não vos mantenhais alheios aos graves problemas que ora nos preocupam, perturbando o trabalho dos agricultores e prejudicando o nosso desenvolvimento. Pragas e doenças ameaçam permanentemente os rebanhos e as lavouras, há resistência aos métodos racionais de plantar e de criar, precisamos do esforço de todos para campanhas de importância fundamental ao melhoramento das populações rurais e à recuperação da economia do Brasil, como o reflorestamento das zonas desnudas pela imprevidência de todos nós, a mecanização da lavoura, o emprego de sementes selecionadas, a boa conservação dos produtos agropecuários e sua industrialização e, acima de tudo, a restauração da fertilidade da terra, base de todas as nossas atividades, porque o solo sempre será o maior patrimônio físico de uma nação. Eis porque vos conclamo a honhardes o título de diplomados pela escola de Horticultura "Wenceslão Bello", participando ativamente desta cruzada de salvação do Brasil, através a racionalização da sua agricultura. Com isso, peço apenas o cumprimento do vosso maior dever, que é cooperar com aqueles que trabalham pelo Brasil.

Começais vossa vida profissional num mundo intranquilo, insatisfeito, num mundo nunca tão governado pela ambição, pela falta de compreensão, num mundo em que os homens não confiam mais uns nos outros, num mundo em que as coisas simples e agradáveis foram substituídas pelo gozo fácil, pelo materialismo, pelo turbilhão das cidades destruindo a paz de espírito e a pureza de sentimen-

tos. Sonhais com o trabalho digno e vos dirão que o estilo é dos mais ageis nos golpes; pensais, sem duvida, até em vos sacrificar para que o Brasil seja o grande vitorioso e vos convidarão para as tarefas de destruição do que o nosso país possui de melhor, que são as suas tradições de povo bom e simples, de um povo que crê em Deus e crê na família. Mas vós tereis de resistir a essa onda, vós mantereis fidelidade aos princípios que aqui recebestes. Só assim retribuireis o esforço dos vossos mestres, só assim retribuireis o esforço dos vossos mestres, só assim mantereis intacta a honra e a alegria que me detes, escolhendo-me para paranimfar a vossa formatura, só assim merecereis viver nesta grande terra, que é o Brasil.

DISCURSO DO SR. VALDEMAR PAULA DE ARAUJO, ORADOR DOS DIPLOMANDOS DE 1949 DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO"

Cabe-me, neste momento tão festivo para todos nós, dizer algumas palavras de despedida em nome da turma de diplomandos de 1949. A solenidade de hoje representa o nosso último convívio como estudantes da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Lavaremos em nossos corações a saudade daqueles que aqui ficam — nossos bons amigos e colegas de estudo. Levaremos ainda a saudade dos nossos bons e estimados amigos, o paraninfo da turma, o diretor e professores da Escola de Horticultura Wenceslão Bello" e os diretores da Sociedade Na-

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

(CARBÚNCULO HEMÁTICO)

ANTICARBUNCULOSA

(PNEUMOENTERITE)

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

Registros nos. 1, 2 e 167 respectivamente na D.D.S.A. do Ministerio da Agricultura

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

RUA LICINIO CARDOSO, 91

Caixa Postal, 1420

Distribuidor exclusivo no Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

Cesar A. Cardoso

Rua Uruguaiana, 33-1º andar, — Caixa Postal 356 — Rio de Janeiro

cional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas. De nosso estimado paraninfo guardaremos o exemplo de seu dinamismo, interesse e boa vontade para bem servir ao homem do campo. Não foi outra a razão de sua escolha para nosso padrinho. Nunca deixamos de ser atendidos quando a ele recorriamos no Serviço de Informação Agrícola, solicitando colaboração para o nosso glorioso Clube Agrícola Miguel Calmon, e o que sempre aconteceu conosco, estamos certos, acontece também com todos os que se dirigem ao Serviço de Informação Agrícola.

Sentimo-nos orgulhosos, Dr. Mario Vilhena, pelo fato de terdes aceito o nosso convite para paraninfo a nossa colação de grão.

Do Dr. Antonio de Arruda Camara, nosso querido Diretor, levaremos saudades infinitas e o exemplo de um homem que sempre procurou ser para nós, acima de diretor, um bom conselheiro. O Dr. Arruda Camara, sempre nos momentos mais difíceis, teve para nós uma palavra de estímulo e um bom conselho.

Dos professores, esses nossos estimados e dedicados mestres aos quais devemos uma sólida formação profissional, guardaremos a recordação das sábias lições que aqui nos ministraram e a lembrança de que eles, ao nosso preparo profissional, sempre dedicaram o máximo esforço e interesse.

Aos nossos companheiros de Escola, aqueles que aqui ainda ficam, lembramos que, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" merece de todos nós o máximo respeito e dedicação.

Embora separados, levando às mais variadas regiões do país, o concurso da horticultura racional que aqui aprendemos a praticar, os componentes da turma de 1949 não esquecerão os dois anos de convívio agradável que aqui tiveram, estarão sempre prontos a, na mais perfeita conjugação de idéias, engrandecerem o solo pátrio, solo que aqui aprenderam a amar e cultivar.

A Sociedade Nacional de Agricultura que tantos e tão relevantes serviços tem prestado à agricultura nacional e à Fundação Getúlio Vargas que com tanto carinho vem auxiliando a Escola, a nossa perene gratidão e a certeza de que jamais esqueceremos os nomes gloriosos de tão úteis e beneméritos instituições.

Que o nosso Clube Agrícola continue a sua brilhante trajetória cheia de edificantes empreendimentos, são os votos que sinceramente formulamos. Que a nossa gloriosa Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", que sempre foi a continuação de nossos próprios lares continue a grande obra meritória que vem realizando, mercê a dedicação de todos os que aqui trabalham, são os votos que neste momento de despedida comovidamente formulamos.

Ela permanecerá sempre em nossos corações.

Sejamos, pois, colegas, bons profissionais, para honrarmos o nome da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", para honrarmos as magníficas aulas que os nossos professores nos proporcionaram sempre com paciência, interesse e dedicação.

Felicidades para os que aqui ficam. Muitas saudades dos que daqui se afastam hoje para semearem pelo nosso Brasil, os sábios e oportunos ensinamentos que aqui receberam.

PRÊMIOS DISTRIBUIDOS AOS DIPLOMADOS DE 1949 DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO"

1 — Prêmios instituídos pela Prof. D. Julieta Capanema:

a) — Prêmio "Prof. Goulart da Silveira", que coube ao diplomando Wasny Batista de Magalhães;
b) — Prêmio "Prof. Jalmirez Guimarães Gomes", que coube ao diplomando Irandyr Holzmeister;

c) — Prêmio "Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", que coube ao diplomando Rubem Lope da Rocha;

d) — Prêmio "Prof. Subael Magalhães da Silveira" que coube ao diplomando Valdemar Paula de Araujo;

2 — Prêmios instituídos pelo Serviço de Informação Agrícola que foram entregues aos diplomandos Antonio Albani, Wasny Batista e Sebastião de Oliveira Castro.

3 — Prêmios instituídos pelo Clube Agrícola Miguel Calmon;

a) — Prêmio "Ministro Daniel de Carvalho", que coube ao aluno do 1.º ano, Luiz da Silva Cezar;

b) — Prêmio Prof. Arthur Torres Filho, que coube ao diplomando Irandyr Holzmeister;

c) — Prêmio "Dr. Mario Vilhena", que coube ao diplomando Antonio Albani.

4 — Prêmio "Prof. Antonio de Arruda Camara", instituído pelos professores Geraldo Goulart da Silveira e Jalmirez Guimarães Gomes, que coube ao diplomando João Borges de Alvarenga.

5 — Prêmio "Antonio Conrado", instituído pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, que coube ao diplomando Antonio Albani.

6 — Prêmio "Professor Geraldo Goulart da Silveira", instituído pelo Horticultor Adriano Dantas, e que coube ao diplomando Antonio Albani.

O FUMO EM MINAS



Fumo em corda produzido na Fazenda do Sr. João Queiroz, em Guidoal, Minas Gerais.



TEM A PALAVRA O TÉCNICO:

Neste desenho vê-se registrada, em bilhões de litros, a queda de volume d'água do reservatório de Lajes nos doze meses do ano passado, durante a maior estiagem ocorrida nestes últimos 15 anos. Verifica-se que o decréscimo desse volume foi de 287 bilhões de litros d'água, ou seja quasi o dobro do existente no reservatório em 1.º de janeiro do corrente ano. Como se observa, esse volume d'água — elemento vital na produção hidraulica de eletricidade — está imensamente reduzido devido á grande escassês de chuvas e tambem á perda que sofre nos dias muito quentes pela evaporação natural da agua armazenada. Assim, é imprescindível consumir menos eletricidade agora, a fim de que possa ser acumulada a maior quantidade de agua possível no reservatório, nesta estação chuvosa, para sua utilização durante o próximo periodo de estiagem.

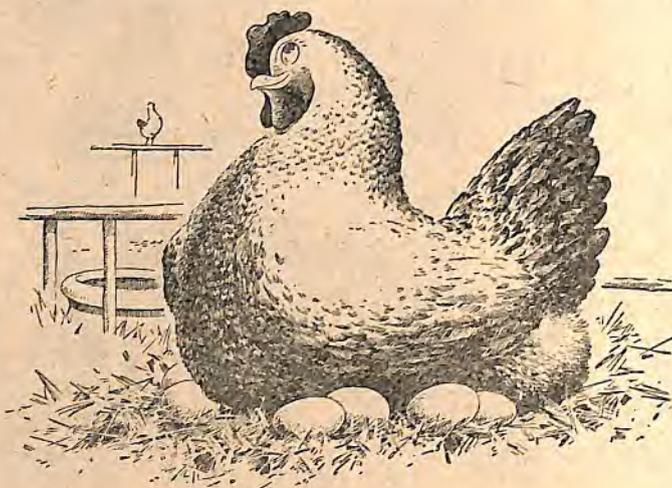


ALMEIDA COMERCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA.

SUCC. DE L. B. DE ALMEIDA & CIA.
RUA DOS ARCOS, Ns. 28 a 42 - RIO
 IMPORTADORES e Distribuidores da Cia. Siderúrgica Nacional — Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e outras USINAS nacionais. CHAPAS de ferro PRETAS E GALVANIZADAS e CORRUGADAS para portas de aço e coberturas — FERRO em barra chato — VERGALHÕES redondos e quadrados — CANTONEIRAS L-T-U — EIXOS para transmissões — VIGAS I e U — AÇO em barras, vergalhões e em lâminas para portas — TUBOS de ferro galvanizados pretos, vermelhos e de aço para caldeiras de tôdas as grossuras e comprimentos e outros materiais do ramo

FUNDIÇÃO DE FERRO E OUTROS METAIS

OFICINAS mecânicas em geral — COFRES e portas para casas fortes — FOGÕES a gás, lenha e carvão de todos os tamanhos, marca PROGRESSO — FOGAREIROS a gás, carvão e álcool — PRENSAS para ladrilhos e escritórios — CADEIRAS para barbeiro e dentista ALMEIDA PINHO — BANCOS para jardins — FERROS PARA ENGOMAR a carvão e gás, marca IDEAL — TAMPÕES e RALOS para esgôto e seus pertences — CAIXAS PARA GORDURA — CAIXAS AUTOMÁTICAS — PANEIAS para cola — COLUNAS de ferro fundido para iluminação de jardim
 TELEFONES: Armazem, 22-0409 - 22-1718 - 22-2748 - 22-1584. — Escritório Técnico, 42-4675. — Contab., 22-1342 - 22-2540

**HÁ COISAS QUE NÃO PODEM SER APRESSADAS...**

Os processos da Natureza são lentos... Do ovo ao pinto... ou entre a seleção dos ingredientes naturais da boa cerveja e o seu engarrafamento, há um longo período de maturação, que se faz vagarosamente... Por várias semanas, o Brahma Chopp fica em absoluto repouso, amadurecendo e fermentando em gigantescas dornas. Assim é que ele assimila todos os princípios nutritivos do malte e aquele aroma e sabor amargo-gradável do lúpulo. Eis a razão da superqualidade do Brahma Chopp - a boa cerveja que o Sr. e todos tanto apreciam.

**Brahma
Chopp**
 EM GARRAFA OU EM BARRIL



Ouçã as transmissões esportivas da Rádio Nacional, todos os domingos. À tarde, em ondas curtas e médias. Aos sábados, à tarde ou à noite, pela Rádio Mauá.

Record 1919

PRODUTO DA CIA. CERVEJA BRAHMA S. A. B. - RIO DE JANEIRO - S. PAULO - CURITIBA - P. ALEGRE - P. FUNDO

TRATORES

MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO

TRATORES AGRICOLAS

de rodas e estreiras. Americanos e europeus, com toda a espécie de IMPLEMENTOS

TRATORES EUROPEUS de 50, 70 e 120 HP,

equipados angledozer, comando a cabo e guincho, com 50% financiados

“CATERPILLAR” — Nóvos de fábrica

D-4 — Equipado angledozer, comando hidráulico

D-7 — Equipado angledozer, comando a cabo, guincho duplo

D-8 — Equipado angledozer, comando a cabo, guincho duplo

MOTONIVELADORAS — Mod. 12 - 112 - 212

“INTERNATIONAL” — Nóvos de fábrica

TD -9 — Equipado bulldozer, comando hidráulico

TD-14 — Equipados angledozer, comando hidráulico e guincho

TD-18 — Equipado angledozer, comando hidráulico com ou sem guincho

SCRAPER — De 8,11 e 15 jardas para TD-9, D-4, TD-18, D-7 D-8

ESCAVADEIRAS: — 3/4 de jardas — 1 jarda — 1½ jardas

PAVIMENTADORAS AUTOMÁTICAS PARA GRANDES SERVIÇOS

BETONEIRAS, BRITADORES, GUINCHOS, MOTORES DIESEL ELÉTRICOS E A GASOLINA, GRUPOS GERADORES ATÉ 3.000 KVA., BOMBAS, ETC. — MÁQUINAS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL — TELHAS, TIJOLOS, VERGALHÕES, ETC. — CONSULTEM SEM COMPROMISSO

União do Comercio de Materiais Ltda.

Pereira de Magalhães & Cia. Ltda.

RUA SANTA LUZIA, 799 - 7.º andar — Grupo 703 —

Telefones: 32-8213 e 32-9413 — RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO FINAL DA SEGUNDA SEMANA DO HORTELÃO

(Realizada na Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola.)

Pelo

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira

Professor da E. H. W. E.

GENERALIDADES: — A Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" realizou, no período de 21 a 27 de Novembro, por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, a sua Segunda Semana do Hortelão.

No período de 21 a 27 de Novembro, a Escola manteve, sob regime de internato inteiramente gratuito, vinte e cinco pessoas interessadas no assunto, especialmente pequenos lavradores do D. Federal e de Minas Gerais, além de numerosos semi-internos (pessoas que frequentavam as aulas e faziam as refeições na Escola).

A II Semana do Hortelão, que se desenvolveu em um ambiente de perfeita cordialidade, e, sobretudo, de muito trabalho, foi mais um valioso serviço que a Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" prestou à educação rural e, especialmente aos pequenos lavradores. Pelos dados que se seguem, pode-se avaliar o trabalho intenso da Escola, durante a II Semana do Hortelão.

SEMANISTAS — Sob regime de internato, frequentaram a II Semana do Hortelão, os seguintes Semanistas:

- 1 — Waldyr Gonçalves da Cunha, do Distrito Federal.
- 2 — Nelson da Paixão Veiga, do D. Federal
- 3 — José Augusto Rodrigues, do D. Federal
- 4 — Diamantino Augusto Rodrigues, do D. Federal
- 5 — Edyr de Oliveira Godoy, do Distrito Federal
- 6 — Arthur Sampaio, do Distrito Federal
- 7 — Carlos dos Santos Mendes, do Distrito Federal
- 8 — Joaquim da S. Lucas Filho, do Distrito Federal
- 9 — Anibal A. da Costa, do E. de Minas Gerais
- 10 — Francisco A. de A. Camara, do E. de Minas Gerais
- 11 — Ricardo Ramalho, do E. de Minas Gerais
- 12 — Sebastião de Souza Ferreira, do E. de Minas Gerais
- 13 — Francisco Ferreira, do E. de Minas Gerais
- 14 — José Castano de Oliveira, do E. de Minas Gerais
- 15 — Julio Raymundo, do E. de Minas Gerais
- 16 — José Ribeiro do Vale, do E. de Minas Gerais
- 17 — Jaime P. Socorro Maciel, do E. do Rio
- 18 — Candido José da Silva, do E. do Rio
- 19 — Cantidio Rangel de Brito, do E. do Rio

- 20 — Benicio Marques Corrêa, do E. do Rio
 - 21 — João Nunes Castello, do E. E. Santo
 - 22 — Manoel Castello, do E. E. Santo
 - 23 — Newton Batista Cordeiro, do E. E. Santo
 - 24 — Rubem Henrique Jacundá, do E. E. Santo
 - 25 — João Dias de Araujo, do E. da Paraíba.
- Sob regime de externato, frequentaram as aulas pelas quais estavam interessados numerosas pessoas.

AULAS — Durante a Segunda Semana do Hortelão foram ministradas vinte e oito aulas, perfazendo um total de *quarenta e três* horas de aulas. As vinte e oito aulas foram assim distribuídas: Prof. Geraldo Goulart da Silveira, 4 aulas; Prof. João Moreira Bartholo, 4 aulas; Assistente Severino Gonçalves Camara, 4 aulas; Prof. Antonio de Arruda Camara, 3 aulas; Assistente André da Silva Neto, 3 aulas; Prof. Amaury Silveira, 2 aulas; Prof. José Cordeiro, 2 aulas; Assistente Agrícola Castello Borges, 2 aulas; Prof. Subael Magalhães da Silva, 2 aulas; Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, 1 aula e Prof. Olavo de Barros Araujo e Silva, 1 aula.

Nas aulas foram abordados os seguintes assuntos:

- 1.º — Adubação orgânica — Estrumeiras — Agua — Réga — Irrigação — Higiene das hortas, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
- 2.º — Culturas especializadas de hortaliças — pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 3.º — Preparo do terreno para a instalação de hortas — Trabalhos com arados, trabalhos com grades, trabalhos com escarificadores e capinaadeiras manuais — Preparo do sólo com trator hortícola, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.
- 4.º — Localização da horta — Divisão de terreno em lotes ou em quadras — Tabuleiros — Curvas de nível, pelo Prof. J. M. Martho!.
- 5.º — Contabilidade e noções de economia hortícola, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.
- 6.º — Defesa Sanitária das hortas — Preparo e utilização de inseticidas e fungicidas — Trabalhos com pulverizadores e polvilhadores, pelo Assistente André da Silva Neto.
- 7.º — Adubos e adubação química, pelo Assistente Agrícola Castello Borges.
- 8.º — Sementeiras e repicagem — Cultura do tomate, pelo Prof. José Cordeiro.
- 9.º — Características, emprego e conservação das ferramentas e utensílios hortícolas, pelo Assist. Severino Gonçalves Camara.
- 10.º — Industrialização de produtos hortícolas, pelo Prof. Amaury Silveira.
- 11.º — Preparo de "compostos", pelo Prof. Olavo Barros Araujo e Silva.

PALESTRAS — Durante a Segunda Semana do Hortelão foram realizadas dezesseis palestras, assim distribuídas:

5 palestras ao almoço

5 palestras ao jantar

5 palestras a noite

1 palestra do Clube Agrícola.

As palestras às refeições foram:

A habitação rural, pelo Eng. Agrônomo João Gonçalves de Souza;

A habitação rural, pelo Eng. agrônomo João Gonçalves de Souza;

Relações entre vizinhos, pelo Eng. agrônomo Alberto Ravache;

Defesa Sanitária Vegetal, pelo Eng. Fitossanitarista Jalmirz Guimarães Gomes;

O valor das pastagens, pelo Eng. agrônomo Olavo Barros A. Silva;

O valor do homem rural, pelo Eng. agrônomo Roberval Cardoso;

O lavrador e o serviço militar, pelo Capitão Manoel G. de Abreu Filho;

O Ensino agrícola, pelo Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira;

A apicultura, pelo Eng. Agrônomo Guaracy Lavor;

A criação de gado na ilha de Marajó, pelo Eng. Agrônomo Lauro Dias Vieira;

Problemas do lavrador, pelo horticultor Adriano Dentz.

As palestras à noite foram:

Mercados hortícolas, pelo Agrônomo Economista Antonio de Arruda Camara;

Preparo de adubo orgânico nas fazendas, pelo Eng. agrônomo Olavo Barros de Araujo e Silva;

Industrialização de produtos hortícolas, pelo Eng. agrônomo Amaury Silveira;

Aproveitamento racional do solo, pelo Eng. agrônomo Subael Magalhães da Silva;

Doenças dos animais transmissíveis ao homem, pelo Médico veterinário Jorge Pinto Lima.

A palestra realizada no Clube Agrícola foi:

Escolha de local para uma propriedade agrícola, pelo Eng. agrônomo Arthur Natividade Seabra.

SESSÕES CINEMATOGRAFICAS — Durante a semana foram realizadas cinco sessões cinematográficas e exibidos quatorze filmes.

EXCURSÕES — Foi realizada, por gentileza do Dr. Enio Leitão e da fábrica CRUSH, uma proveitosa visita às modernas instalações do popular refrigerante.

DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS AGRICOLAS — Durante a semana, foram distribuídos aos seminaristas, duzentos e cinquenta livros agrícolas, oferecidos pelo Serviço de Informação Agrícola.

MOVIMENTO DO REFEITÓRIO — Durante a semana foram fornecidas mil quatrocentas e setenta e uma refeições assim distribuídas:

371 cafés pela manhã

348 almoços

360 merendas

392 jantares

BANCO RIBEIRO JUNQUEIRA S. A.

DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS — COBRANÇAS — TRANSFERÊNCIAS
GUARDA DE VALORES — AS MELHORES TAXAS — AS MELHORES CONDIÇÕES
EFICIÊNCIA E RAPIDEZ

TAXAS DE DEPÓSITOS

C/C de movimento — sem limite	3%
C/C populares até Cr\$ 100.000,00	6%
C/C limitadas até Cr\$ 200.000,00	5%
C/C de aviso prévio	5½%
C/C prazo fixo de 6 meses	6½%
C/C prazo fixo de 12 meses	7%
C/C prazo fixo de 24 meses - com juros pagos anualmente	8%
C/C prazo fixo com renda mensal — taxas a combinar.	

Matriz: LEOPOLDINA — ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTOS

ESTADO DE MINAS GERAIS:

Belo Horizonte — Bom Jesus do Galho
Caratinga — Francisco Sales
Palma — Patrocínio do Muriaé
Pirapetinga — Pêto Novo
Recreio — São João Nepomuceno
São Lourenço — Silvestre Ferraz

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Barra Mansa — Cambuci
Campos — Cardoso Moreira
Carmo — Itaperuna
Miracema — Niterói
Pádua — Petrópolis
Porciúncula — Portela
Pureza — Rezende
São Fidelis — Sapucaia
Volta Redonda

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:
Mimoso do Sul — Muqui

ESTADO DE SÃO PAULO:
Cachoeira Paulista -- Presidente Bernardes

FILIAL

RUA DA QUITANDA, 70/72

RIO DE JANEIRO

SESSÃO DO CLUB EAGRÍCOLA — Durante a Segunda Semana do Hortelão, sob a presidência do Dr. William Simão, chefe da Seção de Clubes Agrícolas Escolares do Ministério da Agricultura, realizou o Clube Agrícola Miguel Calmon, uma sessão solene, durante a qual falaram:

a) — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Clube Agrícola Miguel Calmon, que fez um suscinto relatório das atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon durante o ano de 1949.

b) — O Prof. Arthur Natividade Seabra que realizou uma palestra subordinada ao tema "A localização de uma propriedade Agrícola".

c) — O Dr. Antonio de Arruda Camara, em nome do Presidente do Clube, aluno Antonio Albani, agradecendo a colaboração do Dr. Arthur Natividade Seabra.

d) — O Prof. Roberval Cardoso, que falou sobre os objetivos dos Clubes Agrícolas.

e) — O Dr. William Simão, que fez um relato das atividades da Seção de Clubes Agrícolas Escolares do Serviço de Informação Agrícola.

Durante a sessão, foram distribuídos os certificados dos sócios do Clube que haviam concluído o Curso de Extensão de Fruticultura da Universidade Rural.

COMISSÃO DE BEM ESTAR — Funcionou, com muita eficiência, a Comissão de Bem Estar, muito acertadamente confiada à orientação do sr. Adriano Dantas, Administrador do Horto e Chefe dos Trabalhos Práticos da Escola.

COLABORAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS — Foi muito proveitosa a colaboração do Serviço de Informação Agrícola, que proporcionou à Escola, por intermédio do seu Diretor, Dr. Mario Vilhena:

a) — a valiosa colaboração de seis de seus técnicos: Agrônomos Amaury Silveira, Jorge Pinto Lima, Guaracy Lavor, José Cordeiro, Olavo Barros de Arajo e Silva e William Simão;

b) — duzentos e cinquenta livros para serem distribuídos entre os semanistas;

c) — máquina cinematográfica e operador;

d) — material para as aulas de indústrias rurais.

COLABORAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA — A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura forneceu à Escola, graças a gentileza do Dr. Augusto Lima, os filmes para as sessões cinematográficas e o valioso concurso do técnico de Educação Rural, Dr. Roberval Cardoso.

COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA — Foi de grande alcance a colaboração da Sociedade Nacional de agricultura proporcionando recursos materiais para a realização da Semana, e incumbindo-se da publicidade, etc.

COLABORAÇÃO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO MELLO" — Colaboraram ativamente em todos os trabalhos da Semana, todos os professores, funcionários e alunos da Escola.

EMPRESA LANÇADORA DE AÇÕES "ELA" LTDA.

A "ELA" arquivou seu contrato social no D. N. I. C. em 17 de março de 1947, sob o n.º 14.717.

A "ELA" desde sua fundação até fins de 1948 lançou o aumento do capital da Cia. Cervejaria Bohemia S. A., parte do capital da Cia. Ultra-Gás S. A., ações da Casa Bancária Moneró e vendeu dezenas de milhares de ações integralizadas do Banco da Prefeitura do Distrito Federal.

Em 5 de março de 1949 a ELA assinou com a ADEM um contrato para a venda das cadeiras cativas do Estádio Municipal.

Até a presente data a ELA vendeu 14.256 cadeiras cativas.

A "ELA" é uma organização independente que serve o público investidor e os empreendimentos nacionais com base idônea.

Atualmente a "ELA" possui para venda cadeiras cativas e perpétuas do Estádio Municipal, ações da Cinematográfica Sol Brasileira S. A., ações do Banco do Distrito Federal e ações da Agro Colonizadora Industrial S. A.

Breve lançará interessante plano de loteamento com sorteio.

Informe-se na

EMPRESA LANÇADORA DE AÇÕES "ELA" LTDA.

Av. Graça Aranha, 416 — 12.º — Tel.: 42-4970 — Rio

VISITANTES — Durante a Segunda Semana do Hortelão a Escola recebeu a visita de 18 prestimosos amigos.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO — A sessão de encerramento da Segunda Semana do Hortelão foi presidida pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Durante a sessão falaram:

a) — o Dr. Antonio de Arruda Camara, congratulando-se com os Semanistas;

b) — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que fez um relato das atividades da Escola durante o ano de 1949;

c) — O Dr. Olavo Barros de Araujo e Silva, em nome do Serviço de Informação Agrícola;

d) — O semanista Diamantino Augusto Rodrigues, em nome dos colegas.

O Clube Agrícola Miguel Calmon ofereceu ao semanista Diamantino Augusto Rodrigues, o premio "Adriano Dantas", constituído de uma coleção de ferramentas hortícolas.

A sessão de encerramento compareceram o Dr. Cinéas Guimarães, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento Especialização e Extensão da Universidade Rural, o Dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da Escola, representando os presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, vice-diretor da Escola, representando o Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, o Dr. Mario Vilhena, Diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, as Professoras D. Julieta Capanema e Maria de Lourdes José Bairele, o Dr. Jalmiréz Guimarães Go-

mes, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, o Dr. Olavo de Barços Araujo e Silva, do Serviço de Informação Agrícola, todos os professores e assistentes da Escola, os técnicos que colaboraram durante a semana, todos os semanistas, todos os alunos que concluíram os cursos permanentes da Escola, antigos alunos e tantos outros amigos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

CONSIDERAÇÕES FINAIS — A II Semana do Hortelão obteve completo êxito, tendo sido atingidos os seus elevados objetivos.

A experiência de mais uma Semana do Hortelão servirá para aperfeiçoar, cada vez mais, outras semanas idênticas que venham a ser realizadas.

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" com a colaboração da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola, prestou mais um valioso serviço a educação rural.

Os semanistas que tivemos o prazer de hospedar, saíram da Escola, esclarecidos, e, sobretudo, iniciados em práticas culturais mais racionais. A Semana foi de trabalho intenso e profícuo. Estão, pois, de parabens, os semanistas que acorreram ao nosso chamado, a Escola, pioneira do ensino hortícola entre nós, a Sociedade Nacional de Agricultura, veneranda associação de classe que há meio século vem defendendo os interesses dos lavradores e criadores do Brasil, a Fundação Getúlio Vargas, que tão assinalados serviços tem prestado ao país e o Serviço de Informação Agrícola que vem realizando um notável serviço de assistência ao homem rural — Geraldo Goulart da Silveira — Vice-diretor da E. H. W. B.



Mãos

que espalham

SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2º and.

— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS
DE 1.000 A 5.000
LITROS A HORA

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gases para Refrigeração:
Amonea — Freon 12
— Metila e Sulfuroso

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
550
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANÁLISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suissa Ltda.

ENGENHEIROS:

RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA N.º 12
End. Telegr.: "Sisla"



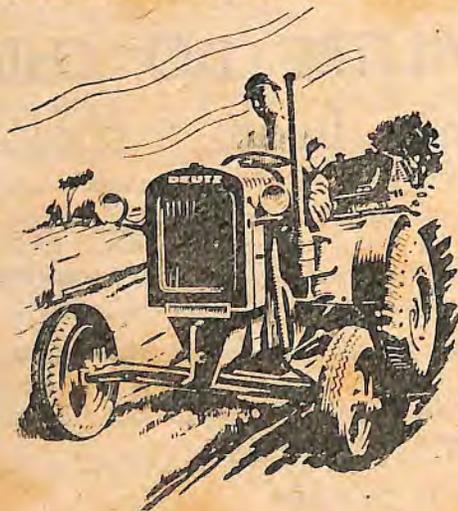
IMPORTADORES:

Caixa Postal, 1404
RIO DE JANEIRO

TRATORES AGRÍCOLAS DIESEL "DEUTZ-OTTO" LEGITIMOS

fabricados pela

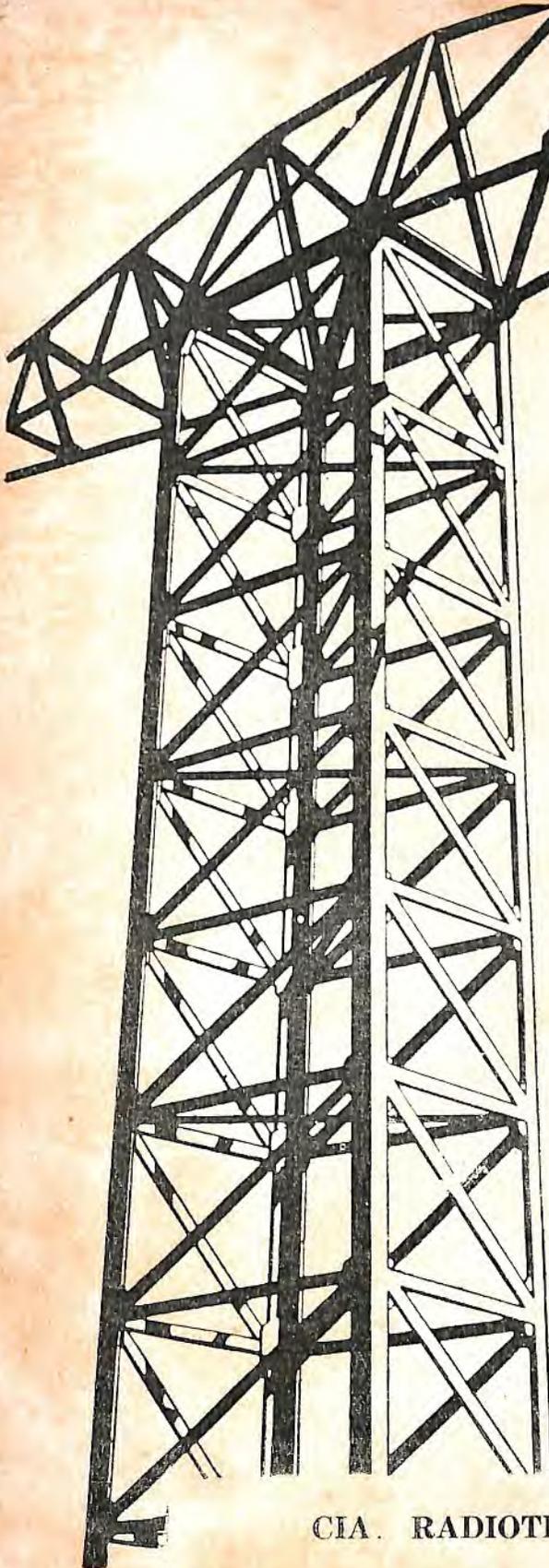
KLÖCKNER-HUMBOLDT-DEUTZ A. G., KÖLN — Alemanha



Fornecidos com Pneus
ou com Rodas de Aço
e com Garras

Distribuidores Exclusivos:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LIMITADA
Rio de Janeiro: R. da Alfandega, 116 — S. Paulo: R. Florencio de Abreu, 598
Porto Alegre: Rua Pinto Bandeira, 330-34 — Recife: Rua da Palma, 296
Endereço Telegráfico: "OTTOMOTOR"



Via RADIOBRAS

**O Serviço Radiotelegráfico
e Radiotelefônico**
Direto que alcança o mundo inteiro.

Para ter certeza de que seu telegrama para o exterior será recebido com a maior rapidez possível, — chame um mensageiro da “Via RADIOBRAS”



Para obter a sua ligação radiotelefônica com o exterior, chame a Central Telefônica “Via RADIOBRAS”, através dos telefones abaixo indicados

CIA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA

Av. Rio Branco, 48
Av. Rio Branco, 243
Tel. 23-2177
Av. Atlântica, 354

S. PAULO
Rua S. Bento, 357
Tel. 3-4111

SANTOS
R. 15 de Novembro, 86
Tel. 2-7194

RECIFE
Av. Rio Branco, 162
Tel. 9291

EVITE A
PESTE SUÍNA
USANDO A VACINA
CRISTAL VIOLETA
DO INSTITUTO PINHEIROS

INDICADA PARA USO
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR

